



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ENTRE “RAÇAS”, COTAS E ONGs:
uma crítica do antirracismo social-liberal no Brasil

DIOGENES FAGNER DE LIMA

NATAL/RN
2020

DIOGENES FAGNER DE LIMA

ENTRE “RAÇAS”, COTAS E ONGs:
uma crítica do antirracismo social-liberal no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como cumprimento parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Estado, governo e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso.

NATAL
Outubro de 2020

DIOGENES FAGNER DE LIMA

ENTRE “RAÇAS”, COTAS E ONGs:
uma crítica do antirracismo social-liberal no Brasil

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como cumprimento parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Data de aprovação: ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso
Presidente

Prof. Dr. Luís Carvalho de Assunção (UFRN)
Avaliador interno à Instituição

Prof. Dr. Patrício Carneiro Araújo (UNILAB-CE)
Avaliador externo à Instituição

Profa. Dra. Irene Alves de Paiva (UFRN)
Avaliadora Suplente

Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN
Sistema de Bibliotecas - SISBI
Catalogação de Publicação na Fonte. UFRN - Biblioteca Setorial do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes – CCHLA

Lima, Diogenes Fagner de.

Entre "raças", cotas e ONGs: uma crítica do antirracismo social-liberal no Brasil / Diogenes Fagner de Lima. - Natal, 2020.

120f.: il.

Dissertação (mestrado) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2020.

Orientador: Prof. Dr. José Antonio Spinelli Lindoso.

1. Opressão Racista - Dissertação. 2. Classes Sociais - Dissertação. 3. Antirracismo Social-Liberal - Dissertação. 4. Rio Grande do Norte - Dissertação. I. Lindoso, José Antonio Spinelli. II. Título.

Para Eliza, meu bem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à **Eliza**, meu bem, pelo amor com o qual me acompanhou neste trajeto do Mestrado, muitas vezes ouvindo e debatendo comigo ideias fundamentais. Espero poder retribuir quando for a sua vez de encarar o desafio de uma pós-graduação. Agradeço a **Gael, Nininha e Baleia**, nossos Pets, sem os quais a vida em Passa e Fica/RN seria muito solitária.

Agradeço à minha avó **Severina** e a minha mãe **Selma** pelo cuidado e educação que me deram. Muito da minha inspiração para estudar racismo e antirracismo vem de um impulso de autoconhecimento pessoal e familiar. Quando comecei este trabalho, identificava-se como negro. Hoje sei que minha ascendência pela parte da minha avó Severina tem raízes nos povos indígenas tapuias da região da Pedra da Boca/PB. Assim, tenho traços negros e indígenas. Sou, como 99% da classe trabalhadora brasileira, resultado de um intenso processo de mistura de diferentes povos.

Agradeço aos meus **amigos do Mestrado** pelos ricos apontamentos acerca de pontos centrais do meu projeto.

Agradeço ao meu orientador **José Antonio Spinelli Lindoso** pela parceria neste longo percurso. Foi fundamental seu incentivo para que eu não desistisse no meio do caminho. Cada comentário, apontamento crítico e indicação bibliográfica deram grande contribuição para o meu amadurecimento intelectual.

“O negro e o mulato são fermentos revolucionários tremendos na sociedade brasileira, na medida em que eles não se segreguem, e levem o protesto racial para dentro da luta de classes. Mas se eles tiram esse conflito da luta geral, eles dão uma contribuição fantástica para as classes dominantes.”

(Florestan Fernandes, 1989. p 16)

RESUMO

A partir da Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida em 20 de novembro de 1995, a luta contra o racismo no Brasil desenvolveu uma forma e conteúdo inéditos, em sintonia com a integração do Brasil no capitalismo globalizado e marcada pelas derrotas da classe trabalhadora diante dos governos neoliberais. Neste período de mudança qualitativa no antirracismo contemporâneo brasileiro, o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) reconheceu oficialmente a existência do racismo no Brasil, as ações afirmativas foram formuladas, as Organizações Não Governamentais (ONGs) assumiram protagonismo inédito e a categoria “raça” foi reabilitada nas pesquisas sobre desigualdades raciais num contexto de ascensão da teoria social pós-moderna. Este conjunto de determinações delineou uma estratégia antirracista contrarrevolucionária, a qual se nomeou nesta dissertação antirracismo social-liberal. Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2002 a 2016, executaram com relativo êxito esta estratégia por meio da promoção de políticas de igualdade racial. A crise política intensificada com o golpe jurídico parlamentar de 2016, no entanto, acelerou o processo de curto-circuito do antirracismo social-liberal e lhes abriu uma fissura através da qual a crítica marxista tem problematizado as noções/premissas de ancestralidade africana, política identitária, lugar de fala, anticomunismo e interseccionalidade. O exemplo histórico e atual do antirracismo no estado do Rio Grande do Norte (RN) pode contribuir para elucidar, a partir do conhecimento de suas particularidades, aspectos essenciais do desenvolvimento, consolidação e crise do antirracismo social-liberal no Brasil.

Palavras-chaves: Opressão Racista; Classes Sociais; Antirracismo Social-Liberal; Rio Grande do Norte

ABSTRACT

From the Zumbi March, Against Racism, for Equality and Life on November 20, 1995, the fight against racism in Brazil developed an unprecedented form and content, in line with Brazil's integration into globalized capitalism and marked by defeats of the working class in the face of neoliberal governments. In this period of qualitative change in contemporary Brazilian antiracism, the government of Fernando Henrique Cardoso (PSDB) officially recognized the existence of racism in Brazil, affirmative actions were formulated, Non-Governmental Organizations (NGOs) assumed unprecedented prominence and the category "race" it was rehabilitated in research on racial inequalities in the context of the rise of postmodern social theory. This set of determinations outlined a counterrevolutionary anti-racist strategy, which was named in this dissertation on social-liberal anti-racism. The governments of the Workers' Party (PT), from 2002 to 2016, carried out this strategy with relative success through the promotion of racial equality policies. The political crisis intensified with the 2016 parliamentary legal coup, however, accelerated the short-circuit process of social-liberal anti-racism and opened a fissure through which Marxist criticism has problematized the notions / premises of African ancestry, identity politics, place of speech, anti-communism and intersectionality. The historical and current example of anti-racism in the state of Rio Grande do Norte (RN) can contribute to elucidate, from the knowledge of its particularities, essential aspects of the development, consolidation and crisis of social-liberal anti-racism in Brazil.

Keywords: Racist oppression; Social classes; Social-Liberal Anti-Racism; Rio Grande do Norte

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIB	Ação Integralista Brasileira
AP	Ação Popular
CRH-	Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades – Universidade
UFBA	Federal da Bahia
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CNP	Coletivo Negras de Periferia
COEPPIR	Coordenadoria Especial de Promoção de Políticas de Igualdade Social
CUT	Central Única dos Trabalhadores
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FNB	Frente Negra Brasileira
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IC	Internacional Comunista
MNU	Movimento Negro Unificado
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
MBL	Movimento Brasil Livre
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MNU	Movimento Negro Unificado
OBAN	Operação Bandeirante
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
RN	Rio Grande do Norte
SEPPIR	Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
SETHAS	Secretaria de Estado do Trabalho, da Habitação e da Assistência

Social

UFRN Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

URSS União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USP Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
2. OPRESSÃO RACISTA E CLASSES SOCIAIS	16
2.1 Capitalismo, escravidão e liberalismo	28
2.2 Capitalismo e racismo científico	31
2.3 Eugenia e capitalismo no Brasil	33
2.4 Comunismo e antirracismo no Brasil	35
3. ANTIRRACISMO E ANTIRRACISMO SOCIAL-LIBERAL NO BRASIL	37
3.1 Social-liberalismo	43
3.2 A categoria antirracismo social-liberal	46
3.3 Desenvolvimento	47
3.4 Consolidação	57
3.5 Crise	59
4. EXPRESSÕES ATUAIS DO ANTIRRACISMO SOCIAL-LIBERAL	65
4.1 Ancestralidade africana	65
4.2 Política Identitária	67
4.3 Lugar de fala	70
4.4 Anticomunismo	78
4.5 Interseccionalidade	79
5. RACISMO E ANTIRRACISMO NO RIO GRANDE DO NORTE	84
5.1 Coletivo Negras de Periferia e o antirracismo social-liberal	91
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	101
APÊNDICE	107

1. INTRODUÇÃO

O tema do racismo no Brasil é um assunto que tem ocupado as nossas mentes mais brilhantes desde os primeiros desenvolvimentos das filosofias e ciências em nosso país, de modo que não se trata de um debate simples. O antirracismo, por sua vez, constitui assunto correlato que não ocupou menos nossos espíritos mais ilustres. As investigações acerca das causas do racismo conduziram às investigações a respeito das formas de combatê-lo. A luta contra o racismo se tornou, assim, elemento central da luta de classes no Brasil.

Acrescentar uma contribuição ao entendimento do antirracismo contemporâneo no Brasil¹ constitui o objetivo geral desta dissertação. Tal recorte temporal, de 1978 aos dias atuais, se justifica por que busca capturar o conteúdo e a forma de uma luta social específica quando todos os conteúdos e formas políticas sociais e históricas foram transformados profundamente pela estratégia neoliberal a partir do final dos anos 1970. O mundo tal qual o conhecemos hoje foi reconfigurado nos seus elementos básicos no decorrer dos últimos 40 anos. O entendimento do antirracismo atual nos obriga, portanto, a buscar suas raízes nas contradições determinantes deste último período da história do mundo e do Brasil.

Este trabalho começou interseccional e terminou histórico-materialista, deu seus primeiros passos olhando para a realidade do antirracismo no Rio Grande do Norte (RN) e ao final espera ter adentrado o ser do antirracismo brasileiro contemporâneo num nível mais profundo, cuja realidade do RN é apenas um caso particular. Ainda na pré-qualificação, colegas mestrandos chamaram a atenção para o caráter reducionista da busca de um traço exclusivamente particular do antirracismo no RN. Estavam corretos e contribuíram para que este trabalho se impusesse um desafio de maior envergadura.

Até a qualificação, a premissa do reducionismo economicista do marxismo foi reproduzida na reiterada proclamação do caráter multicausal da realidade social. A

¹ A expressão “antirracismo contemporâneo” no Brasil tem aqui uma definição temporal muito precisa. Refere-se à luta contra o racismo no Brasil desencadeada a partir do ano de 1978 com o ato de fundação do Movimento Negro Unificado até os dias atuais. Optou-se por esta noção em vez de “Movimento Negro contemporâneo” por que o objetivo da dissertação é desenvolver uma reflexão sobre determinada estratégia antirracista que se desenvolveu em estreita relação com governos, partidos, ONGs e academia.

noção de interseccionalidade sintetizava o funcionamento desta premissa equivocada, acerca da qual ainda não se tinha plena consciência. Finalmente, uma análise materialista do racismo e antirracismo conseguiu se impor sobre a dualidade e fragmentação do conceito de interseccionalidade, além de se sobrepor ao anticomunismo de fundo de uma tradição de pensamento, a teoria social pós-moderna, que apagou o vínculo histórico da luta comunista com a luta antirracista no século XX.

Inicialmente, a hipótese de partida era que o antirracismo potiguar contemporâneo tinha abandonado a reflexão de classe em favor de outros eixos de explicação da realidade, ou seja, tinha abandonado a luta anticapitalista. A partir dos apontamentos da banca de qualificação, chegou-se à conclusão de que o que se chamou de hipótese era, na verdade, uma premissa de certa forma já consolidada no campo das reflexões marxistas sobre pós-modernidade, novos movimentos sociais, política de identidade, pós-marxismo, neoliberalismo e social-liberalismo.

Em consonância com esta guinada na orientação da presente dissertação, buscou-se apresentar no primeiro capítulo os fundamentos ontológicos, teóricos e históricos das categorias de opressão racista e classe social. As contribuições de Ellen Wood, José Paulo Netto, Domenico Losurdo e Clovis Moura conformaram a base de referências que abre a discussão.

No segundo capítulo, empreendeu-se a reconstrução teórica da categoria antirracismo social-liberal a partir de três níveis de determinação. Primeiro, a adequação do antirracismo contemporâneo à era da globalização nos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Segundo, a ascensão das Organizações Não Governamentais (ONG) como espaço de participação política e, por fim, a reabilitação do conceito sociológico de “raça” por meio dos estudos de desigualdades raciais e postulados teóricos pós-modernos. As contribuições do historiador Rodrigo Castelo sobre a ideologia do social-liberalismo ocupam a centralidade referencial deste segundo capítulo, além dos elementos acerca da teoria social pós-moderna do sociólogo Joao Emanuel Evangelista.

No terceiro capítulo, fez-se a crítica de alguns dos aspectos atuais do antirracismo social-liberal, quais sejam: ancestralidade africana, política identitária, lugar de fala, anticomunismo e interseccionalidade. Neste momento, buscou-se cruzar a produção marxista sobre pós-modernidade, novos movimentos sociais, política de identidade, pós-marxismo etc, com a produção de autores marxistas do

antirracismo revolucionário. Douglas Rodrigues Barros (2019), Asad Haider (2019), Rosenverck (2015) e Jones Manoel (2019) foram os pontos teóricos de apoio para uma abordagem sistemática da situação atual do antirracismo social-liberal.

Por fim, no quarto capítulo, esboçou-se uma introdução à temática do racismo e antirracismo no Estado do Rio Grande do Norte, unidade federativa que ficara de fora dos estudos clássicos sobre relações raciais no Brasil e é caracterizado por dois fenômenos históricos peculiares: um incipiente antirracismo que atravessou toda a sua história e o fato de ocupar o pódio entre os estados mais perigosos do Brasil para pessoas negras, de acordo com os dados mais recentes sobre violência homicida. O objetivo do capítulo de conclusão foi estabelecer os nexos estruturais entre o subdesenvolvimento do RN, a opressão racista na sociedade potiguar e as expressões atuais do antirracismo social-liberal.

Em termos metodológicos, o trabalho contou com revisão bibliográfica, crítica dos textos dos principais autores do antirracismo social-liberal, entrevistas com militantes do antirracismo potiguar, análise das páginas nas redes sociais dos principais protagonistas do antirracismo potiguar e, por fim, a observação participante de um evento na Coordenação de Política da Igualdade Racial (COEPPIR) em 2019 no qual estiveram presentes as principais entidades representativas do antirracismo potiguar.

O objetivo maior desta dissertação é fazer avançar o conhecimento sobre o antirracismo contemporâneo no Brasil, o que será feito a partir de um ponto de vista marxista, portanto, do interior do próprio campo progressista mais amplo no qual o antirracismo social-liberal ainda está inserido. Esta nota faz-se importante para que não se confunda muitas das críticas que aqui serão desenvolvidas com a crítica reacionária do antirracismo social-liberal.

Tal procedimento se torna ainda mais sensível porque muitas críticas ao antirracismo contemporâneo no Brasil foram elaboradas por uma geração de intelectuais contrária à política de ação afirmativa que, por essas e outras razões, acabou se deslocando para o espectro da direita política. Além disso, o fortalecimento de um senso comum reacionário tem inspirado posições dignas de um isabelismo do século XXI, haja vista a atual reabilitação de monarquistas

“antirracistas”, a exemplo, o professor Paulo Cruz². A crítica aqui esboçada, ao contrário, foi gestada com base numa interpretação marxista do antirracismo contemporâneo, cuja premissa política é a construção de um antirracismo revolucionário no Brasil.

Em meio à crise do Brasil atual, que se expressa também numa onda de irracionalismo³, o esforço de clareza teórica constitui pré-requisito de honestidade intelectual. Já está posto que esta dissertação objetiva avançar na compreensão da luta antirracista do Brasil contemporâneo, mas, o que é “racismo”? Trata-se de um sistema, uma estrutura, uma tecnologia de dominação, uma ideologia, um mecanismo de poder, um discurso, uma forma de discriminação ou uma opressão? No tratamento do conceito de racismo, o ecletismo com o qual se misturam categorias oriundas de tradições de pensamentos às vezes antagônicas é um demonstrativo da confusão conceitual própria do nosso tempo, sem falar no caráter puramente idealista e nominalista de muitas abordagens (ARRUZA, 2015).

O mesmo se dá com a categoria de classe social. Neste caso, fala-se reiteradamente de um suposto conceito marxista reducionista de classe social que

² Paulo Cruz é professor de Filosofia do estado de São Paulo e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Metodista de São Paulo. Nos últimos anos, ganhou destaque em espaços como os canais do Movimento Brasil Livre, programa Pânico e Jovem Pã, com uma crítica conservadora às ações afirmativas e ao antirracismo como um todo. Suas ideias estão apresentadas no curso “O Brasil é um país racista?”. De forma geral, Paulo Cruz defende a ideia de que o racismo é algo consciente. A pobreza, a desigualdade e a violência no Brasil teriam relação com as condições econômicas. O Brasil, neste sentido, não seria um país racista. Além desta evidente visão superficial acerca da forma como a sociedade se estrutura em níveis conscientes e inconscientes, Cruz aponta para aspectos problemáticos do antirracismo atual, posiciona-se contra as ações afirmativas e, com isso, consegue encontrar espaços nos meios conservadores, o que também tem relação com a sua adesão ao revisionismo histórico mobilizado pelo bolsonarismo.

³ A negação da ciência constitui hoje um dogma da extrema direita brasileira. Desde o início da pandemia do novo coronavírus (COVID-19), esta força política tem se oposto aos consensos científicos mínimos, como as posições da Organização Mundial da Saúde (OMS). A adesão a teorias conspiratórias tornou-se, de certa forma, o senso comum desta “nova direita” brasileira. O problema das notícias falsas para a democracia tem gerado debates e desencadeado investigações no Congresso Nacional e no Supremo Tribunal Federal. Neste contexto, foi publicado no Brasil o livro *A Destruição da Razão* (2020), do filósofo marxista húngaro Georg Lukács. Nesta obra, o filósofo discute o desenvolvimento da corrente dominante do irracionalismo moderno, do século XIX até a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha, elabora sobre o irracionalismo na Sociologia Alemã, na teoria das raças, na Filosofia da Vida etc. Na apresentação da obra, Ester Vaisman e Ronaldo Vielmi Fortes, chamam a atenção para a presença de concepções irracionalistas na prática da esquerda não marxista. É desta hipótese que também partimos na análise do quadro brasileiro. De modo geral, Lukács define o irracionalismo a partir de alguns pontos-chave, tais como a depreciação da razão, a glorificação da intuição, criação de mitos, recusa do progresso sócio histórico etc. Quando, no presente trabalho, portanto, fala-se de irracionalismo, é deste sentido filosófico que se trata. Tanto a afirmação da “ancestralidade africana”, como a ênfase na noção de lugar de fala, negação da totalidade, fragmentação pós-moderna, dentre outros temas, presentes na expressão atual do antirracismo social-liberal no Brasil notamos traços de irracionalismo tais quais os elencados por Georg Lukács na obra aqui referida.

quase nenhum autor antimarxista se dá ao trabalho de apresentar de forma responsável, permanecendo quase sempre no nível da caricatura. Essa atmosfera de irracionalismo gestou, inclusive, um falso dilema com o qual os estudiosos do racismo e do antirracismo precisam lidar comumente e que é expresso normalmente nos seguintes termos: “qual o mais importante, ‘classe’ ou ‘raça’?”.

O desafio posto por este contexto de decadência teórica e suas expressões em falsas dicotomias é a elucidação dos fundamentos da explicação que se pretende alcançar. A abordagem a seguir buscará apresentar as bases ontológicas, teóricas e históricas sob as quais está assentado o tratamento teórico da categoria antirracismo social-liberal, objeto central desta dissertação. A perspectiva adotada será a do materialismo histórico (NETO, 2011; WOOD, 2003).

2. OPRESSÃO RACISTA E CLASSES SOCIAIS

“Não devemos confundir respeito pela pluralidade da experiência humana e das lutas sociais com a dissolução da causalidade histórica, em que nada existe além de diversidade, diferença e contingência, nenhuma estrutura unificadora, nenhuma lógica de processo, em que não existe o capitalismo e, portanto, nem a sua negação, nenhum projeto de emancipação humana.”

(Ellen Meiksins Wood, 2003. p.225)

A essência da realidade não é diretamente acessível pelos sentidos e nem pelo pensamento humano espontâneo. O que enxergamos de imediato são as expressões fenomênicas da realidade. Tais expressões expõem elementos da realidade que a revelam, mas que também a ocultam, pela razão de que os elementos visíveis aparecem destituídos de causalidade e historicidade. A essência da realidade também é dinâmica. O pensamento teórico, pela faculdade da abstração, é capaz de reconstruir tal dinamicidade na forma de categorias.

Além disso, a realidade é objetiva e exterior à consciência humana e só pode ser alcançada, em sua essência, pela consciência teórica abstrativa. Ou seja, um tipo muito específico de pensamento é o que pode conhecer a verdade do ser.

O postulado básico da dialética do concreto é que a verdade do ser objetivo é alcançada pelo exercício da abstração teórica que parte da expressão fenomênica abstrata (sem causa e história) da realidade e se eleva ao concreto pensado (com causa e história).

O ser social, dimensão do ser que interessa a esta pesquisa, tem seu momento fundante no trabalho enquanto intercâmbio do humano com a natureza e dos humanos entre si. Este intercâmbio tem como objetivo primeiro a busca pela reprodução material da existência, posto que é preciso antes de tudo viver para fazer história. A produção coletiva destas condições materiais de existência põe os humanos numa dupla relação: com as forças produtivas materiais (a terra e os

instrumentos materiais de produção) e com os outros humanos na divisão social do trabalho, que se expressa no que chamamos de relações de produção. A divisão da coletividade humana em classes sociais se dá, embrionariamente, a partir do momento em que a produção gera um excedente apreciável, que ultrapassa as necessidades de reprodução imediata da população. Ao mesmo tempo, o desenvolvimento das forças produtivas exige uma divisão do trabalho mais diferenciada e relações sociais de produção mais complexas que resultam na separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, portanto entre dirigentes e dirigidos.

Aos poucos a reflexão aqui empreendida vai passando do nível ontológico mais geral para a existência do ser social específico que nos interessa conhecer: as classes sociais engendradas pelo modo de produção capitalista. Os elementos básicos deste modo de produção são a propriedade privada do capital, a divisão da sociedade em duas classes sociais, que são a burguesia e o proletariado, a mais-valia, as relações assalariadas e o imperialismo em sua fase superior com fins à exploração do proletariado pela burguesia.

Formas políticas de organização do poder frente à propriedade e à riqueza social tornam-se também necessárias. As formas da consciência, por seu turno, num primeiro momento, expressam-se por mecanismos ideológicos cuja função é a legitimação espiritual do poder material de determinada sociedade. A classe proletária existe, primeiramente, na alienação e pode se elevar a classe em si e para si através da luta política.

As opressões mobilizadas para a consecução do objetivo maior da burguesia irão variar de acordo com cada formação social e seu lugar na relação centro/periferia do sistema capitalista, além da dinâmica da luta de classes expressas, como dito anteriormente, numa maior ou menor consciência do proletariado enquanto classe social.

Na sua fase revolucionária, a burguesia postulou os princípios da igualdade, liberdade e fraternidade contra a sua classe opressora, a nobreza. Mas essa dinâmica de emancipação se pôs em movimento ao lado de dinâmicas de desumanização. Para a realização da acumulação primitiva, a burguesia desumanizou povos inteiros e legitimou esta desumanização a partir de discursos religiosos e filosóficos. A desumanização do colonialismo não precisou inicialmente da noção científica de “raça”. Ela foi extremamente eficaz por outros meios: a

religião e a filosofia. Com o avanço da ciência, a legitimação científica da desumanização dos povos não europeus com fins a exploração material tomou forma no conceito biológico de “raças humanas”.

Em todas as etapas de construção e desenvolvimento do capitalismo, o racismo foi/é uma opressão mobilizada pelas classes dominantes. Sendo assim, é insuficiente pensar o racismo apenas como uma ideologia desumanizadora que inferioriza grupos humanos com base no fenótipo. Uma definição assim formal não apreende o ser do racismo na sua existência histórica concreta. O racismo é uma ideologia- conjunto de ideias essencialistas/desumanizadoras- que se materializa numa opressão-sofrimento/injustiça-que, por sua vez, desempenha uma função no interior das relações sociais de produção e da luta de classes.

Talvez dito de moto inverso, indo das relações materiais às ideais, a compreensão se torne mais correta. As relações materiais de produção dispõem os indivíduos em classes sociais antagônicas, cujo dado histórico inicial é a posição da burguesia como classe que explora o proletariado. Esta exploração necessita de aparelhos repressivos e ideológicos de dominação. A desumanização é uma das maneiras ideológicas mais eficazes pelas quais a burguesia pode legitimar sua exploração. A religião e a ciência desempenham papel fundamental neste processo.

A desumanização de caráter fenotípico, nomeada pela ciência biológica de “raça” foi um dos mecanismos mais eficazes desenvolvidos pela burguesia na sua luta contra o proletariado. Desse modo, não foi a ideia de “raça” que criou o racismo, pois pensar assim implicaria em colocar a realidade de cabeça para baixo. A desumanização dos povos não europeus (o conceito de raça sendo uma de suas expressões) foi um artifício fabricado pela burguesia para realização de seus fins. A burguesia deu ao mundo o iluminismo em seu momento revolucionário e a teoria das raças na sua consolidação enquanto classe dominante. Eis os traços gerais do mundo burguês.

Não obstante tudo o que foi dito até aqui, o fato é que há uma prioridade ontológica da dinâmica da luta de classes sociais no mundo burguês. O colonialismo foi obra de uma classe de comerciantes. Essa classe também era “branca”. Mas o motor fundamental da sua ação não advinha primordialmente desta característica. A burguesia, classe oprimida no feudalismo, conquistou o domínio do mundo e lançou a humanidade para uma nova fase de sua história. Esta mudança radical da história humana se deu, inicialmente, através da luta de uma classe “branca”, a burguesia,

contra outra classe “branca”, a nobreza. Se concordarmos que este é um acontecimento que está nos primórdios do capitalismo, teremos de aceitar a primazia ontológica da luta entre duas classes sociais ao invés de uma luta entre duas “raças”.

Porém, como teorizado acima, a primazia ontológica das classes sociais se dá, fundamentalmente, por que as classes sociais são o desdobramento necessário das relações de propriedade e das relações sociais de produção e, do ponto de vista do materialismo histórico, estas são as relações mais fundamentais do ser social (WOOD, 2003).

A categoria classe social aqui apresentada constitui um ser em movimento, ser e vir a ser, o que significa que os rudimentos das classes se desdobram das relações materiais essenciais, mas o seu desenvolvimento pleno se dá somente através da luta política. Classe social assim concebida envolve economia, política, consciência, cultura, linguagem, alienação, ideologia, opressão, algo muito distante da caricatura comumente mobilizada contra o pensamento marxista.

Frente a isso, é importante destacar que o conceito de classe social amplamente utilizado nos últimos 40 anos no Brasil pelos estudos sobre desigualdades raciais, pelos proponentes das ações afirmativas e pelos críticos desta política, está vinculado ao que a historiadora marxista Ellen Wood chama de modelo geológico, que pensa classe social como uma camada num sistema de estratificação. Também é importante ressaltar que o que se deu nos últimos anos, pelas mãos destes atores acima elencados, não foi uma sofisticação do conceito marxista de classe social. O pensamento marxista foi rejeitado sob o rótulo de reducionismo economicista. O que se passou verdadeiramente foi a inclusão da “raça” como um elemento a mais nas teorias da estratificação. Neste sentido, faz-se oportuno explicitar este processo por meio da obra de um dos sociólogos mais importantes para o antirracismo contemporâneo no Brasil: Antônio Sérgio Alfredo Guimarães.

Na medida em que a pesquisa bibliográfica desta dissertação se aprofundava, a presença de Guimarães foi se tornando cada vez mais nítida para os propósitos deste trabalho. As principais teses de doutorado e dissertações de mestrado sobre este tema nos últimos anos no Brasil têm nas contribuições de Guimarães uma referência obrigatória (RIOS, 2014; SOTERO, 2015; SHUCMAN, 2012).

Em *Racismo e Antirracismo no Brasil* (2012), Guimarães apresenta os resultados de anos de pesquisas e estudos alternados entre Brasil, França e Estados Unidos. Apesar de sua intensa vida acadêmica e escassa participação política, esta sua obra de síntese colocou-se como uma arma teórica para o antirracismo contemporâneo brasileiro. Guimarães foi um dos principais intelectuais favoráveis à política de ações afirmativas nos primórdios desta discussão no Brasil, mais precisamente a partir de 1995 no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB).

Toda a sua teorização acerca do conceito sociológico de “raça” objetivou dar um caráter científico para uma reivindicação posta na luta política brasileira pelo antirracismo contemporâneo. Ressalta-se este aspecto político de Guimarães para demonstrar o lugar político de sua produção teórica na referida obra, de modo a evidenciar a não neutralidade de um intelectual fortemente integrado ao mundo acadêmico.

As observações críticas que serão tecidas ao longo deste tópico referem-se à parte I de *Racismo e Antirracismo no Brasil*, o momento do livro no qual se trabalha o conceito de “raça”, racismo e antirracismo. As partes II e III constituem uma revisão bibliográfica dos estudos de relações raciais e uma defesa das políticas de ações afirmativas, as quais, para o escopo desta reflexão inicial, ficarão de fora.

O primeiro ponto para o qual se pretende chamar a atenção é a análise de Guimarães acerca da forma como o racismo científico do século XIX e início do XX perdeu hegemonia no que ele nomeia de “agenda antirracista ocidental”:

“De fato depois da tragédia da Segunda Guerra, a UNESCO reuniu em três oportunidades -1947, 1951 e 1964- biólogos, geneticistas e cientistas sociais para avaliar o estado da arte no campo de estudos sobre as raças e as relações raciais. John Rex (1983:3-4) sumaria o resultado desses encontros a partir do texto resumo preparado por Hiernaux (1965) para a reunião de 1964, chamando a atenção para os seguintes aspectos:

- (1) ‘Raça’ é um conceito taxonômico de limitado alcance para classificar os seres humanos, podendo ser substituído, com vantagens, pela noção de população. Enquanto o primeiro termo refere-se a “grupos humanos que apresentam diferenças físicas bem marcadas e primordialmente hereditárias”, o segundo refere-se a ‘grupos cujos membros casam-se com outros membros do grupo mais frequentemente que com pessoas de fora do grupo e, desse modo, apresentam um leque variado de características genéticas relativamente limitado’.
- (2) De qualquer modo, chamem-se esses grupos de “raças” ou de “populações, a diversidade genética no interior do mesmo não difere significativamente, em termos estatísticos, daquela encontrada em grupos distintos. Desse modo, nenhum padrão sistemático de traços humanos – com exceção do grupo sanguíneo - pode ser atribuído a

diferenças biológicas. E esse último traço, por seu turno, não coincide com os grupos usualmente chamados de ‘raças’” (GUIMARÃES, 2012, p. 23-24).

Mais à frente Guimarães afirma:

“A repercussão dessas opiniões sobre os cientistas sociais foi profunda, mas variada, tendo, principalmente, despertado a consciência dos sociólogos para a historicidade do conceito” (GUIMARÃES, 2012, p. 24).

Nestes trechos acima transcritos, fica clara a centralidade que Guimarães concede às iniciativas da Organização das Nações Unidas (ONU) e dos cientistas ocidentais como um todo, apresentando como causalidade histórica do desprestígio do racismo científico a tragédia da Segunda Guerra Mundial. Esta causalidade está implícita no seu argumento e por isso, por não se revelar na sua complexidade, faz supor que o holocausto foi um acontecimento totalmente inesperado no século XX, que, não fosse este fato para impulsionar a mudança das consciências, o racismo científico estaria de pé ainda hoje.

O que esta premissa contida em sua análise esconde é o conjunto de forças políticas que se ergueu desde a Revolução de Outubro⁴ contra o racismo científico. Antes que a consciência dos cientistas fosse despertada pela tragédia da Segunda Guerra Mundial e as resoluções da ONU, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) organizou em 1920 o Congresso de Baku dos Povos do Oriente⁵ com o objetivo de traçar estratégias para a libertação dos povos vítimas da opressão neocolonial. O racismo científico, na época de maior sucesso de Herbert Spencer, Arthur de Gobineau e Cesare Lombroso, em meados do século 19, foi teoricamente questionado pelo materialismo histórico de Marx e Engels que desde o início da sua produção intelectual afirmaram o caráter histórico de todas as relações sociais. Os comunistas, quando a eugenia grassava por todo o mundo com ares de novidade científica, foram os primeiros a enfrentá-la com a criminalização do racismo na constituição soviética de 1936⁶.

⁴ A Revolução Russa pode ser subdivida em fases. O ensaio de 1905 e a revolução de fevereiro de 1917 prepararam o solo para a revolução efetivamente proletária de outubro de 1917 na qual a classe trabalhadora russa tomou de fato o poder.

⁵ O Congresso dos Povos do Oriente foi uma conferência realizada em setembro de 1920 pela Internacional Comunista em Baku, Azerbaijão. O congresso contou com a participação de quase 1.900 delegados de toda a Ásia e Europa e marcou o compromisso do Comintern de apoiar movimentos nacionalistas revolucionários no Oriente colonial.

⁶ O texto da constituição soviética de 1936 está disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/stalin/biografia/ludwig/constituicao.htm>>.

A queda do racismo científico, diferente do que faz parecer a análise de Guimarães, foi resultado primeiro da revolução anticolonial desencadeada pela Revolução de Outubro e pela vitória soviética sobre o nazismo na Batalha de Stalingrado (LOSURDO, 2017). A leitura histórica mais correta deveria colocar na causalidade da mudança da agenda do antirracismo ocidental o antirracismo oriental. Afora este aspecto mais geral, o antirracismo ocidental, cujos sujeitos partidos e governos não são nomeados por Guimarães, também foi fortemente impactado pelas guerras de independência dos países africanos. A Revolução de Outubro, a Revolução Chinesa e as lutas de libertação nacional na África são os processos históricos e forças políticas sociais ausentes da análise de Guimarães sobre a queda do racismo científico. Feito este apagamento, a ONU, biólogos, antropólogos e sociólogos ocidentais, assustados diante da tragédia da Segunda Guerra Mundial, emergem na análise de Guimarães como os sujeitos políticos que destronaram o racismo científico.

Vejamos outras afirmações que confirmam a visão eurocêntrica de Guimarães:

“De fato, no pós-guerra, a luta antirracista foi muito clara e precisa em seus objetivos: demonstrar o caráter não científico e mitológico da noção de raça, e denunciar as consequências inumanas e bárbaras do racismo” (GUIMARÃES, 2012, p. 12.).

A luta antirracista que estava sendo travada no pós-guerra na Argélia, no Congo Belga e em Burquina Faso, por exemplo, não era uma luta científica para demonstrar o caráter anticientífico da noção de “raça” e suas consequências perversas. Guimarães reduz a luta antirracista a uma luta teórica quando neste período histórico por ele analisado diversos países colocavam como centralidade a libertação nacional do colonialismo dos países ocidentais. O antirracismo para estes países era uma questão de vida ou morte.

Neste outro trecho, podemos confirmar a leitura acima destacada: “O programa antirracista, portanto, teve no pós-guerra dois alvos privilegiados: a segregação nos Estados Unidos da América (EUA) com a “Jim Crow” e o apartheid na África do Sul, ou seja, os dois sistemas de racismo de estado que sobreviveram a segunda guerra mundial” (GUIMARÃES, 2012, p. 43).

O antirracismo dos países africanos, afora a África do Sul, tinha como principal alvo de suas críticas e guerras justamente as potências coloniais como França, Inglaterra, Portugal e Alemanha. Ou seja, o Ocidente era o alvo do antirracismo na maior parte da África e da Ásia. Dito de outra forma, o continente mais fortemente racista e alvo das maiores lutas antirracistas era justamente a Europa dos grandes países capitalistas ocidentais.

Quando se refere ao nacionalismo negro, de forma genérica, Guimarães trata-o como uma luta cultural e simbólica.

“Também o nacionalismo negro e o movimento feminista, nos anos 70, imprimiram uma outra dinâmica às percepções antirracistas, o primeiro, pela luta contra a destruição e a inferiorização do legado cultural africano, denunciando o estatuto subordinado do negro na África implícito no antirracismo assimilacionista e universalista” (GUIMARÃES, 2012, p. 44).

O nacionalismo de Marcus Garvey não era o mesmo de Frantz Fanon nem o de Thomas Sankara (MANOEL, 2019). Longe de ser uma luta cultural, os nacionalismos negros da época descrita por Guimarães se materializaram em violentas guerras e lutas de independência.

Ao apresentar a ideia central do livro aqui analisado, o autor nos diz:

“Em resumo, para sintetizar a ideia do livro num único parágrafo, posso expressá-la assim: o racismo brasileiro está umbilicalmente ligado a uma estrutura estamental, que o naturaliza, e não à estrutura de classes como se pensava. Na verdade, também as desigualdades de classe se legitimam através da ordem estamental. O combate ao racismo, portanto, começa pelo combate a institucionalização das desigualdades de direitos individuais. Ainda que o racismo não se esgote com a conquista das igualdades de tratamento e de oportunidade, esta é a pré-condição para extirpar as suas consequências mais nocivas” (GUIMARÃES, 2012, p. 15-16).

Como podemos ver, para esta perspectiva teórica, a pré-condição para extirpar os efeitos mais nocivos do racismo é a igualdade de tratamento e de oportunidades que pode ser conquistada via luta institucional dentro do capitalismo. Assim o autor assume, pode-se concluir, que é possível acabar com o genocídio da juventude negra, a mais nociva manifestação do racismo brasileiro, sem acabar com o capitalismo.

A afirmação de que o racismo não está vinculado ao funcionamento das classes sociais encontra refutação no campo da teoria marxista. O racismo nasceu, evoluiu e existe hoje estreitamente vinculado à dinâmica da luta de classes no

mundo, seja entre proletariado e burguesia, seja entre nações centrais e nações periféricas do sistema capitalista (ALMEIDA, 2019). O conceito de racismo de Guimarães, neste sentido, não consegue apreender como a dinâmica geopolítica mundial pode desencadear processos de racialização. Para seguir se reproduzindo, o racismo precisa de tempos em tempos desencadear processos de racialização para legitimar seus ataques neocoloniais nos países periféricos da Ásia, da América Latina e da África.

De imediato, o ser humano racializado, para se defender, não tem outra alternativa a não ser positivar a “raça”. Por isso a importância do conceito de negritude, que foi produzido na qualidade de uma contra ideologia racial. No entanto, este movimento tático não pode fazer esquecer de que o objetivo último da luta deve ser a destruição da racialização, da branquitude e da negritude (RODRIGUES, 2019).

Guimarães, no entanto, transformou o objetivo tático de seu racismo antirracista, do racismo antirracista como conceituara Sartre, ou do essencialismo tático (MANOEL, 2019), em objetivo central e último da luta antirracista no Brasil. Nesta linha, para Guimarães, o objetivo maior de todos os movimentos antirracistas brasileiros é [...que todos nós brasileiros de cor possamos, mais cedo ou mais tarde, assumir com orgulho nossa negritude.]

O trecho abaixo expressa o problema aqui observado (2012, p. 61):

“Apenas para os afro-brasileiros, para aqueles que se chamam a si mesmos de “negros, o antirracismo deve significar, antes de tudo, a admissão da sua “raça”, isto é, a percepção racializada de si mesmo e do outro. Trata-se da reconstrução da negritude a partir da rica herança africana- a cultura afro-brasileira do candomblé, da capoeira, dos afoxés, etc. – mas também da apropriação do legado cultural e político do “Atlântico negro”- Isto é, do Movimento Pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, da renascença cultural caribenha, da luta contra o apartheid na África do Sul (...). Ao que parece, só um discurso racista de autodefesa pode recuperar o sentimento de dignidade, de orgulho e de autoconfiança, que foi corrompido por séculos de racismo universalista e ilustrado. O ressurgimento étnico é, quase sempre, amparado nas ideias gêmeas de uma terra a ser recuperada (o território dos antigos quilombos, de bairros empobrecidos em comunidades ou “quilombos negros” e de cultura a redimir e repurificar, no contato com uma África imaginária, a África trazida e mantida como memória. Essa pauta concreta e popular do antirracismo é repelida por muitos brasileiros de boa-fé, nacionalistas de diversas extrações políticas, que acreditam no antirracismo oficial e mitológico do Brasil.”

A visão de Guimarães, nestes termos, resvalou para um essencialismo permanente e é razoável supor que este resultado tenha relação também com o conceito sociológico de “raça” elaborado pelo autor.

A maioria dos ativistas e intelectuais do antirracismo contemporâneo no Brasil utiliza reiteradamente o conceito de “raça” sem precisar exatamente do que se trata. Também a maioria se esquia diante da objeção de que raças biológicas não existem afirmando tratar-se de “raça” no sentido sociológico. Guimarães sem dúvida é o sociólogo brasileiro que mais avançou na tentativa de reabilitar o conceito de “raça” com um sentido plenamente sociológico.

Em artigo clássico sobre o assunto, Guimarães (2003) abre sua reflexão fazendo um apontamento metodológico problemático do ponto de vista da dialética materialista. Existiriam categorias que são “analíticas” e categorias que são “nativas”. As primeiras fazem sentido apenas no corpo de uma teoria. As segundas, por sua vez, têm sentido no mundo prático, têm uma história, um sentido específico para determinado grupo.

Em outros termos, para Guimarães existem apenas pensamento teórico e senso comum. Não há ideologia. Não há alienação. É como se afirmasse que algo só existe se se expressa na consciência dos sujeitos. Não há também em Guimarães uma distinção entre aparência e essência. Assim, ele toma a manifestação fenomênica do ser social como se fosse todo o ser.

Vejamos como opera esta metodologia na forma do seu conceito sociológico de “raça”. Nesta primeira citação, raça é um discurso:

“O que são raças para a sociologia, portanto? São discursos sobre as origens de um grupo, que usam termos que remetem à transmissão de traços fisionômicos, qualidades morais, intelectuais, psicológicas etc., pelo sangue (conceito fundamental para entender raças e certas essências) (2003, p. 96).

Aqui vemos uma definição formal e a-histórica de “raça”, que em nada se diferencia da forma como o autor define em outros textos racismo, racialismo, racialização e formação racial (Guimarães, 2003, 1999, 2016), todos fazendo referência a este procedimento que estabelece uma causalidade entre fenótipo e cultura, inteligência, moral, beleza e civilização, em suma, um tipo de essencialismo.

Neste outro trecho, “raça” é algo que não existe no mundo real, mesmo no sentido nominalista:

“Se pensarmos em “raça” como uma categoria que expressa um modo de classificação baseado na ideia de raça, podemos afirmar que estamos tratando de um conceito sociológico, certamente não realista, no sentido ontológico, pois não reflete algo existente no mundo real, mas um conceito analítico nominalista, no sentido de que se refere a algo que orienta e ordena o discurso sobre a vida social (2003, p. 97).

O nominalismo é uma corrente filosófica que afirma que não há objetividade exterior às consciências dos indivíduos. Para o realismo da dialética marxista, ao contrário, a realidade independe do pensamento humano. Como costuma dizer o professor José Paulo Netto “Se as ideias movessem montanhas, não precisaríamos de tratores”.

A abstração humana é a forma pela qual se torna possível ir além da aparência dos fenômenos, de modo que o conceito captura o movimento da realidade. A teoria em si não muda a realidade, mas isso não quer dizer que o pensamento teórico seja apenas um discurso, um artifício analítico, que não corresponda à essência da vida social. Na verdade, este procedimento é a forma mais sofisticada de conhecimento desenvolvida pelo gênero humano.

Por fim, para Guimarães (2003), o racismo não existe sem a ideia de raça:

“Todos sabemos que o que chamamos de racismo não existiria sem essa ideia que divide os seres humanos em raças, em subespécies, cada qual com suas qualidades. Foi ela que hierarquizou as sociedades e populações humanas e fundamentou um certo racismo doutrinário. Essa doutrina sobreviveu à criação das ciências sociais, das ciências da cultura e dos significados, respaldando posturas políticas insanas, de efeitos desastrosos, como genocídios e holocaustos (p. 101).”

Na verdade, alguns de nós sabemos que o racismo é anterior a sua formulação científica na ideia de raça biológica e, em seu desenvolvimento histórico, não é que uma doutrina tenha sobrevivido. O fato mais determinante é que a classe que produziu a opressão racista em termos teológicos, filosóficos e biológicos continua ditando os rumos da sociedade global.

Quanto à conceituação marxista do racismo, nos diz Guimarães (2012) de forma bem objetiva:

“Até mesmo o marxismo, que influenciou muito o pensamento e as ações de uma fração emergente das classes médias brasileiras, nas décadas do pós-guerra, em nada alterou este quadro. Ao contrário, a insistência marxista no caráter ideológico das “raças” e sua caracterização do racismo como um epifenômeno apenas emprestaram outra tonalidade ao ideal de “democracia racial.” Para ser mais preciso, transformaram a democracia racial num ideal a ser conquistado pelas lutas de classes. O evolucionismo subjacente ao

pensamento marxista adaptou-se bem a ideia de que o capitalismo (ele próprio código para europeidade) seria uma força civilizadora que os povos de todo o mundo teriam que forçosamente experimentar antes de atingir o socialismo” (p.60).

A insistência do marxismo no caráter ideológico das “raças” no pós-guerra não seria uma prova de superioridade teórica frente ao racismo científico contra o qual ele se opôs desde o seu nascimento? Por que o que é visto como um avanço quando se trata da suposta agenda antirracista ocidental da ONU/cientistas é tratado como prova de atraso no caso do “marxismo”? Afinal de contas, Guimarães se refere ao marxismo a partir do pós-guerra, mesmo período da construção da agenda antirracista celebrada pelo autor.

Antes de tudo, a forma genérica como o autor se refere ao marxismo, sem distinguir a obra marxiana da tradição marxista, ou estas do marxismo no Oriente, na América Latina ou na África, constitui uma omissão séria para uma análise que se propõe tematizar racismo e antirracismo no Brasil e no mundo. O trecho sobre o suposto evolucionismo subjacente ao marxismo, por sua vez, não se sustenta. A obra de Kevin Anderson (2019)⁷, quanto a este ponto, apresenta uma contribuição incontornável.

Da última citação, a contradição mais patente é Guimarães considerar negativo o marxismo brasileiro ter transformado a democracia racial num ideal a ser alcançado. Ora, se o marxismo tratou a democracia racial como um ideal, isto significa que ele a considerava como uma promessa não realizada, como um mito. A insistência de Guimarães em demonstrar a plausibilidade do conceito sociológico de “raça” apresenta-se como sua contribuição mais decisiva justamente por que é este um dos núcleos conceituais do antirracismo contemporâneo brasileiro que, como refletido em Guimarães, adotou um essencialismo estratégico permanente. Nas palavras do autor:

“A retomada do conceito de raça pela sociologia brasileira fez-se, contudo, sem que se desse muita atenção às implicações teóricas e políticas do seu uso. Banido das Ciências Sociais desde o começo do século, substituído,

⁷ A obra “Marx nas margens: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais” (2019), do sociólogo norte-americano Kevin B. Anderson, aborda, diretamente, temas sensíveis para a tradição marxista. Para enfrentar a acusação de que o marxismo seria racista, Anderson mobiliza um conjunto de textos aliado a uma abordagem teórica que demonstra a evolução do pensamento de Marx e Engels, de modo que fica evidente o rompimento radical destes autores com o evolucionismo e racismo próprios de seu tempo.

com sucesso, no senso comum brasileiro, pela noção de cor, tomada como reprodução imediata de uma realidade objetiva e empírica, o antirracismo começou, todavia, a chocar-se contra os fatos ululantes da discriminação racial no Brasil. Essa redução do antirracismo ao antirracismo acabou por contrariar os interesses e os valores do povo negro brasileiro, que ressuscitou, na sua luta contra o mito da democracia racial, o conceito de raça, tal como é usado no senso comum.”

“É legítimo, quer do ponto de vista ético, quer do ponto de vista científico, utilizar o conceito de raça nos nossos trabalhos? Espero ter demonstrado, nestas páginas, por meio de uma história abreviada dos estudos das relações raciais no Brasil, a imprescindibilidade do conceito de raça para os brasileiros de hoje.” (GUIMARÃES, 2012, p. 71).

Dia 9 de junho de 2020, na página do Latin American Studies Association na rede social Facebook, em um debate⁸ com a socióloga Flávia Rios e o sociólogo Matheus Gato de Jesus, Guimarães afirmou que o mito da democracia racial, se ainda existe no Brasil, perdeu sua hegemonia nos últimos anos. Para confirmar este diagnóstico, o sociólogo citou a pesquisa *As Faces do Racismo*⁹ segundo a qual, para a maioria dos brasileiros, a polícia militar é uma instituição racista.

Em seguida, Matheus Gato de Jesus complementou que esta podia ser considerada uma vitória do antirracismo contemporâneo, uma vez que poderíamos dizer, a partir da referida pesquisa, que para o novo senso comum brasileiro o racismo seria estrutural.

Diante destas afirmações, podem-se aventar os seguintes questionamentos. Se o mito da democracia racial, pilar do racismo brasileiro segundo Guimarães, foi completamente desmascarado pelo “Movimento Negro” contemporâneo, o que poderia explicar a permanência e a intensificação nos últimos anos do encarceramento em massa da população negra, da mortalidade de jovens negros e do feminicídio de mulheres negras? Talvez o erro na análise de Guimarães esteja no fato de que não é a ideologia da democracia racial o principal pilar do racismo brasileiro. O pilar mais profundo talvez seja o capitalismo e este continua mais firme do que nunca.

⁸ O debate “Racismo e antirracismo no Brasil” entre os sociólogos Antônio Sérgio Guimarães, Flávia Rios e Matheus Gato de Jesus está disponível no canal do site Youtube da Latin American Studies Association e pode ser acessado neste link: <<https://www.youtube.com/watch?v=8BhRGCCaj4U>>.

⁹ A pesquisa “Fases do racismo” realizada em parceria da Central Única das Favelas, Instituto Locomotiva e UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura) pode ser acessada em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/06/para-94-da-populacao-brasileira-negros-tem-mais-chance-de-ser-mortos-pela-policia.shtml>>. Segundo a mesma, para 94% da população brasileira, negros tem mais chance de ser mortos pela polícia.

Para uma compreensão do racismo enquanto opressão funcional ao capitalismo se faz necessária uma abordagem da construção histórica dessa forma específica de desumanização na dinâmica da luta de classes que gestou o mundo burguês e a sociedade brasileira.

2.1 Capitalismo, escravidão e liberalismo

Em geral, nas correntes revisionistas e no senso comum liberal (LOSURDO, 2017), o processo de desenvolvimento e consolidação da modernidade burguesa é apresentado como o paulatino progresso da razão, do livre mercado, da ciência, da democracia e das liberdades individuais contra o absolutismo do Antigo Regime e o obscurantismo do velho mundo. A acumulação primitiva do capital, nesta história mistificada, aparece como o resultado da ação de homens austeros e iluminados (MANOEL, 2019). A escravidão dos africanos, por sua vez, é interpretada como um resquício do passado pré-moderno que, pelo natural amadurecimento do capitalismo e do liberalismo, foi superado.

Quando estudamos a história do liberalismo, expressão ideológica máxima da burguesia, descobrimos que a defesa apaixonada da liberdade dos liberais e iluministas dos séculos XVII, XVIII, até a metade do XIX, trazia em sua gênese cláusulas de exclusão para mulheres, indígenas, negros, asiáticos, escravos e pobres etc. Em suma, para esta tradição, a maioria da humanidade não era considerada humana (LOSURDO, 2005).

A escravidão, na verdade, se expandiu e alcançou seu ápice em função das três grandes revoluções liberais (Holandesa, Inglesa e Americana) nas quais a burguesia logrou primeiramente alcançar o poder político. Os números de escravizados nos séculos de ouro das revoluções burguesas confirmam esta afirmação. Em 1700, a população escrava nas Américas era de 330.000. Em 1800, este número saltou para próximo de três milhões. Finalmente, nos anos 50 do século XIX, o escravismo subjugava mais de seis milhões de seres humanos. Não é que a escravidão fosse algo anterior ao capitalismo e ao liberalismo e que, como uma herança enraizada, resistisse aos ataques da razão, do iluminismo e do liberalismo modernos. Estas forças intelectuais e políticas, a serviço de sua classe de origem, a burguesia, ofereceram uma legitimação filosófica e científica para a expansão e a consolidação de um tipo muito particular de poder absoluto.

A condenação de um povo inteiro a escravidão perpétua, sob uma justificativa “racial”, foi uma invenção própria da modernidade burguesa. De início, no mercantilismo do século XVI, este instituto carregava uma legitimação de cunho religioso que, aos poucos, passou por um processo de laicização. O que era justificação religiosa se transformou em justificação filosófica nos séculos XVII e XVIII até alcançar sua elaboração mais sólida com o racismo científico do século XIX.

Com as mudanças no modo de produção capitalista e o medo das classes dominantes mundiais de que a Revolução Haitiana (1791-1804) se alastrasse por todo o globo, a Inglaterra, maior potência do século 19, deu início a um lento e contraditório processo de “abolição” do tráfico de escravos e da escravidão em suas colônias. Para esta grande potência, tratava-se de forçar a abertura dos mercados mundiais para os seus produtos, seja pressionando pelo fim da escravidão, como no caso do Brasil, seja desencadeando conflitos como no caso das Guerras do Ópio na China.

O radicalismo jacobino na Revolução Francesa de 1789, a Revolução Haitiana comandada por escravos e o abolicionismo batista e metodista na Inglaterra e nos EUA foram as forças sociais e políticas que deram a contribuição fundamental para o fim da escravidão iniciada com o primeiro colonialismo do século XVI. Contra estas forças, os grandes liberais ocidentais se ergueram com toda fúria para defender a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a democracia exclusivamente para os “povos dos senhores”.

As conquistas destas forças radicais acima elencadas, todavia, não foram capazes de parar a máquina do expansionismo europeu em direção a Ásia e a África. O neocolonialismo que se iniciou no começo do século XIX contra a Ásia e posteriormente contra a África demonstrou, mais uma vez, num segundo grande ciclo de acumulação do capital, a relação estrutural entre capitalismo e racismo, classe e raça. O racismo, em termos sociais, políticos e econômicos não é um epifenômeno do capitalismo (MOURA, 1988). O modo de produção capitalista tem no racismo uma de suas mais poderosas tecnologias de dominação. Contribuíram para a construção deste dispositivo de poder todos os grandes liberais clássicos que, de uma forma ou de outra, justificaram a escravidão negra como uma necessidade para o desenvolvimento da “civilização”.

Em Grotius, teórico da revolução holandesa que antecedeu a revolução inglesa e americana, a religião ainda estabelecia alguma espécie de humanidade comum entre os escravos e os senhores. A partir de Locke, todavia, a desumanização do negro se aprofundou de maneira radical. A escravidão perpétua dos negros foi postulada como radicalmente distinta da escravidão por dívida do trabalhador branco. O grande liberal inglês não só considerou justa a escravidão dos negros como lucrou com o tráfico negreiro na qualidade de sócio da Royal African Company, companhia de tráfico de escravizados.

De acordo com Losurdo, a contribuição de Locke, particularmente, foi fundamental para a legitimação de uma escravidão de base racial no fim do século XVII. Até meados deste século, ainda havia a possibilidade de um escravo ser convertido ao cristianismo e, por esse caminho, vislumbrar uma pequena chance de libertação. Todavia, leis cada vez mais rigorosas foram instituídas para estabelecer a impossibilidade de concessão da alforria por conversão religiosa. Losurdo (2006, p. 55) cita John Locke (1982, p. 441) para explicitar:

“A conversão ao cristianismo não elimina obrigação alguma antes existente, o Evangelho continua a manter os homens na mesma condição e sujeitos às mesmas obrigações civis nas quais os havia encontrado. As pessoas casadas não devem abandonar o cônjuge nem o servo torna-se emancipado do seu dono.”

De acordo com Asad Haider (2019), neste período, a maioria da força de trabalho nos Estados Unidos era composta de servos brancos. Assim, a categoria do trabalho forçado por dívida predominou por bastante tempo até que acontecimentos sociais e políticos alteraram este quadro. Nesta linha, a Revolta de Bacon, um levante de trabalhadores europeus e africanos contra fazendeiros em 1696 pôs medo nas elites coloniais daquela época nos Estados Unidos. Como forma de sabotar a solidariedade entre os trabalhadores, aos poucos, o colono americano se inventou a si mesmo enquanto uma raça branca e a força de trabalho, finalmente, passou a ser composta exclusivamente por negros africanos.

Montesquieu, outro grande liberal, repudiava a escravidão nos países europeus, no entanto acreditava ser natural a escravização em países de climas desfavoráveis para a “coragem” e a “ousadia” próprias dos povos europeus. Na relação metrópole/colônia o espaço sagrado da liberdade ficou restrito à metrópole.

Em linhas gerais, o apoio ao neocolonialismo para África e Ásia foi praticamente um consenso do pensamento liberal dominante até a segunda metade do século XIX. A grande armadilha dos livros liberais sobre liberdade consiste no fato de que a defesa apaixonada da liberdade, da limitação do poder e da autonomia do indivíduo não se aplicava, no contexto em que foram escritos, à grande maioria da humanidade. Apresentando-se universalista, o liberalismo pode confundir a muitos sobre o seu vínculo essencial com a defesa ferrenha da escravidão e do sistema colonialista. A fórmula dos liberais consistia em liberdade para comunidade dos livres e poder absoluto sobre as civilizações “atrasadas” e as “raças inferiores”.

O racismo, em todo este processo, exerceu o papel de uma opressão sobre setores das classes trabalhadoras, dividindo-a e rebaixando suas condições de vida, além de uma legitimação para a exploração dos países periféricos pelos países do centro do capitalismo mundial. Desse ponto de vista, pensar racismo e classe social como dois sistemas, ou duas realidades é perder-se na fragmentação epistemológica e distanciar-se da totalidade da existência do mundo burguês.

2.2 Capitalismo e racismo científico

Não se nasce negro ou branco. A branquitude e a negritude são construções sociais, históricas e políticas. Assim como o conjunto da objetividade social, a mística da diferença racial precisa da socialização para concretizar-se nos indivíduos (RODRIGUES, 2019) O humano só se torna um não ser que é pela socialização no interior de um determinado modo de produção econômico e num contexto social, político e histórico particular. Os processos de racialização, enquanto fenômenos sociais, se constituíram historicamente.

As formas mais reificadas de racismo nasceram, se disseminaram e alcançaram grande aceitação nos países centrais do capitalismo avançado, mais precisamente na França, Inglaterra e EUA. O francês Arthur de Gobineau, em 1855, publicou o seu Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas, obra em que defende a tese de que a miscigenação levaria à “degeneração” física e intelectual do ser humano. A ciência da eugenia tomou grande impulso na Inglaterra através dos trabalhos do antropólogo Francis Galton no ano de 1883. Testes de inteligência racistas, esterilização forçada de negros e pobres e a recusa dos cruzamentos “indesejáveis” foram propostas que alcançaram grande popularidade no então país

mais liberal e capitalista do mundo na segunda metade do século XIX e primeiras décadas do século XX. Nos EUA, desde a Guerra de Secessão (1861-1865) e a consequente abolição da escravidão, um estado racial se ergueu e institucionalizou a completa exclusão e violência contra os negros, quadro social modificado apenas em 1965.

Em seu conjunto, foi esta tradição que configurou, do ponto de vista ideológico, o acontecimento histórico do nazifascismo. Sem uma abordagem do colonialismo e do neocolonialismo europeu, o nazifascismo não pode ser corretamente compreendido. A particularidade da barbárie nazifascista consistiu em realizar dentro da Europa aquilo que os europeus já há mais de quatro séculos vinham operando nas Américas, na África e na Ásia. Aimé Césaire, em seu clássico *Discurso sobre o Colonialismo* escreveu:

“O que é, no seu princípio, a colonização? Concordemos no que ela não é. Nem evangelização, nem empresa filantrópica, nem vontade de recuar as fronteiras da ignorância, da doença, da tirania, nem propagação de Deus, nem extensão do Direito. O gesto decisivo da colonização é o de aventureiro e do pirata, do comerciante e do armador, do pesquisador de ouro e do mercador, do apetite e da força. Os bajuladores vieram mais tarde. A colonização, em seu primeiro movimento, é saque, invasão, morte. Depois é que vem a justificação, a legitimação. O primeiro grande justificador é o pedantismo cristão. Sua fórmula cristianismo=civilização. Paganismo=selvageria. As vítimas desse conluio entre ladrões/assassinos e cristianismo foram os negros, amarelos e indígenas. No fim do capitalismo, desejoso de sobreviver, há Hitler. No fim do humanismo formal e da renúncia filosófica, há Hitler” (CESAIRE, 1978, p. 15).

A população original do Congo Belga, no final do século XIX, por exemplo, foi vítima de um dos maiores genocídios da história da humanidade. Mais da metade da população local foi exterminada e milhões foram torturados e mutilados para a garantia dos lucros da Bélgica do Rei Leopoldo II. Não obstante a crueza destes fatos, a forma como a história do século XX foi contada nos últimos 30 anos pelo revisionismo e pela autoconsciência do capitalismo vitorioso apagou, em grande medida, a correlação profunda entre colonialismo, neocolonialismo e barbárie nazifascista.

O genocídio no Congo Belga referido anteriormente se passou no mesmo período em que os livros didáticos costumam abordar a chamada *belle époque*. Hoje, um aluno de Ensino Médio relativamente aplicado sabe mais ou menos o que foi esta fase de desenvolvimento científico, prosperidade e paz na Europa, época de grandes invenções tecnológicas como o carro, luz elétrica, telefone, avião. etc.

Quase nenhum estudante, todavia, seria capaz de dissertar sobre o que se passou, neste mesmo período, nos países africanos e asiáticos submetidos ao jugo neocolonial das grandes potências capitalistas. Ao contrário, a história do interior do continente Europeu é contada como se se tratasse da história universal.

Domenico Losurdo (2018) tratou acerca deste “esquecimento” da questão colonial e demonstrou como se configurou, inclusive, dentro do próprio campo da esquerda um marxismo desvinculado da prática e dos desafios dos trabalhadores e povos oprimidos dos países da periferia do sistema capitalista mundial.

Tal apagamento da relação entre colonialismo, capitalismo e racismo científico obscureceu a dinâmica real do mundo burguês e tornou possível a caricatura teórica de um conceito reducionista de classe social e de um conceito reducionista de “racismo”, ambas as formas distintas de não apreender o movimento do real. O debate sobre a formação social brasileira, finalmente, coloca-se diante dos desdobramentos desta dinâmica mais geral.

2.3 Eugenia e capitalismo no Brasil

O racismo no Brasil teve sua elaboração mais sofisticada no decorrer da desintegração do sistema escravista (MOURA,1994). O movimento eugênico brasileiro se estruturou no pós-abolição (1888), ganhou força na Primeira República e conquistou importantes espaços institucionais no Estado Novo (1937-1945). As políticas migratórias eugenistas regulamentadas pelo decreto nº 528, 28 de junho de 1890, dois anos após a abolição, inscreveram na lei o abandono à morte da população que por mais de 300 anos havia constituído a força de trabalho do sistema escravista. A política de eugenia positiva objetivava eliminar em 100 anos os negros brasileiros que, segundo o pensamento dominante, seriam derrotados pela “superioridade” genética dos brancos imigrantes.

Neste quadro geral de uma deliberada política de morte, pode-se vislumbrar o estado de semi anomia dos milhões de pretos e pardos lançados para as margens da nascente ordem social competitiva (FERNANDES, 2008).

A partir de 1917, num contexto nacional de imigração, greves, desemprego, miséria e violência, as elites educadas brasileiras encontraram na eugenia uma maneira de resolver o problema dos negros “violentos”, “preguiçosos”, “doentes”, “bêbados” e em permanente estado de “vagabundagem”. A “questão social”

demandava, por fim, uma resposta política das elites nacionais. Dezenas de organizações médicas eugenistas foram fundadas no país. Esses grupos deram vida a publicações especializadas e jornalísticas de divulgação do galtonismo, como escreveu Renato Khel no Boletim de Eugenia nº 1(1929), apresentando a “nova” ciência do inglês Francis Galton. Foram defendidas publicamente políticas de saneamento racistas, concursos de beleza racistas, discussões sobre o impedimento de casamentos inter-raciais via estabelecimento de testes pré-nupciais obrigatórios, políticas racistas de saúde mental, debates acerca da chamada criminalidade “nata”. Este era o consenso intelectual da maior parte das elites educadas no Brasil durante toda a primeira metade do século XX (STEPAN, 2004). Proeminentes eugenistas brasileiros como Belisário Penna, Renato Khel e Roquete Pinto ocuparam cargos de destaque durante o Estado Novo e foram importantes formuladores de políticas públicas de imigração, saúde mental e segurança pública. Técnicas “científicas” de identificação dos criminosos “natos”, “doentes hereditários”, “prostitutas” e “vagabundos” tornaram-se políticas de estado com a criação do Gabinete de Identificação na capital do país liderado pelo eugenista Leonídio Ribeiro.

Para ficarmos apenas num exemplo, o racismo que produziu o holocausto brasileiro no hospital psiquiátrico de Barbacena em Minas Gerais (ARBEX, 2013) com o assassinato de mais de 60 mil pessoas, em sua maioria negras, pobres e deficientes, foi o resultado cruel de um projeto arquitetado pelo Estado brasileiro sob domínio das elites burguesas e sob a direção da ciência eugenista das elites ilustradas. Um crime impune até hoje, 2020, sem políticos, médicos, cientistas e autoridades responsabilizadas. A brasilidade agressiva e excludente construída a partir dos anos 1930 se estruturou com uma forte marca eugênica.

Neste sentido, muito mais do que Gilberto Freyre, como costumam apontar os estudiosos da democracia racial no Brasil (GUIMARÃES, 2009), a ciência brasileira, através das suas dezenas de associações médicas integradas à estrutura do Estado Novo, deu uma contribuição profunda para a construção da identidade nacional formatada a partir dos anos de 1930 no Brasil. Por baixo da grossa camada discursiva de valorização da “cultura brasileira e da brasilidade”, nível no qual as ideias de Gilberto Freyre alcançaram proeminência, o estado brasileiro operou durante décadas um racismo biológico aberto que ocultou sua brutalidade na

invisibilidade das prisões e dos hospitais psiquiátricos durante a maior parte do século XX.

Ao olharmos para a história do Brasil apresentada nestes termos, o que vemos é uma elite burguesa lançando mão do racismo para a manutenção da sua hegemonia, por esta razão carece de rigor teórico a tentativa de separar “racismo” e “classe social” para explicar o Brasil. Ao contrário, é para luta de classes -que ora afirma ora antagoniza com o racismo- que se deve olhar em busca de uma síntese do problema aqui analisado.

2.4 Comunismo e antirracismo no Brasil

O comunismo, desde seu início no Brasil em 1922, com a fundação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), se tornou um dos grandes inimigos das frações dominantes da burguesia nacional e das elites agrárias por uma razão também racial. Desde o congresso de Baku, em 1920, a Internacional Comunista selou sua aliança com os povos vítimas da opressão neocolonial (LOSURDO, 2017).

No Congresso dos Povos do Oriente, a máxima: “proletários do mundo todo, uni-vos” foi reescrita para incluir também os povos e nações oprimidas, de forma que se tratava, a partir daquela data, de afirmar “proletários e nações oprimidas do mundo todo, uni-vos”. Não só negros, é necessário enfatizar, eram considerados àquela época “raças” inferiores, mas também judeus, chineses, asiáticos, eslavos e não ocidentais de um modo geral.

O primeiro golpe no colonialismo foi dado pelos jacobinos negros na Revolução Haitiana (1791-1804). A Revolução de Outubro de 1917, por sua vez, desferiu o segundo duro golpe no sistema colonialista escravista mundial. O ataque bolchevique conquistou, todavia, uma dimensão planetária em termos de influência. Não sem razão os críticos racistas desta Revolução a difamaram como uma “enorme maré montante dos povos de cor” (LOSURDO, 2017).

No caso do Brasil, isto não quer dizer, todavia, que o PCB, desde o seu início, tenha incluído o problema do racismo nas suas formulações. O que importa assinalar é que o PCB, destoando do consenso científico da época e do fascismo brasileiro da Ação Integralista Brasileira (AIB), não cultivava explicações biologizantes da realidade social. Mesmo assim o PCB, de 1922 a 1930, não considerava central o problema racial no Brasil. Tal postura se alterou a partir do

decorrer dos anos 30, sobretudo por pressão da Internacional Comunista, quando o PCB passou a criticar duramente a situação dos negros no Brasil. Esta mudança de postura resultou, inclusive, numa tentativa de aproximação com a Frente Negra Brasileira (FNB), a maior organização negra do país naquela época, (SOTERO, 2015). O anticomunismo da burguesia brasileira tem, portanto, como um de seus fundamentos históricos, o fato de que foi o comunismo a mais importante força política do século XX que balançou as bases da supremacia branca no mundo.

A derrota do nazifascismo com enorme contribuição dos soviéticos, o apoio militar, político e intelectual às revoluções chinesa, cubana, coreana e africanas impuseram um medo real à burguesia brasileira de que o comunismo ganhasse força no país.

A história de perseguição ao PCB que passou maior parte do século XX na ilegalidade; a repressão brutal à Insurreição Comunista de 1935; a construção de uma cultura anticomunista no interior das forças amadas e o anticomunismo nos golpes de 1937 e 1964 demonstraram o perigo explosivo de uma ideologia política que constituiu durante a maioria parte do século XX a principal arma dos povos explorados e oprimidos de todo o mundo.

O apagamento da relação de colaboração entre comunismo e luta antirracista no mundo inteiro é um produto da Guerra Fria imposto pelo capitalismo. Sendo assim, o antirracismo brasileiro contemporâneo deu seus primeiros passos numa história já “pacificada” pelos países capitalistas vitoriosos. Assim como, no século XVII, os portugueses venceram os indígenas nas guerras de extermínio, “pacificaram” o interior do nordeste e construíram a memória histórica dos vencedores, na década de 1990, derrotada a luta comunista no mundo e no Brasil pela violência física, econômica e política, o capitalismo vencedor trabalhou para apagar a histórica colaboração entre os países do socialismo real, o movimento comunista e as lutas de libertação nacional (MANOEL, 2019).

Não existe capitalismo sem racismo, esta é a conclusão a que chegamos quando tratamos da ontologia das classes sociais e da luta de classes no mundo e no Brasil. Ao final deste último tópico, pode-se dizer também que nunca houve anticapitalismo sem antirracismo.

3. ANTIRRACISMO E ANTIRRACISMO SOCIAL-LIBERAL NO BRASIL

“1995- Tricentenário do assassinato de Zumbi dos Palmares, é o ano zero da cidadania do negro brasileiro.”

(Hélio Santos)

A luta contra a opressão racista faz parte da sociedade brasileira desde seus primórdios. O Quilombo dos Palmares e a Confederação dos Cariris foram as expressões máximas desta luta no Brasil colonial. Índios e Quilombolas, cada um a seu modo, foram revolucionários em seu tempo (ALENCAR, 2017). No Brasil Imperial, revoltas como a Cabanagem, Balaiada, Revolta dos Malês, dentre outras, ameaçaram o poder escravista e findaram, como seus antepassados, vencidas pela violência da classe dominante¹⁰.

Depois de mais de 300 anos de escravização e da “abolição” formal em 13 de maio de 1888, os escravizados recém-libertos viram-se diante de uma República (1889) erigida por fazendeiros ex-donos de escravos. A posição política conservadora da maior parte das organizações antirracistas do início do século XX foi uma consequência objetiva da forma como nasceu a República e se estruturaram inicialmente as relações capitalistas no Brasil (DOMINGUES, 2006).

¹⁰ Durante a primeira metade do século 19, diversas revoltas estouraram pelo Brasil. Para os fins deste trabalho, optou-se por enfatizar as revoltas protagonizadas por escravizados e libertos com o objetivo de por fim à escravidão.

As políticas de imigração europeia instituídas pelos governos da chamada República Oligárquica lançaram para as margens da ordem social competitiva uma imensa população de não brancos sem-terra e sem educação (FERNANDES, 2008). Em razão disso, a primeira classe operária do nascente capitalismo brasileiro foi formada em sua maioria por imigrantes europeus. Como resultado, a maior parte das ideologias políticas de esquerda trazidas pelos imigrantes foi inicialmente rejeitada pelos pequenos grupos de trabalhadores negros.

Para Florestan Fernandes, o protesto negro dos anos 30, sobretudo a Frente Negra Brasileira (FNB 1931-1937) levantou-se como a primeira grande contestação das contradições da ordem social competitiva. De modo torto, posto que a FNB fosse liderada por um monarquista e se aproximara do integralismo (DOMINGUES, 2006), ela teria sido radicalmente republicana.

A atuação da FNB foi, sem dúvida, significativa para os grupos negros por ela alcançados, mas, infelizmente, pelas limitações de seu tempo, não teve condições de se conectar à luta comunista que no Brasil daqueles anos ainda não havia elaborado um programa contra a opressão racial. O PCB, de 1922 a 1929, aderiu inicialmente a uma sistemática política de negação do racismo, o que, todavia, tornou-se alvo de reiteradas críticas da Internacional Comunista (IC) que desde o Congresso de Baku em 1920 havia assumido um compromisso aberto com a luta de libertação nacional a favor dos povos oprimidos.

Particularmente no seu IV Congresso, com importante contribuição dos comunistas norte-americanos, a IC assumiu como central a aliança entre antirracismo e comunismo. Nas diversas polêmicas entre representantes da IC na América Latina e os dirigentes do PCB, os membros da IC enfatizaram sua extrema preocupação com a inabilidade dos comunistas brasileiros em tratar da questão racial e do quanto isso abriria espaço na comunidade negra para a criação de organizações de direita, o que de fato aconteceu com a criação da Frente Negra Brasileira em 1931 (SOTERO, 2015).

Com a crescente polarização mundial entre fascistas e antifascistas nos anos 30, a FNB e o PCB se localizaram em lados opostos. A tendência minoritária de esquerda dentro da FNB, representada pelo militante José Correia Leite¹¹ logo

¹¹ José Correia Leite (1900-1989) foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira em São Paulo em 1931. Logo no início da entidade, Leite se desvinculou devido à discordância com os princípios monarquistas da instituição comanda pelos irmãos Veiga. Sua fala está registrada em um

rompeu com o movimento diante das posições monarquistas e fascistas de suas lideranças.

Vale ressaltar que a FNB, desde sua fundação, apoiou o governo de Getúlio Vargas e, diante da dura perseguição de Vargas aos comunistas depois da Insurreição Comunista¹² de 1935, endossou perseguições e prisões de antigos militantes frentenegrinos.

A contradição política que se instaurou neste período desaguou em paradoxos quase intransponíveis. Se por um lado, de fato, os comunistas brasileiros, até 1929, ignoraram o problema do racismo, por outro, a Frente Negra Brasileira, que corretamente denunciava o chamado preconceito de cor, o fazia num quadro geral de alinhamento com o que havia de mais reacionário no mundo naquele período, que era o nazifascismo.

A FNB, primeiro grande movimento antirracista do Brasil moderno, conseguiu a adesão de milhares de pessoas em vários estados brasileiros. Sua história, porém, foi interrompida com a instauração do Estado Novo em 1937 quando o registro de partido político da organização foi cassado.

Em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, o país havia sofrido enormes transformações nas suas condições econômicas, políticas e sociais. A conjuntura política internacional entrava na Guerra Fria, iniciavam-se os processos de descolonização da África e cresciam as tentativas de construção do terceiro mundismo¹³ como alternativa à polarização entre EUA e URSS.

Para a sociedade brasileira, o período de 1945 a 1964 foi um momento de enorme efervescência política e popular, com inúmeras greves, manifestações estudantis, lutas camponesas e lutas sindicais (LOVATTO, 2011). O contexto da redemocratização de 1945 também possibilitou uma intensa mobilização dos partidos em torno da Assembleia Constituinte e das eleições.

documentário da CULTNE sobre a Frente Negra Brasileira e Leite atuou como colaborador de Florestan Fernandes nas pesquisas da UNESCO de 1950. Florestan dedilhou-se um artigo no ensaio O Significado do protesto negro intitulado Homenagem a José Correia Leite.

¹² A Insurreição Comunista foi uma tentativa fracassada de tomada do poder pelos comunistas durante o governo de Getúlio Vargas em 1935. O livro A Insurreição Comunista de Homero de Oliveira Costa apresenta o panorama complexo deste acontecimento.

¹³ O terceiro mundismo consistiu numa corrente política que buscou elaborar uma proposta de libertação e desenvolvimento para os países do chamado terceiro mundo frente ao primeiro mundo capitalista e ao segundo mundo comunista durante a segunda metade do século XX.

A atuação da bancada do PCB¹⁴ merece particular atenção por tratar-se do partido que elegeu o único Deputado constituinte negro de 1946, que fora Claudino José da Silva¹⁵. Como dissera anteriormente, antes de 1945, o PCB havia assumido duas posturas quanto à questão racial no Brasil. A primeira, de 1922 a 1929 foi de inteira negação do problema. A segunda, de 1930 a 1938, estruturou-se na noção de autodeterminação do povo negro como uma nacionalidade oprimida.

De 1938 em diante, o partido passou a articular as dimensões de raça e classe na ideia de povo brasileiro.

Com o início da Guerra Fria em 1947, todavia, o registro do PCB foi cassado e foram suprimidos os mandatos dos Deputados e do Senador Luiz Carlos Prestes. O PCB foi mais uma vez empurrado para a ilegalidade e impedido de avançar na sua elaboração de uma transformação radical para o Brasil. Mesmo assim o partido continuou atuante.

A proposta das Reformas de Base¹⁶ apresentada pelo governo de João Goulart contou com o apoio dos comunistas, dos trabalhistas no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e dos setores progressistas da Igreja Católica na Ação Popular (AP). A proposta das Reformas de Base, deve-se ressaltar, teve no PCB um de seus principais formuladores (LOVATO, 2011).

A maior parte das autodenominadas organizações negras que compuseram o antirracismo a partir de 1945, entretanto, optou por dar centralidade a políticas assistencialistas, culturais e de lazer.

O Teatro Experimental do Negro e a União dos Homens de Cor foram algumas das mais destacadas organizações negras deste período (SILVA, 2003).

A tradição do associativismo no chamado meio negro mantinha-se viva também na figura de José Correia Leite, dissidente da Frente Negra Brasileira que, neste contexto de 1945, se opunha a participação de lideranças negras em partidos políticos. No entanto, além dessa organização autônoma do antirracismo, diversos militantes negros se articularam nos partidos políticos de esquerda da época (PSB,

¹⁴ A bancada do Partido Comunista do Brasil, formada por 14 (quatorze) Deputados Federais e 01 (um) Senador, participou da Constituinte de 1946. A bancada teve vida curta sendo cassada em 1948 no contexto de alinhamento do Brasil com os EUA no início da Guerra Fria.

¹⁵ Claudino José da Silva (1902-1985) foi o único homem negro a participar da Constituinte enquanto deputado do PCB.

¹⁶ Conjunto de medidas apresentadas no Governo de João Goulart (1961-1964) que incluíam amplas reformas nos âmbitos fiscal, educacional, político e agrário.

PTB e PCB) e apresentaram candidaturas “negras”, com ênfase da identidade racial que, em sua maioria, não obtiveram êxito.

O pré-1964, pode-se dizer, foi um dos pontos altos da radicalidade política de esquerda no Brasil. A bibliografia sobre o antirracismo desta época descreve, no entanto, um antirracismo majoritariamente liberal, artístico, religioso, assistencialista, operado por setores de uma pequena classe média negra que parecia completamente deslocada das grandes lutas sociais de seu tempo.

O levantamento moral, social e cultural do negro, palavra de ordem deste antirracismo, tinha nas Reformas de Base elaboradas e defendidas por comunistas, trabalhistas e católicos progressistas a sua formulação mais radical para aquele momento. A população negra como um todo teria se beneficiado enormemente das transformações empreendidas por estas lutas massivas, não fosse o Golpe militar de 1964 que calou com extrema violência este conjunto de forças políticas.

Deste segundo ciclo da luta antirracista (1945-1964), o que se pode extrair de lição é o caráter limitado do antirracismo puramente simbólico, cultural e liberal. Diante dos fortes embates deste período político da história do Brasil, o autodenominado “Movimento Negro” brasileiro desempenhou um papel secundário.

A partir dos anos de 1970, o capitalismo mundial entrou num novo ciclo de crise orgânica. O fordismo, aos poucos, foi dando lugar ao toyotismo. O estado de Bem Estar Social foi se configurando no Estado neoliberal. As tecnologias de comunicação e informação revolucionaram a produção (CASTELO, 2011) etc.

Neste quadro de transformações globais, o antirracismo contemporâneo no Brasil teve como marco inicial o ato de fundação do Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU) nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo em 1978. No contexto nacional das lutas pela redemocratização e sob a influência das esquerdas políticas, o MNU nasceu, primeiramente, como reação ao assassinato do trabalhador Robson Silveira da Luz e a discriminação de quatro jovens negros num clube esportivo em São Paulo.

A novidade deste ato está inscrita no seu caráter de evento público, posto que durante a maior parte da Ditadura Militar, a atuação dos ativistas negros restringia-se a reuniões e eventos fechados. A geração protagonista deste novo renascimento do antirracismo foi educada nos anos 40 e 50, viveu a experiência do chamado “milagre econômico” da Ditadura Militar e conquistou espaço nas universidades.

Inserido no contexto das amplas lutas sociais pela redemocratização, os grupos e correntes políticas no interior do MNU vinham em sua maior parte das esquerdas políticas. Além da influência da esquerda, o MNU nasceu num momento de florescimento da cultura black¹⁷, da valorização da estética negra e no contexto das lutas de libertação nacional em África. Em termos da linguagem política mobilizada, o ato de fundação substituiu a antiga expressão preconceito de cor pela expressão discriminação racial (RIOS, 2012).

Prova do caráter radical desta luta de 1978 é a presença dominante em seus discursos, slogans, panfletos e cartazes dos dizeres raça e classe, numa clara tentativa de articular a crítica do capitalismo e do racismo numa mesma totalidade. Esta marca inicial do MNU deve ser tributada, principalmente, à presença de um pensamento negro socialista em seu interior.

A coluna Afro Latino América do Jornal Versus¹⁸ foi um destacado espaço de elaboração e divulgação deste pensamento negro socialista durante a década de 1970 (RIOS, 2015). Inspirado nas reflexões do filósofo francês Jean Paul Sartre e no pensamento de marxistas brasileiros como Florestan Fernandes e Clovis Moura, todo um balanço crítico do protesto negro no Brasil foi realizado por este antirracismo socialista. Racismo e capitalismo, a partir desta perspectiva crítica, compunham uma totalidade que precisava ser enfrentada enquanto tal.

O jornalista Hamilton Cardoso¹⁹ foi o principal representante desta corrente minoritária do MNU. As teses anticomunistas do cubano Carlos Moore²⁰, àquela

¹⁷ Movimentos culturais organizados em torno dos chamados bailes Black onde homens e mulheres cantavam e dançavam ao som de discos de Funk e Soul no contexto da Ditadura Militar dos anos de 1970.

¹⁸ Versus foi um jornal alternativo idealizado por Marcos Faerman e dirigido por ele de 1975 a 1978. Propunha a cultura como forma de ação política e foi inovador no uso de metáforas culturais e históricas para, além das grandes reportagens factuais, oferecer textos sobre as lutas populares e as injustiças sociais de seu tempo. Falava de resistência por meio de narrativas míticas de heróis grandes e pequenos que, com suas histórias, reencenavam o drama de séculos de opressão na América Latina - dos invasores e conquistadores europeus às ditaduras, mais ou menos simultâneas, que ocorriam em vários de seus países em meados dos anos 1970.

¹⁹ Hamilton Cardoso (1953-1999) foi um jornalista e importante militante do Movimento Negro Unificado, articulador de uma tendência socialista dentro do movimento negro contemporâneo. Após um acidente e o desenvolvimento de uma depressão, suicidou-se em 1999 em São Paulo.

²⁰ Carlos Moore é um cubano, professor e dissidente da Revolução Cubana que reside no Brasil há muitos anos. Sua obra, *O marxismo e a questão racial* (2010), será discutida no capítulo III desta dissertação.

época disseminadas no Brasil através de Abdias do Nascimento²¹, foram duramente atacadas por Hamilton Cardoso nas páginas da coluna Afro Latino América.

Um fato que merece destaque e que envolve o pensamento negro socialista foi a disputa sobre o caráter do movimento que estava sendo criado. O primeiro nome do MNU foi Movimento Unificado Contra a Discriminação Racial. A proposta era que a luta pudesse incorporar indígenas, judeus e outras minorias. Todavia, a visão de Abdias do Nascimento predominou sobre a visão de Hamilton Cardoso e o movimento passou a se chamar Movimento Negro Unificado. Com o avançar dos anos, a radicalidade presente no ato de 1978 foi sendo aos poucos afastada para dar lugar a modificações significativas na agenda política do antirracismo contemporâneo.

Os anos de 1978, 1979 e 1980 marcaram a ascensão das lutas operárias no Brasil. A fundação do MNU em 1978 está inscrita neste contexto, sobretudo porque boa parte de suas lideranças vinha da Convergência Socialista, corrente política que desempenharia importante papel na construção do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980.

Dessa maneira, de 1978 a 1994 ocorreu um processo seguido de derrota das lutas dos trabalhadores expresso na vitória eleitoral dos governos neoliberais de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso e também num processo de conversão do PT à ordem capitalista. Mauro Iasi sinaliza a especificidade da inflexão produzida a partir de 1995 quando o PT optou por ampliar o arco de alianças e moderar o programa com fins à viabilidade eleitoral (IASI, 2010).

3.1 Social-liberalismo

Para a construção da categoria do antirracismo social-liberal no Brasil, serão apreendidas as contribuições do professor e pesquisador Rodrigo Castelo na sua tese “Social liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal.” A partir de um referencial teórico marxista, Castelo apresenta nesta obra os acúmulos da reflexão crítica sobre a reestruturação capitalista da década de 1970, o neoliberalismo e sua variante social-liberal a partir de meados da década de 1990.

²¹ Abdias do Nascimento (1914-2011) foi um dos mais conhecidos militantes antirracistas brasileiros em todo o mundo. Alguns aspectos de sua obra serão discutidos no Capítulo III a partir do livro Lugar de Negro, Lugar de Branco? de Douglas Rodrigues Barros.

O neoliberalismo como uma doutrina econômica, social e política foi elaborado por um pequeno grupo de intelectuais tradicionais da burguesia que se organizou na chamada sociedade de Monte Pelérin a partir de 1947. Durante os chamados Trinta Anos Gloriosos do capitalismo, os neoliberais foram colocados de lado em função da hegemonia do keynesianismo e do marxismo.

No seu receituário ideal, os neoliberais se propuseram a realizar uma reformulação do liberalismo clássico com o objetivo de se opor a toda forma de intervencionismo e planejamento econômico, duas práticas que para estes autores significavam a morte dos valores e das instituições das sociedades ocidentais.

Um conjunto de medidas de privatização, corte de gastos sociais, neutralização dos sindicatos de trabalhadores e reorientação do estado constituíam os pontos básicos do neoliberalismo na sua elaboração intelectual. A desigualdade, nos escritos dos fundadores do neoliberalismo, era considerada um fenômeno natural e mesmo desejável para o desenvolvimento econômico e riqueza da sociedade. As condições objetivas para a viabilidade da ideologia neoliberal somente se desenvolveram a partir da profunda crise orgânica do capital desencadeada na década de 1970. De projeto teórico, o neoliberalismo se transformou em programa de governo e política de Estado.

A forma como o neoliberalismo se estabeleceu mundialmente variou de acordo com as contradições peculiares de cada formação econômico-social. A primeira aplicação prática desta ideologia se deu por meio do golpe militar no Chile de Salvador Allende em 1973. Depois da experiência chilena, desta vez por meios democráticos, o neoliberalismo chegou ao poder na Inglaterra pelas mãos de Margaret Thatcher (1979) e depois nos EUA sob o governo de Ronald Reagan (1980), ambos políticos conservadores. Nos outros países da Europa, o neoliberalismo se estabeleceu primeiro no norte até alcançar, em finais dos anos 80 e início dos anos 90, o leste e o sul do continente.

Em todas estas experiências, o neoliberalismo se estabeleceu aplicando mais ou menos do seu receituário ideal. A retórica neoliberal do Estado mínimo não correspondeu à realidade da manutenção de algumas dimensões do Estado de Bem Estar Social e a intensificação do Estado penal via criminalização da pobreza e encarceramento.

Na materialização do neoliberalismo, dois fenômenos precisam ser acentuados para que se tornem claras as razões da guinada social operada por esta

ideologia, para que se entenda como o neoliberalismo se transmutou em social-liberalismo. O primeiro fenômeno é a massiva conversão neoliberal de inúmeros partidos social-democratas e socialistas na Europa nos anos 90. Antigos partidos de base popular converteram-se em aplicadores rigorosos do programa neoliberal.

O segundo fenômeno a ser referido é a crise conjuntural pelo qual passou o neoliberalismo em meados dos anos 1990. As medidas neoliberais aplicadas resultaram concretamente em mais desigualdade e mais desemprego, o que desencadeou uma série de manifestações em oposição aos efeitos perversos da globalização neoliberal. Diante deste quadro de crise e do receio da possível radicalização das manifestações populares, as classes dominantes operaram uma guinada tática na ideologia neoliberal.

Como forma de contornar a crise e neutralizar as classes despossuídas, o neoliberalismo abandonou sua defesa aberta da desigualdade e incorporou a “questão social” na formulação dos seus planos e ações. Eis o caminho pelo qual o neoliberalismo se reconfigurou em social-liberalismo.

De acordo com Castelo (2011), o social-liberalismo se constituiu a partir de alguns eixos teóricos e políticos: abandono das transformações macro estruturais, fim das direitas e esquerdas, aceitação do capitalismo, adoção de políticas sociais focais e filantrópicas, crítica moral ao capitalismo, exaltação de um ativismo ético transversal a todas as classes sociais. Para Castelo (2011, P. 264):

“Em suma, os intelectuais do social-liberalismo tentam se diferenciar da vertente do que chamei de receituário-ideal a partir de três questionamentos. Primeiramente, tecem críticas contra o liberalismo extremado da globalização que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, conseqüentemente, a tensão social. Em segundo lugar, discordam da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da “questão social”. Por último, dão destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as políticas sociais de alívio à pobreza via a transferência de renda e o empoderamento dos indivíduos”.

No Brasil, o neoliberalismo só pode se estabelecer tardiamente a partir da década de 1990 devido às lutas sociais protagonizadas sob a direção do Partido dos Trabalhadores (PT) que conseguiram impor importantes vitórias para a classe trabalhadora na constituição de 1988. Finalmente, o governo de Fernando Henrique

Cardoso (1995-2002) foi o responsável por integrar o Brasil à nova ordem capitalista global. Para Castelo, o social-liberalismo desembarcou no Brasil através dos governos de FHC e se consolidou com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em 2002, o que pode ser verificado na manutenção das diretrizes neoliberais nos governos Lula e no desenvolvimento de políticas sociais compensatórias como Bolsa Família e as Ações Afirmativas numa dimensão inédita até então.

Em linhas gerais, o social-liberalismo organizou-se como uma reformulação tática do neoliberalismo para continuação da dominação burguesa e tal reformulação teve a peculiaridade de ser operada principalmente por partidos de extração social democrata e socialista. O social-liberalismo é o neoliberalismo que, por um lado, mantém o núcleo duro das proposições macroeconômicas e, por outro, incorporou a “questão social” a partir de políticas de alívio de suas manifestações mais extremas. A partir desta mudança, neoliberais passaram a falar de equidade, igualdade de oportunidades, empoderamento, voluntariado, ativismo ético e etc.

3.2 A categoria antirracismo social-liberal

A opção, nesta dissertação, pela categoria antirracismo social-liberal ao invés de “Movimento Negro social-liberal” objetiva ressaltar os vínculos estruturais desta estratégia que, em sua concretude, se desdobrou de forma correlacionada entre academia, partidos políticos, sociedade civil e os governos de FHC (1995-2002), Lula (2002-2010) e Dilma (2011-2016).

O antirracismo social-liberal no Brasil é, precisamente, uma estratégia de combate ao racismo que incorporou nas suas ideias e práticas a ideologia social-liberal. De forma esquemática, tal estratégia está estruturada sob três teses e três ferramentas.

Primeiro, a tese de que o racismo é o principal motor das desigualdades raciais no Brasil e que, conseqüentemente, a posituação da “raça” constitui a única e mais eficaz forma de combate à opressão racista. O conceito sociológico de “raça” é a sua respectiva ferramenta.

Segundo, a tese de que o racismo pode ser superado dentro do capitalismo com equidade racial. A esta tese corresponde a ferramenta da ação afirmativa. Terceiro, a tese de que a filantropia uma forma não ideológica e eficaz de luta contra

o racismo. Desta terceira tese decorre a ferramenta da Organização Não Governamental (ONG).

Nestes termos, podemos estabelecer a gênese do antirracismo social-liberal a partir da confluência de um conjunto de fatores. No campo político-institucional, a inserção de lideranças negras em diversos partidos, especialmente na gestão de Fernando Henrique Cardoso (FHC) de 1995 a 2002, foi de fundamental importância para a legitimação das ações afirmativas como a pauta pública mais importante do antirracismo social-liberal. A Marcha de Zumbi em 1995 representou a coroação desta simbiose entre este novo antirracismo e os governos neoliberais.

No campo da chamada sociedade civil, a difusão das ONGs, participantes ativas na construção da Marcha de Zumbi e na Conferência de Durban em 2001, representa o alinhamento do antirracismo social liberal às “novas” formas de participação política depois da derrota da classe trabalhadora pela vitória dos governos neoliberais na redemocratização. Por fim, no campo teórico, as pesquisas sobre desigualdades raciais e a teoria social pós-moderna desempenharam seu papel na reabilitação do conceito de “raça” em termos sociológicos.

3.3 Desenvolvimento



Foto 1: Marcha Zumbi, Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida, 20 de novembro de 1995. Foto: Fernando Cruz / Acervo CSBH/FPA

No campo político institucional, merece destaque a Marcha Zumbi Contra o Racismo, pela Igualdade e a Vida, ocorrida em Brasília, dia 20 de novembro de 1995, na qual participaram em torno de 30 mil manifestantes, entre organizações do

“Movimento Negro”, trabalhadores sindicalizados, lideranças políticas e intelectuais. Os slogans mobilizados (Contra o racismo, pela cidadania e a vida! Reaja a violência racial! Negro também quer poder! Queremos escola, queremos emprego!) denotam uma mudança qualitativa na estratégia do antirracismo contemporâneo. Segundo Flávia Rios:

“Diferentemente de antes, a marcha representava um ritual que culminaria com o encontro entre o presidente da República e a comitiva nacional do movimento. Nesse encontro, alguns de seus ministros, como Paulo Renato e Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, se fizeram presentes, quando os ativistas entregaram um documento formal no qual apresentavam suas reivindicações, “denunciando o racismo, defendendo a inclusão dos negros na sociedade brasileira e apresentando propostas concretas de políticas públicas” (RIOS, 2014, p. 201).

Em 1996, como resultado das reivindicações da Marcha do ano anterior, FHC instituiu o Grupo Interministerial de Trabalho (GTI) ligado ao Ministério da Justiça com pesquisadores e militantes e realizou um seminário de abertura com o tema “Multiculturalismo e racismo”.

A Marcha e a abertura do governo FHC para o antirracismo significaram um momento chave do nascimento do antirracismo social-liberal no Brasil. Bem diferente dos protestos de 1978, a partir deste ponto o antirracismo brasileiro selou sua integração na nova dinâmica da ideologia do social-liberalismo.

O antirracismo da Marcha de 1995, neste processo, assumiu uma feição radicalmente diferente do antirracismo do MNU de 1978. A luta de 1978 buscava uma articulação entre raça e classe, era antirracista e anticapitalista. A luta de 1995, ao contrário, foi principalmente uma realização de lideranças negras ligadas ao PT, PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), ONGs e apresentaram como principal projeto político as ações afirmativas.

É importante destacar que o MNU se opôs inicialmente a Marcha, a ela se integrando apenas posteriormente. Além disso, no dia do evento, houve conflito entre organizadores da Marcha e membros da Central Única dos Trabalhadores (CUT). A organização não queria que a Marcha se transformasse num ato de oposição ao governo FHC e dessa forma exigiu a retirada de uma bandeira da CUT do caminhão principal do ato. Outro dado curioso sobre a comitiva recebida por FHC, segundo Edson Cardoso, parlamentar petista idealizador da marcha

(ALBERTI; PEREIRA, 2007), é que esta foi previamente informada ao Presidente para que fossem evitadas pressões e constrangimentos.

O GTI foi dirigido durante os governos de FHC pelo economista Hélio Santos. Em entrevista²² ao programa Roda Vida em 2002, Santos enfatizou a importância de FHC para o antirracismo no Brasil. Segundo o economista, mesmo que não tenha implantado em larga escala as ações afirmativas, a mérito inédito de colocar no debate público a discussão sobre o racismo foi do governo de Fernando Henrique Cardoso. Esta visão é, inclusive, consensual entre os protagonistas do antirracismo de 1995.

A figura de Hélio Santos na virada qualitativa do antirracismo contemporâneo é, deve-se enfatizar, incontornável. Santos se integrou ao MDB durante a ditadura militar e foi responsável por criar um núcleo de negros na juventude do PMDB em 1976. Posteriormente foi presidente do Conselho do Negro, primeiro órgão público brasileiro voltado para políticas públicas de igualdade racial, na gestão de Franco Montoro (PMDB), no ano de 1984 em São Paulo. Também foi candidato a vereador e deputado com o apoio de Fernando Henrique Cardoso.

Dentre os protagonistas do MNU em 1978 não está Hélio Santos, justamente porque o MNU foi resultado da ação de militantes de esquerda. Hélio Santos sempre fora orientado por um forte senso de pragmatismo político, de modo que considerava o “movimento negro muito ideológico”. Todavia, pela força de mudanças profundas no mundo e no Brasil, Hélio foi aos poucos se tornando a peça-chave que selaria o acordo entre ativistas do antirracismo de esquerda e o governo de FHC.

Em entrevista recente a Ivanir Santos²³, outro limitante histórico do antirracismo contemporâneo, ambos falaram do papel de Santos para fazer cessar as paixões ideológicas daqueles que não viam com bons olhos a participação em qualquer instância do governo de FHC.

O que Flávia Rios nomeou de institucionalização inédita do “movimento negro” é um dos elementos mais fortes da mudança qualitativa do antirracismo contemporâneo. Já em 1996, o consenso em torno da tese do “ano zero da

²² O programa Roda Viva com o economista e ativista Hélio Santos pode ser acessado no link a seguir: https://www.youtube.com/results?search_query=roda+viva+h%C3%A9lio+santos+2002.

²³ A entrevista de Hélio Santos com o também militante histórico do antirracismo contemporâneo Ivanir dos Santos pode ser acessada no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=CH-3rQEGDbE>.

cidadania do negro brasileiro” é expresso pela voz de importantes parlamentares de esquerda como Benedita da Silva, Marina Silva e Eduardo Suplicy, quando, a partir do discurso de Benedita²⁴, elogiava-se as ações de FHC para a questão do racismo no Brasil.

Do ponto de vista da esquerda socialista, esta foi uma época de derrota. Do ponto de vista do antirracismo social-liberal, ao contrário, este foi um período de vitória. Assim, o antirracismo social-liberal nasceu de uma aliança entre ativistas negros de esquerda e de direita, sob o comando desta esta última, de forma concreta aliado do governo de Fernando Henrique Cardoso. A obstinação do antirracismo social liberal de 1995 em separar raça e classe, em situar o antirracismo no interior da defesa genérica dos direitos humanos, serviu na prática para legitimar a participação de lideranças negras em governos neoliberais e inimigos da classe trabalhadora. Desse modo, a venda de empresas públicas, os escândalos de corrupção e o aumento das desigualdades na era tucana puderam passar tranquilamente pela consciência política do nascente antirracismo social liberal.

No campo da chamada sociedade civil, a proliferação das ONGS no decorrer da década de 1990 ofereceu outra via de participação política para o antirracismo social liberal. A ONG GELEDÉS Instituto da Mulher Negra, nesta dimensão, é um dos casos mais emblemáticos e duradouros. Fundada em 1983 por um grupo de mulheres negras em São Paulo, GELEDÉS contou desde o seu início com o financiamento da Fundação Ford. Além dela, outras centenas de ONGs voltadas para o combate ao racismo conformaram a expansão do chamado Terceiro Setor, financiadas por diferentes fundações e institutos internacionais.

O fenômeno do processo onguizador foi elucidado em importante coletânea de ensaios organizada pelo professor doutor Vitullo (2015). As ideias de solidariedade, “faça a sua parte”, empreendedorismo, empresa cidadã e responsabilidade social tornaram-se um poderoso elemento desorganizador da classe trabalhadora brasileira. Lideranças como Sueli Carneiro e Edna Roland, ambas da GELEDÉS, desempenham papel de destaque nos principais acontecimentos que estão na base do antirracismo social liberal no Brasil. A famosa

²⁴ O pronunciamento da então Senadora Benedita da Silva pode ser acessado no seguinte link: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/pronunciamentos/-/p/texto/183819>.

frase de Sueli Carneiro “Eu, entre direita e esquerda, continuo sendo preta”, simboliza esta desconstrução da consciência de classe por meio dos instrumentos do social liberalismo.

Um marco histórico importante que abarca esta dimensão da categoria aqui delineada foi a III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas na cidade de Durban, África do Sul, em 2001. Sobre a “Batalha de Durban”, Sueli Carneiro escreveu que se tratou de um acontecimento positivo porque deu “visibilidade” a temas importantes e despertou no “Movimento Negro” brasileiro muitas esperanças. (CARNEIRO, 2002).

Nesta análise, a ativista parte de uma premissa que se tornou senso comum no antirracismo social liberal que é a de considerar o suposto ineditismo da sua atuação sobre o tema do racismo. Diante deste otimismo, com base numa leitura crítica, cabem aqui alguns questionamentos. As Conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) deram visibilidade ou deram visibilidade nos termos do seu interesse? Estas conferências, na verdade, não seriam fruto de uma derrota histórica das lutas sociais do século XX?

No campo teórico, segundo Peter Fry (2005), Carlos Hasenbalg foi o intelectual que lançou as bases da nova “política racial” do “movimento negro” e do estado brasileiro por meio da sua Sociologia quantitativa das desigualdades raciais na obra Discriminação e desigualdades raciais no Brasil (1979). Em linhas gerais os argumentos fortes e fracos de Fry podem ser sistematizados da seguinte forma.

A partir de 1995 o estado brasileiro adotou uma “política racial” diferente da que vinha adotando desde a proclamação da República com a afirmação da igualdade perante a lei e o repúdio ao racismo. Neste primeiro aspecto, Fry toma a constituição republicana, logo após a abolição, como antirracista, pelo menos em termos formais. Neste sentido, incorre num erro básico tendo em vista que o racismo brasileiro em geral nunca precisou de um código legal explícito que o justificasse, tal qual a Jim Crow norte americana (MOURA, 1994).

Ainda assim, Fry está certo quanto à existência de uma inflexão qualitativa no antirracismo brasileiro neste período, como ficara demonstrado anteriormente quando tratamos dos fatores do campo político institucional que estão na base do antirracismo social liberal. O livro do Hasenbalg teria sido produzido num contexto de mudança da sociedade brasileira, haja vista as greves operárias, de 1978 a 1980, e o processo da abertura política. Além disso, a obra teria sido publicada quando o

marxismo “vulgar” perdia espaço para teorias mais “sofisticadas”. Indo mais além, Hasenbalg teria conseguido teoricamente o que “o movimento negro” não logrou fazer, que foi reduzir a complexidade do continuum de cor brasileiro a duas “raças”, brancos e não brancos, através de um “passe de mágica metodológico.” Hasenbalg, conclui Fry, ofereceu munição ideológica para o “movimento negro”.

Com base na argumentação que desenvolvemos anteriormente, o antirracismo de 1978, expresso na fundação do MNU, era ainda muito diferente daquele que veio se consolidar a partir de 1995 e a teoria social pós-moderna, por sua vez, estava dando seus primeiros passos no Brasil. Fry não distingue este momento de crescimento das lutas populares no Brasil, de 1978 a 1988, e o período da vitória neoliberal posterior. Segundo Fry, Hasenbalg foi o primeiro grande autor que condenou sem reservas o “mito” da democracia racial e responsabilizou-o pela permanência das desigualdades e pela baixa mobilização do “movimento negro”.

O grande vácuo da análise de Fry é que ele não consegue oferecer uma explicação para esta mudança tão profunda empreendida pelo governo FHC. Fry escreveu o artigo aqui analisado em 2007 sobre uma inflexão no antirracismo durante o governo de FHC e o termo neoliberalismo não apareceu uma única vez. Neste caso, como em tantos outros envolvendo o grupo de intelectuais que se opôs à política de ação afirmativa, fica evidente a pobreza teórica das ditas teorias sociais “sofisticadas” mobilizadas por esses autores contra o “marxismo vulgar”, todavia incapazes de perceber as mudanças profundas pelas quais passaram o mundo e o Brasil no desenvolvimento da era neoliberal.

As duas determinações de fundo do antirracismo social liberal, a derrota da classe trabalhadora nas primeiras eleições democráticas e a integração do Brasil na globalização não são levadas em conta e, assim, o embate entre pró-cotas e anti-cotas, disputa ferrenha do período de consolidação do antirracismo social liberal, se deu basicamente no campo do liberalismo.

Em Lugar de Negro (1984), obra escrita em conjunto com a ativista e filósofa Lélia Gonzalez, Hasenbalg escreveu sobre raça, classe e mobilidade social. Como assinalado por Fry e com sua concordância neste ponto, Hasenbalg reafirma a caricatura da compreensão “marxista vulgar” do racismo.

Ao contrário, pode-se afirmar que são justamente esses estudos centrados na “raça” e nas desigualdades “raciais” que, sem deixar claro, partem da premissa de que o racismo poderia desaparecer dentro do capitalismo. O que constitui esta

premissa senão a crença de que o racismo é uma espécie de mecanismo (acessório, dispensável, um epifenômeno) do qual o capitalismo poderia se desfazer sem se autodestruir?

Para que entendamos com clareza este tipo de reflexão teórica que concentra toda a sua capacidade explicativa em aspectos parciais da realidade, esquecendo todo um conjunto de elaborações teóricas e políticas acerca da dependência, subdesenvolvimento brasileiro e do social-liberalismo (CASTELO, 2011), devemos olhar para as proposições políticas de Hasenbalg (GUIMARÃES 2006, p 267):

“O efeito esperado das políticas de cotas raciais nas universidades públicas e de vagas para alunos de famílias carentes nas universidades privadas, incluindo pretos e pardos, por meio do ProUni, é o aumento da presença de não-brancos em posições sociais de destaque. Isso, por sua vez, deverá socavar os estereótipos negativos que, como já mencionei, delimitam os "lugares apropriados" para os não-brancos. Trata-se de acelerar significativamente a incorporação de não-brancos em papéis que propiciem modelos de identificação (*role models*). Nas discussões com Nelson do Valle sobre esse tema, chegamos também à conclusão de que a questão tempo é essencial: mesmo na ausência de mecanismos discriminatórios, a eliminação das desigualdades raciais levaria várias gerações, se deixada aos ritmos naturais. Por outro lado, dada a aparente existência de tais mecanismos, estamos diante de um custo social evitável: além da presença de questões fundamentais relativas à justiça social e à equidade, a existência de mecanismos discriminatórios representa um desperdício do que os economistas chamam de "capital humano", já que não estamos aproveitando todo o potencial de pessoas talentosas, cujo talento não pode ser expresso por causa das menores oportunidades e incentivos de que os não-brancos dispõem. O argumento passa então também pela maior eficiência de uma sociedade mais igualitária nas oportunidades, o que justificaria ações afirmativas para incentivar e propiciar o florescimento dos membros mais talentosos das minorias.”

Castelo, na sua explanação acerca do social-liberalismo, apontou para o fato de que o social-liberalismo reconhece que o mercado por si só pode gerar desigualdades, o que poderia ser atenuado com políticas focais para combater os efeitos mais nocivos destas desigualdades. Neste sentido, a leitura de Hasenbalg está em inteira consonância com os postulados do social-liberalismo. Cabe notar no trecho acima o quanto Hasenbalg parece estar dialogando, mais precisamente, com os neoliberais que defendem que o funcionamento dos mercados por si só eliminaria as desigualdades. O oponente imediato de Hasenbalg não é a teoria marxista, a qual ele descarta como reducionista, mas sim o receituário neoliberal ideal, como conceituou Castelo.

Hasenbalg foi o autor que lançou as bases teóricas para o antirracismo social liberal no que se refere ao tema da causalidade das desigualdades raciais. Antônio

Sérgio Alfredo Guimarães, por sua vez, foi aquele que concentrou esforços em elaborar um conceito sociológico de “raça”.

Em entrevista, Guimarães explicou nos seguintes termos as razões que o levaram a migrar para o campo de estudo das relações raciais:

Comecei com um projeto financiado pela Ford. Rebecca Reichmann era a Officer da Ford para direitos humanos e foi negociar com a gente uma doação para o Centro de Estudos e Pesquisas e Humanidades da Universidade Federal da Bahia (CRH-UFBA). A Ford estava, então, interessada em que se implantasse na Bahia uma linha de estudos sociológicos sobre o negro brasileiro. Os estudos na Bahia, depois do projeto UNESCO, tinham se concentrado na cultura e na religiosidade afro-brasileira. A Ford queria investir numa retomada dos estudos sociológicos: mercado de trabalho, mobilidade social, desigualdades etc. A minha posição nessa negociação foi forçar um estudo sobre as classes sociais na Bahia, que era uma lacuna. Não seria somente um estudo sobre estrutura de classe e mudanças, eu queria algo na linha do que o Michel Agier já estava fazendo na Liberdade, algo mais bourdieusiano. Mas Rebeca foi irredutível: a doação seria para estudos raciais. Morreu aí, certo? Eu disse: “é, Michel, não tem jeito”. Foi aí que me surgiu a ideia de um estudo comparativo em duas empresas petroquímicas sobre mobilidade interna, procurando detectar e explicar discriminações de gênero e raça, controlando por forma de gestão do trabalho” (RIOS; GATO; SOTERO, 2016, P. 77).

Como foi possível ler acima, o financiamento da Fundação Ford obedeceu a critérios muito específicos, o que nos obriga também a uma reflexão sobre o papel desempenhado por esses organismos na construção do antirracismo social-liberal. A Fundação Ford²⁵, no ano de 1969, ajudou a financiar a Operação Bandeirantes (OBAN), empreitada que se notabilizou pela tortura e assassinato de militantes comunistas e progressistas.

No mesmo ano, a Ford dispendeu recursos para a criação do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), composto inicialmente por professores da USP afastados da Universidade pelo Ato Institucional nº 5. Fernando Henrique Cardoso, um de seus mais destacados membros, afirmou em entrevista para o Jornal Folha de São Paulo²⁶ que um dos critérios para a participação no CEBRAP era não compor a luta armada. O anticomunismo e antimarxismo dos estudos sobre relações raciais financiados pela Fundação Ford não eram simples

²⁵ A série de artigos sobre a Fundação Ford de Marcus Correia pode ser acessada no link a seguir: <https://esquerdaonline.com.br/2016/12/10/discutindo-a-fundacao-ford-parte-1-de-4/>.

²⁶ A entrevista com FHC poder ser acessada no link a seguir: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/05/fhc-counta-como-cebrap-o-aproximou-de-ulysses-e-lula-na-ditadura.shtml>.

expressão de diversidade teórica. Interessava a Ford acabar com os comunistas fisicamente e deslegitimar e enfraquecer as suas contribuições teóricas e políticas.

Uma síntese do programa do antirracismo social-liberal pode ser encontrada em Guimarães na sua obra *Racismo e antirracismo no Brasil*, de 1999, sobre discutiu-se alguns aspectos no primeiro capítulo desta dissertação.

Para este autor, a agenda antirracista deveria organizar-se em três níveis: estatal, nacional e individual. No plano estatal, o objetivo seria a busca da garantia de liberdades e direitos individuais e as ações afirmativas seriam uma opção para a sua realização. No plano da nação, o desafio seria a reconstrução das nacionalidades em bases pluriculturais e pluriétnicas, o que se realizaria com a valorização das diversas culturas e raças em vez de uma única cultura nacional e de uma única raça nacional. No plano individual, as políticas de educação e o conjunto das políticas do estado deveriam combater a discriminação e valorar as culturas alternativas para elevação da autoestima dos negros. Finalmente, isto somente se tornaria possível na configuração de um amplo arco de alianças políticas. Assim como em Hasenbalg, também estão presentes em Guimarães os postulados do social-liberalismo.

A difusão da teoria social pós-moderna no Brasil, durante os anos 80 e 90, constitui outro importante elemento teórico do antirracismo social liberal. A obra de João Emanuel Evangelista *Teoria Social Pós-moderna: Introdução Crítica* (2007) aborda este fenômeno.

As revistas de Ciências Humanas *Novos Estudos*, *Lua Nova* e *Tempo Brasileiro*, além dos cadernos de cultura do jornal *Folha de São Paulo*, foram os veículos através dos quais as discussões em torno do pós-moderno adentraram o debate cultural e científico brasileiro. Evangelista ressalta o fato de que o país estava vivendo naqueles anos uma forte expansão da indústria cultural. Um importante aspecto a enfatizar é o fato de que estas revistas foram hegemônicas por pensadores liberais e por uma esquerda não comunista, o que se explica, em parte, pela própria situação dos comunistas e marxistas no contexto da repressão da Ditadura Militar.

A rejeição de muitos marxistas e comunistas aos debates provocados nestas revistas se assentava na posição crítica frente ao papel desempenhado por fundações internacionais no imperialismo norte-americano.

Segundo Evangelista, o primeiro artigo a tratar do debate pós-moderno no Brasil foi de autoria de José Guilherme Merquior que, anos depois, escreveria o discurso de posse do Presidente Fernando Collor em 1990. Collor, à época, nomeou seu projeto político econômico de social-liberalismo. Esta confluência entre o pós-moderno e o social liberal não é mera coincidência. O pós-moderno, no campo cultural e teórico, é um dos elementos estruturais do social-liberalismo.

Como assinala anteriormente, a partir da interpretação de Rodrigo Castelo, o social-liberalismo ganhou força no Brasil a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, o que não significa que elementos desta nova formatação do neoliberalismo não estivessem já presentes no Brasil. Devido à brevidade e instabilidade do governo Collor, somente a partir de FHC o Brasil pode se integrar completamente a nova fase do capitalismo mundial.

Em resumo, se poderia dizer que Hasenbalg lançou as bases teóricas na obra de 1979, mas suas ideias só encontraram possibilidade de institucionalização a partir da década de 1990 com a integração do Brasil no neoliberalismo já virando a chave para o social-liberalismo. Dessa forma, Guimarães é propriamente o autor que se tornará mais influente tendo em vista sua participação nos debates públicos a partir de 1995, sua teorização sobre o conceito sociológico de “raça” e seu estabelecimento como referência obrigatória dos estudos acadêmicos mais recentes sobre racismo e antirracismo no Brasil, tudo isso incorporando com mais força os postulados da teoria social pós-moderna como demonstrado por João Emanuel Evangelista.

Clovis Moura, fazendo a crítica do antirracismo de seu tempo (1994), chamava atenção para o fato de que, pelas peculiaridades da nossa redemocratização, havia se constituído uma divisão de classe na população negra brasileira que ele nomeou de *universo negro letrado* e *universo negro plebeu*.

O universo letrado havia entrado na universidade e usufruído minimamente do chamado milagre econômico. O universo plebeu, composto pela massa da população negra e pobre, por sua vez, estava sentindo naquele período os efeitos mais duros da crise econômica. Foi justamente o universo letrado que protagonizou o renascimento do antirracismo no pós-ditadura.

Moura já então havia constatado que a estratégia do antirracismo centrado unicamente na negritude, na valorização da “raça”, na cultura e na estética, criava um distanciamento entre o negro de classe média e o negro da classe trabalhadora.

A solução, para Moura, passava pela elaboração de um projeto de transformação que articulasse as dimensões de raça e classe, todavia, em 1988, tornavam-se visíveis os sinais de uma tendência que se tornaria hegemônica no antirracismo brasileiro:

“O problema do negro tem especificidades, particularidades e um nível de problemática muito mais profundo do que o do trabalhador branco. Mas, por outro lado, está a ele ligado porque não se poderá resolver o problema do negro, a sua discriminação, o preconceito contra ele, finalmente o racismo brasileiro, sem atentarmos que esse racismo não é epifenomênico, mas tem causas econômicas, sociais, históricas e ideológicas que alimentam o seu dinamismo atual. Um negro diretor de uma multinacional é sociologicamente um branco. Terá de conservar a discriminação contra o negro na divisão de trabalho interno da empresa, terá de executar suas normas racistas, e, com isto, deixar de pensar como negro explorado e discriminado e reproduzir no seu comportamento empresarial aquilo que um executivo branco também faria. A articulação do problema étnico com o social e político é que alguns grupos negros não estão entendendo, ou procuram não entender para se beneficiarem de cargos burocráticos e espaços abertos para os membros qualificados de uma ínfima classe média branqueada” (MOURA, 1998, p. 11).

O erro de separar raça e classe, acerca do qual também chamou atenção Florestan Fernandes, estava se processando por força de poderosas tendências sociais internacionais e nacionais. Florestan (1989, p. 33) escreveu:

“Muitos acham que o potencial do negro é melhor aproveitado quando ele se afirma só como raça. Mas se ele se afirmar somente como raça ele vai se isolar. O negro deve estar junto com os grupos que podem levar o protesto social até o fundo, pois se o negro estiver presente ele irá dinamizar o espaço político das classes trabalhadoras. É por isso que eu acho que é o momento de um lance entre raça e classe. Não para neutralizar o elemento raça, pois se neutralizar não haverá grupo humano que vá apresentar as reivindicações que são específicas da população negra. É imperativo que o negro entre com o e enquanto negro, mas também substancialmente como negro que faz parte das classes despossuídas e das classes trabalhadoras e assim ele pode viver os dois papéis políticos simultaneamente e dar maior eficácia aos dois.”

De certa forma, Florestan Fernandes conseguiu antever o futuro ao qual levaria o antirracismo social-liberal sob a liderança do universo negro letrado:

“...o negro e o mulato são fermentos revolucionários tremendos na sociedade brasileira, na medida em que eles não se segreguem, e levem o protesto racial para dentro da luta de classes. Mas se eles tiram esse conflito da luta geral, eles dão uma contribuição fantástica para as classes dominantes” (1989, p.40).

Os desenvolvimentos do antirracismo social-liberal no Brasil a partir do início do século XXI explicitaram de forma madura os elementos delineados inicialmente durante os anos de 1990.

3.4 Consolidação

O ciclo dos governos petistas (2002-2016), período de consolidação do antirracismo social-liberal, suscitou em amplos setores da sociedade brasileira um otimismo inédito na história do Brasil. Falou-se com entusiasmo de redução da pobreza, nova classe média, Estado de Bem Estar Social etc.

Este otimismo, inclusive, acendeu um acalorado debate teórico acerca da natureza da experiência petista. No campo da Ciência Política, o social-liberalismo posto em prática pelos governos petistas²⁷ recebeu uma sofisticada legitimação teórica na forma do chamado neodesenvolvimentismo/social desenvolvimentismo. Rodrigo Castelo contribuiu com uma crítica para este debate (2013). O questionamento base da sua análise consistiu no seguinte. Houve uma ruptura com o projeto neoliberal e sua atual ideologia hegemônica, o social liberalismo, na experiência petista?

Para os analistas que responderam sim a esta questão, tal virada teria se processado no segundo governo Lula (2007-2010). O primeiro governo teria sido objetivamente neoliberal, o que constitui um consenso entre os participantes deste debate. A partir de 2006, todavia, teria se operado uma mudança qualitativa e radical na condução do capitalismo brasileiro. Segundo os autores do neo/socialdesenvolvimentismo, o Brasil estaria rumando para tornar-se um país de classe média, com redução das desigualdades sociais e a construção de um inédito Estado de Bem Estar Social. A crise de 2008 teria forçado o governo petista a romper com o neoliberalismo através de um conjunto de medidas econômicas. Esta ruptura realmente aconteceu? Castelo chama a atenção para a força da supremacia

²⁷ Torna-se necessário ressaltar a diferença qualitativa entre o neoliberalismo dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) e o que nomeamos aqui de social-liberalismo dos governos petistas, categoria que se aplica particularmente ao período compreendido entre os anos de 2006 e 2014. O PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), não obstante sua origem social democrata, aderiu de forma radical logo em seu início ao programa neoliberal. O Partido dos Trabalhadores (PT), por sua vez, a partir do desenvolvimento da estratégia democrático-popular (IASI; FIGUEIREDO; NEVES, 2019) e da efetivação de um conjunto de políticas sociais empreendeu um arranjo contraditório de avanços e permanências que, se por um lado não realizou o seu programa de forma radical, por outro elevou a outro patamar as condições materiais da luta de classes no Brasil.

neoliberal no mundo e de como não existe um exemplo de experiência histórica concreta de ruptura com um projeto burguês que não tenha se dado por meio de massivas mobilizações populares, grandes reformas e revoluções.

Neste sentido, na visão dos ideólogos petistas, teria se operado no Brasil algo inédito na história da luta de classes. Por vezes, entretanto, as respostas para questões teóricas são apresentadas pelos desdobramentos dos antagonismos históricos fundamentais. O grande debate pré-1964 sobre o caráter da burguesia nacional resolveu-se no golpe militar de 1964.

O suposto Estado de Bem Estar Social, a suposta nova classe média e o suposto pós-neoliberalismo construídos pelos governos petistas não resistiram à crise econômica de 2015 quando Dilma Rousseff aplicou um duro ajuste fiscal e colocou no Ministério da Economia um reconhecido neoliberal, o economista Joaquim Levi. Em 2016, a classe dominante, aquela que nunca havia ganhado tanto na história do Brasil, como gostava de afirmar o Presidente Lula (PT), operou um golpe de Estado²⁸ contra Dilma Rousseff e assim, sem resistência, teve fim o sonho do neo/socialdesenvolvimentismo.

O antirracismo social-liberal, não obstante a derrocada do projeto petista conquistou relativos avanços para a população negra brasileira. Em 2003 foi criada a Secretaria de Promoção de Políticas de Igualdade Racial (SEPPIR), órgão central de planejamento de políticas para a população negra com status de Ministério. No mesmo ano foi aprovada a lei 10.639/03 que tornou obrigatório o ensino de cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas de todo o país.

Em 2010 foi promulgado, ainda no segundo governo Lula, o Estatuto da Igualdade Racial. Em 2011 Dilma Rousseff sancionou o dia 20 de Novembro como dia nacional da consciência negra. No ano seguinte foi aprovada a lei de cotas nº 12711 para as instituições federais de ensino. Por fim, em 2014, foi aprovada a lei de cotas para concursos públicos nº 12.990. Mas não tardou que o prognóstico de Fernandes passasse a se confirmar.

3.5 Crise

²⁸ Para uma discussão teórica acerca das novas configurações golpistas no século 21, ver o artigo de Leonardo Valente Monteiro (Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na América Latina: os casos de Honduras, Paraguai e Brasil) O arquivo pode ser acessado em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/32395>.

De 2015 até os dias atuais, mesmo com a permanência da lei de cotas nas Universidades e serviços públicos, tais políticas vêm sendo enfraquecidas por uma grave e prolongada crise econômica e política que já se arrasta há mais de cinco anos. A crise do antirracismo social-liberal, em particular, apresentou seus primeiros contornos a partir de 2015 no seio de polêmicas controversas.

Naquele ano, a administração do espaço Itaú Cultural cancelou a peça teatral “A mulher do Trem”, acusada da prática de blackface e organizou um debate com ativistas do “Movimento Negro”. Também em 2015, motivadas por pichações racistas em banheiros da Universidade de São Paulo (USP), alunas entraram numa sala de aula do curso de Direito para protestar e o vídeo desta ação gerou enorme polêmica nas redes sociais e imprensa. Em 2017, os casos das marchinhas²⁹, dos turbantes³⁰ e clipes musicais³¹ levantaram uma acalorada discussão sobre o racismo nas artes, apropriação cultural, e representação da população negra no cinema e na TV (BOSCO, 2017).

O que esse conjunto de ações tem em comum é o fato de, apesar da pertinência de algumas delas, em sua maioria não terem gerado qualquer mudança significativa na redução do racismo no Brasil, nem terem contribuído para a maior politização da sociedade brasileira. Naquele contexto de crise econômica, Impeachment e ascensão da extrema direita, estes atos políticos isolados deixaram evidente a desorientação de uma geração de jovens universitários situados no interior do fim de um ciclo na política brasileira, que foi a experiência petista.

²⁹ No carnaval de 2017, diversos blocos de São Paulo anunciaram que retirariam do seu repertório marchinhas clássicas em razão de seu conteúdo preconceituoso.

³⁰ Em 2017, em sua página do Facebook, Thauane Cordeiro, uma mulher branca, postou o seguinte relato: “Vou contar o que houve ontem, pra entenderem o por que de eu estar brava com esse lance de apropriação cultural: Eu estava na estação com o turbante toda linda, me sentindo diva. E eu comecei a reparar que tinha bastante mulheres negras, lindas aliás, que estavam me olhando torto, tipo “olha a branquinha lá se apropriando da nossa cultura”, enfim, veio uma falar comigo e dizer que eu não deveria usar turbante por que eu era branca. Tirei o turbante e falei “tá vendo essa careca, isso se chama câncer, então eu uso o que eu quero! Adeus” Peguei e saí e ela ficou com a cara de tacho. E sinceramente, não vejo qual o PROBLEMA dessa nossa sociedade, meu Deus. #VaiTerTodosDeTurbantesSim”.

³¹ Em 2017, a cantora Malu Magalhães lançou o videoclipe da canção “Você não presta”. Dele participaram diversos dançarinos negros e negras de forma sensualizada. O clipe suscitou um debate sobre a sexualização das pessoas negras.

Estas ações puramente individuais e com forte caráter moralista foram a manifestação política, sobretudo, de certa melancolia que não encontrou forma de se expressar a não ser pela via de uma rebeldia individualista puramente simbólica.

O antirracismo social-liberal entrou num processo de crise aguda, sobretudo, a partir da chamada onda conservadora que se levantou no Brasil depois de Junho de 2013 e culminou com a eleição de Jair Bolsonaro em 2018.

O exemplo do ativista negro Fernando Holiday, do Movimento Brasil Livre (MBL), foi emblemático na forma como desencadeou um curto-circuito em lugares comuns do antirracismo social-liberal. Holiday, autodeclarado negro e homossexual, cresceu como ativista político nas manifestações a favor do Impeachment da Presidente Dilma Rousseff em 2015 e elegeu-se vereador por São Paulo com uma pauta abertamente reacionária de oposição às cotas, ao Movimento Negro, a referência política de Zumbi dos Palmares, e um discurso revisionista fortemente influenciado pelo conservadorismo do “filósofo” Olavo de Carvalho.

O ano de 2019 se configurou, nesse percurso, como ponto alto da crise desta tendência. Entretanto, no largo campo da oposição ao governo Bolsonaro, o antirracismo social-liberal ocupa ainda o lugar de hegemonia.

Todavia, nos últimos tempos, duas tendências antirracistas minoritárias apareceram no debate público brasileiro: o mulherismo africana e o antirracismo revolucionário.

O mulherismo africana no Brasil constitui o resultado teórico-político da radicalização da tese do antirracismo social-liberal acerca da centralidade da “raça/racismo” como causalidade das desigualdades sociais e como principal eixo de mobilização política. É isto o que se vê na adoção de nomes e identidades africanas por suas principais protagonistas no Brasil, tais como Aza Njeri, Katiúscia Ribeiro e Anin Urasse. O mulherismo africana também é garveyista e, por isso, uma espécie de nacionalismo negro.

Por essa razão, em alguns aspectos, o mulherismo africana tenciona com os atores mais proeminentes do antirracismo social-liberal atualmente, mas, é importante ressaltar, não tem ainda condições de se tornar autônomo, seja por que depende de espaços e ferramentas do antirracismo social-liberal para se promover como OGNs, seja por que, no essencial, coaduna com o capitalismo, o que aparece no anticomunismo e ausência de reflexão acerca deste fenômeno nas produções teóricas sobre o assunto. (MORAIS; BRITO; COSTA 2020).

Sob uma aparência de radicalidade, o mulherismo africano no Brasil tem disseminado discursos profundamente irracionalistas. Merece particular atenção a centralidade da categoria “Ocidental” nas suas análises. De acordo com as autoras filiadas a esta corrente política, tanto o marxismo como o feminismo são perspectivas eurocêntricas que, profundamente “Ocidentais”, devem ser rejeitadas por que, essencialmente, elas não dizem respeito à realidade das mulheres “pretas” e jamais poderiam levar o “povo preto” para o caminho da emancipação. O correto a ser feito seria um retorno a “ancestralidade” centrada em “África”.

Com outra gramática, este debate posto pelas mulheristas africanas repõe o velho debate entre modernidade e pós-modernidade. A inteira rejeição ao “Ocidente” de agora, antes foi apresentada como inteira rejeição a modernidade. Nas palavras de Evangelista (2007. P. 184):

“A apologia da falência do projeto da modernidade e dos seus ideais emancipatórios vem acompanhada da apresentação da impotência e da passividade proposta pelos teóricos pós-modernos. A condição pós-moderna implica resignação e submissão à ordem socioeconômica estabelecida, com a recusa de toda e qualquer ação coletiva que vise a transformações estruturais do capitalismo. O pós-modernismo, como estado de espírito dominante, redundava em perplexidade e desorientação política e intelectual, que se efetiva no abandono da crítica e dos projetos sociais transformadores.”

A afirmação da proeminência da “raça” frente à classe e ao gênero tem sido apresentada pelas mulheristas africanas brasileiras em suas intervenções públicas com características fortemente essencialistas. Vejamos as palavras de Katiúscia Ribeiro³²:

“Faz alguns anos que mergulhei na pergunta que fiz ao chegar aqui. Onde vive a ancestralidade? E o que eu descobri, eu conto agora. Na verdade, ela vive em mais lugares do que se pode contar, mais dentro do que fora, mais na terra do que no ar, mais dentro de nós do que qualquer outro lugar. Saber e reconhecer a presença da ancestralidade pode ser um caminho possível para repensar outros modelos sociais e eliminar as diversas violências que somos submetidas no cotidiano. Quem sabe, olhar para frente, espelhando nas experiências do passado, nos ajudará a recriar caminhos por estradas já trilhadas.” Toda criança na gestação, em formação, recebe um primeiro elemento, é uma gota de sangue na formação desse coração, o coração (na filosofia kemethica) era chamado de Ibi, um coração e um aspecto metafísico que transmuta a mente. Em seguida, essa criança, agora em formação, recebe um REM, um nome para sua identificação. Em seguida receberemos um sopro, que constitui o nosso duplo, a nossa sombra, um xeuti. Em seguida nós recebemos uma energia de alinhamento vital, um elemento vital que em consonância com o bá, faz e

³² A palestra da mestra Katiúscia Ribeiro pode ser acessada no link a seguir: <https://www.youtube.com/watch?v=7rsiUDAMJI>.

constrói a nossa alma. Esses são os cinco elementos que constituem um indivíduo. E nessa gota de sangue a partir da concepção que, no coração, moram as nossas emoções. E é por elas que nós acessamos para pensar sobre cada um de nós, o coração é a morada da nossa consciência. Nós somos todos esses elementos que dialogam, que nos fazem, que nos constroem, nós somos um ser e o ser ele é o todo. O pensar Kemetico é um exercício de ouvir a si mesmo. É daí que está o princípio da ancestralidade.”

Como se pode ler acima, o mulherismo africana propõe uma nova Antropologia, apresenta-se como uma superação radical de todo o conhecimento Ocidental. As propostas deste seguimento pós-moderno do antirracismo social-liberal constituem um caso acentuado de irracionalismo. Situar o lugar da “ancestralidade” numa suposta “gota de sangue” constitui uma evidente biologização do social.

A existência desta tendência demonstra que o conjunto de intelectuais que se opuseram as ações afirmativas nos últimos vinte anos não estava de todo errado. Entre 2005 e 2008, as cartas contra as cotas representaram a reação de toda uma geração de intelectuais contra o que eles denominaram de nova política racial (FRY, 2005; MAGGIE, 2005; KAMEL, 2006). Em síntese, seus argumentos versaram sobre agressão ao princípio legal da igualdade, desconsideração da miscigenação brasileira, incitação ao conflito racial etc. Passada mais de uma década deste debate (LISBOA, 2020), é possível observar com relativa segurança se os prognósticos dos anti cotas se confirmaram. Assim como é possível averiguar a eficácia desta política pública objeto de tantas controvérsias.

Os pró-cotas mostraram-se corretos no ponto em que de fato a política de ação afirmativa na universidade contribuiu para inclusão da população negra³³. A lei de cotas de 2012, é necessário ressaltar, promove majoritariamente a cota social e não exclusivamente racial. Neste sentido, estabeleceu-se a nível federal uma solução que incorporou a maior parte das demandas dos grupos antagônicos.

Os anti-cotas mostraram-se corretos quanto à fragilidade da autodeclaração como critério para determinação do beneficiário dessa política. Com o tempo, as universidades foram criando os chamados “tribunais raciais” para comprovação do pertencimento racial.

³³ O Censo do Ensino Superior desenvolvido pelo Inep evidenciou o aumento significativo de alunos negros nos cursos de graduação. Ver informação no link: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2018-05/cotas-foram-revolucao-silenciosa-no-brasil-afirma-especialista>.

Se por um lado, não se constituiu uma nação bicolor como temiam os anti-cotas ou mesmo um país dividido, por outro, no campo mais restrito da universidade e a partir do crescimento da esfera pública digital, inúmeros episódios dos chamados linchamentos virtuais ou mesmo da hoje nomeada “cultura do cancelamento”, guardam certa relação com o antirracismo social-liberal que transformou a “raça” em categoria central.

A existência de tendências irracionalistas, mesmo que minoritárias, no antirracismo atualmente - mulherismo africana - são a expressão mais acabada das previsões catastróficas dos anti-cotas. Mas nem de longe estas tendências se tornaram hegemônicas ou dão demonstrações de penetração social massiva.

Vale ressaltar que tal debate, não obstante a polarização que gerou, aconteceu majoritariamente no campo do liberalismo. O marxismo brasileiro pouco participou desta contenda, o que não significa que suas contribuições nas últimas décadas não ofereçam uma base teórica de fundo para a elucidação da transformação do antirracismo contemporâneo em antirracismo social-liberal.

Feita a reconstrução teórica da categoria antirracismo social-liberal, seu desenvolvimento, consolidação e crise, torna-se necessária uma abordagem acerca das manifestações mais recentes desta estratégia. O antirracismo revolucionário no Brasil consiste numa tendência antagônica ao antirracismo social-liberal e é por meia dela que se buscará a compreensão das formas atuais da estratégia contrarrevolucionária que estamos tentando desvelar.

4. EXPRESSÕES ATUAIS DO ANTIRRACISMO SOCIAL LIBERAL NO BRASIL

Os capítulos anteriores foram dedicados à compreensão materialista do racismo e da constituição do antirracismo social-liberal no Brasil. O objetivo deste capítulo é apresentar uma pequena contribuição para a crítica marxista do antirracismo social-liberal no Brasil que, nos últimos anos, tem se ampliado com os importantes trabalhos de Rosenverck (2015) Jones Manoel (2020), Juary Chagas (2018) e Douglas Rodrigues Barros (2019).

Com base nesses autores, a crítica a seguir se deterá sobre as seguintes expressões atuais da estratégia antirracista social-liberal: ancestralidade africana; política identitária; lugar de fala; anticomunismo e interseccionalidade.

Muito da reflexão aqui proposta buscará apoio teórico num campo já tradicional da crítica marxista dos fenômenos da teoria social pós-moderna, novos movimentos sociais, política de identidade, pós-marxismo, ideologia do terceiro setor e social-liberalismo (EVANGELISTA, 2007; WOOD, 2003; PETRAS, 1999; FONTES, 2013; VITTULO, 2015; CASTELO, 2011). Trata-se, neste sentido, de dar continuidade a um debate que a muito ocupa as reflexões de uma pequena parcela marxista da academia, dos partidos e movimentos sociais no Brasil nos últimos 40 anos.

4.1 Ancestralidade africana

O mito da “ancestralidade africana” é uma das expressões do antirracismo social-liberal no Brasil de 2020.

O filósofo Douglas Rodrigues Barros, em sua obra “Lugar de negro, luta de branco? esboço para uma crítica à metafísica racial” tratou das origens desse mito e, sobretudo, rastreou sua presença na obra de Abdias do Nascimento.

Como militante do movimento negro, Douglas relata que a inspiração para o livro partiu da intuição de que, provavelmente, uma mudança profunda havia se operado no antirracismo brasileiro durante os governos petistas, com a ascensão de uma retórica de empoderamento puramente individual. Tomando como base a obra de Franz Fanon, Douglas confrontou o anti-essencialismo deste autor com o essencialismo de Abdias do Nascimento.

Em Fanon, o objetivo estratégico da luta antirracista deveria ser a destruição da racialização. A afirmação da negritude ocuparia apenas um primeiro momento da luta antirracista. Na obra de Nascimento, depois da competente destruição do mito da democracia racial, o que surge é a afirmação permanente da identidade negra, das “culturas africanas”, o que culmina numa busca desesperada pelas “raízes” perdidas. O grande inimigo a ser combatido pelo antirracismo, em Nascimento, é o branco europeu e não o sistema capitalista que criou as raças e no interior do qual é impossível a emancipação humana como um todo.

Com base nos estudos do filósofo congolês Yves Valentin Mudimbe, Douglas demonstrou como o mito de uma África pré-lógica, sensual, sensível e criativa, seja nas chaves hobbesiana ou roussoniana, foi uma invenção da etnologia moderna com o objetivo de administrar e controlar os povos do continente africano. O paradoxo de uma crítica anti-materialista do racismo é que ela, contraditoriamente, reproduz os mitos forjados pelo sistema capitalista.

Nascimento, neste sentido, tem uma concepção identitária da identidade. Na época em que escreveu suas obras, versões distintas do pan-africanismo competiam entre si. Franz Fanon representava uma vertente de esquerda revolucionária. Marcus Garvey³⁴, por sua vez, representava uma vertente nacionalista de direita. Nascimento se aproximou desta última.

³⁴ Marcus Garvey (1887-1940) foi um dos mais importantes líderes negros da primeira metade do século XX com influência internacional. Para uma abordagem crítica do chamado garveysmo ver: <https://lavrpalavra.com/2019/06/22/voces-querem-um-hitler-negro-critica-ao-black-money/>.

Como vimos na última sessão do capítulo II sobre mulherismo afrikana, esta corrente atual do antirracismo social liberal é hoje a representante mais significativa do mito da “ancestralidade africana”. Em sua obra, Douglas não se propôs a fazer uma história do antirracismo contemporâneo no Brasil. Desta forma, suas reflexões acabaram dando, provavelmente, um peso excessivo as ideias de Abdias do Nascimento para a configuração atual do antirracismo social liberal. Mesmo reconhecendo o papel desempenhado por Abdias do Nascimento, acredita-se ter sido demonstrado no capítulo anterior que as ideias pós-modernas de negação da totalidade, do capitalismo e a afirmação das identidades estiverem fortemente presentes na produção dos estudos sobre desigualdades raciais, na atuação das ONGs e nos debates sobre as políticas de ação afirmativa nos governos de FHC.

A prática política de Abdias do Nascimento no Brasil contemporâneo, apesar dos limites das ideias acima analisadas, esteve muito ligada à atuação do Partido Democrático Trabalhista (PDT) de Leonel Brizola, de forma que seu essencialismo precisou dialogar e esteve mais ou menos subordinado ao projeto político trabalhista. Não obstante estas ponderações, as contribuições de Douglas para a crítica do mito da “ancestralidade africana”, mostram-se essenciais.

4.2 Política Identitária

O antirracismo social-liberal foi tratado de forma crítica no Brasil pelos marxistas na década de 1990, momento de seu desenvolvimento inicial. Foi o que vimos a partir dos apontamentos de Clovis Moura e Florestan Fernandes. No plano internacional, o marxismo também foi responsável por um conjunto de críticas a nova formatação da esquerda do pós Guerra Fria. De forma geral, esses pensadores rebateram a rejeição pós-moderna as categorias da totalidade e do imperialismo, se opuseram a pretensa superação do materialismo histórico e reafirmaram a centralidade teórico-política da luta de classes frente à noção de “identidade” (EVANGELISTA, 2001; PETRAS, 1999).

Além disso, tais autores levantaram a hipótese de que o aclamado “novo” pluralismo causal, metodológico e político parecia estar rumando para uma aceitação acrítica do capitalismo (WOOD, 2003). A época, estes marxistas foram acusados de reducionismo, eurocentrismo e, por grande parte do antirracismo

social-liberal, de desconsiderarem a “raça” como elemento estruturante das desigualdades sociais no Brasil.

A obra de Asad Haider “Armadilha da identidade: raça e classe nos dias de hoje (2019)” é um lúcido exemplo de autocrítica e crítica do que se tornou o antirracismo nos últimos anos. O lócus da sua análise é os EUA, mas sua reflexão nos pode ser útil para a compreensão do que também se passou no Brasil. Seu livro foi traduzido e publicado em 2019 e obteve uma modesta circulação no campo da esquerda brasileira.

A perspectiva teórica de Haider é o materialismo histórico e sua inspiração é a tradição política do movimento negro revolucionário nos EUA. Norte-americano de origem paquistanesa, Asad Haider relacionou no livro sua experiência de sujeito racializado com a reflexão teórico-política. Entre os EUA e o Paquistão, Haider sempre teve dificuldade de determinar com firmeza a sua identidade. Para ele, a identidade desde cedo se apresentou com um caráter evanescente. Todavia, subitamente, esta fluidez foi cristalizada quando do ataque às Torres Gêmeas em 2001. Nas suas palavras “minha identidade se tornou uma questão de segurança nacional”.

Esta experiência lhe ensinou sobre a objetividade da identidade e lhes colocou diante do dilema entre positivá-la e colocá-la no centro da sua militância ou, ao contrário, assumir uma reivindicação política universalista contra o imperialismo e o capitalismo. Haider optou por esta última linha. Ainda na escola, teve acesso a autobiografia do pantera negra Huey P. Newton|. Admirava o fato de Newton ter se lançado para além de sua identidade em busca de solidariedade com países como Cuba, China, Palestina e Vietnã.

Seja em Newton seja em Malcolm X, Haider encontrou exemplos reais da máxima inscrita no Manifesto Comunista: *“trabalhadores do mundo, uni-vos.”* Diante do sofrimento do mundo, muitos se apegaram ao consolo do nacionalismo reacionário e outros se apegaram ao consolo da identidade. Haider, contra a corrente, aderiu a possibilidade de uma solidariedade revolucionária global.

A expressão “política identitária”, quando cunhada pelo coletivo Combahee River em 1977, tinha o objetivo de enriquecer a luta de classes. Posteriormente, não foi o que aconteceu. A política identitária, na verdade, colocou-se contra a luta de classes. Seus postulados foram utilizados pela campanha de Hillary Clinton, por exemplo, para minar a candidatura do socialista democrático Bernie Sanders.

Sobre seu método e a noção de identidade, vale a pena ler as palavras do próprio Haider (2019, p. 35):

“Identidade é um fenômeno real: ela corresponde ao modo como o Estado nos divide em indivíduos e ao modo que formamos nossa individualidade em resposta a uma ampla gama de relações sociais. Ela é, no entanto, uma abstração. Uma abstração que não nos diz nada sobre as relações sociais específicas que a constituíram. Um método materialista de pesquisa deve ir do abstrato ao concreto. Ele deve trazer esta abstração de volta a Terra, passando por todas as especificidades históricas e relações materiais que a colocaram em nossas cabeças. De modo a fazer isso, devemos rejeitar a “identidade” como base para pensar a política identitária. Por essa razão, não aceito a divina trindade “raça, gênero e classe” como categorias identitárias. Essa ideia do Espírito Santo da Identidade, que ganha três formas divinas consubstanciais, não tem lugar na análise materialista. Raça, gênero e classe nomeiam relações sociais inteiramente diferentes, e elas em si são abstrações que precisam ser explicadas em termos de histórias materiais específicas”.

Para Haider, política identitária é a “neutralização de movimentos contra a opressão racial. É a ideologia que surgiu para apropriar esse legado emancipatório - Movimento pelos Direitos Civis e Partido dos Panteras Negras - e colocá-lo a serviço do avanço das elites políticas e econômicas.” A partir desta definição, Haider demonstra a estreita relação entre estes movimentos revolucionários e os comunistas e socialistas dos EUA. Depois das conquistas de 1965, o antirracismo se dividiu entre nacionalistas negros e movimentos revolucionários internacionalistas.

O Partido dos Panteras Negras sabia da especificidade da opressão racial, mas entendia que a luta contra o racismo teria que caminhar ao lado da luta contra o capitalismo. Do contrário, corria-se o risco de ver-se a substituição de um policial branco por um policial negro, de uma burguesia branca por uma burguesia negra. Aos poucos, o legado dos movimentos de massa foi sendo esvaziado por uma elite multicultural e a luta antirracista foi se restringindo a uma espécie de policiamento da linguagem e culpabilização dos brancos, enquanto as desigualdades abissais continuaram intactas. Para Haider, a luta antirracista dos movimentos de massa das décadas de 60 e 70 nada tem a ver com a ideologia identitária que se tornou hegemônica no antirracismo.

A crítica ao capitalismo, finalmente, foi suprimida por essa ideologia de neutralização. Neste ponto, a conclusão de Haider significa a confirmação da hipótese aventada pelos marxistas nas últimas décadas do século XX.

O que se passou com o antirracismo em 2014 nos Estados Unidos foi a intensificação da identidade como centralidade política. O relato de Haider traz os diversos embates entre identitários e movimentos universalistas no contexto inicial do movimento Black Lives Matter³⁵. Silenciamento, reificação da “raça” e fragmentação tornaram-se a regra. O que aconteceu no Brasil a partir de 2015, como tratado no capítulo anterior, reproduziu uma dinâmica semelhante a do antirracismo norte-americano. As conclusões de Haider foram escritas a partir do contexto dos EUA, todavia, demonstram enorme pertinência para os desafios do antirracismo revolucionário no Brasil.

4.3 Lugar de fala

A noção de lugar de fala constitui outra expressão atual do antirracismo social-liberal que merece ser analisada. Os livros *Lugar de fala* (2019) e *Pequeno Manual Antirracista* (2020) de Djamila Ribeiro ofereceram a abordagem mais completa desta noção e é a partir deles que poderemos elucidar os processos constitutivos desse conceito.

De modo a extrair o caráter teórico-político desta noção, a análise aqui empreendida terá como ponto de partida as seguintes questões. Quais conceitos de sociedade, racismo e antirracismo estruturam a obra de Djamila Ribeiro? Quais são os principais inimigos ou adversários, sejam grupos, instituições ou realidades que precisam ser transformadas e enfrentadas para que o racismo tenha fim no Brasil? É possível retirar das ideias de Djamila Ribeiro um programa, estratégia e táticas para o antirracismo brasileiro?

Começemos por rastrear as premissas teóricas da noção aqui analisada no livro *Lugar de Fala*. No início do capítulo dedicado propriamente ao conceito, Ribeiro nos elucida o seguinte:

“Antes de mais nada é preciso esclarecer que quando utilizarmos a palavra discurso no decorrer do livro e falamos da importância de se interromper o regime de autorização discursiva, estamos nos referindo a noção foucaultiana de discurso. De não pensar discurso como amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si,

³⁵ Black Lives Matter é um conjunto de manifestações e organizações que surgiu nos Estados Unidos da América desde 2013 em protesto contra a violência policial. Agora em 2020, realizou grandes manifestações em torno do assassinato, por um policial, do afro-americano George Floyd.

mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social, pois estaremos falando de poder e controle” (RIBEIRO, 2019 Pg. 37).

A noção foucaultiana de discurso, apesar de não aprofundada pela filósofa, é a premissa fundamental que atravessa todo o seu livro. Evidente que seu objeto não é a reflexão de Michel Foucault sobre o discurso, o que, todavia, não nos dispensa de um comentário sobre a crítica marxista desta noção para que entendamos suas implicações teóricas e políticas. David McNally, no artigo *Linguagem, história e luta de classes* (1997), tratou do tema da linguagem a partir de uma abordagem marxista. A tese de McNally é a de que a sua época, final do século XX, estava diante de um novo idealismo a partir do qual a linguagem se tornou um campo independente. Em termos gerais, esse novo idealismo consistia no seguinte:

“Tudo é discurso, entendam; e o discurso é tudo. Uma vez que os seres humanos são criaturas linguísticas, uma vez que o mundo onde agimos é conhecido e descrito através da língua, esse novo idealismo alega que nada existe fora dela. A língua, o “discurso”, o texto- o jargão varia, mas a mensagem não define o limite do que conhecemos, do que podemos imaginar, do que podemos fazer. Mas há nisso tudo uma teoria política. Dizem seus cultores que a opressão, em última análise, está enraizada na maneira como nós e os outros somos linguisticamente definidos, a maneira como somos posicionados por palavras em relação a outras palavras, ou por códigos que, afirmam eles, são “estruturados como uma língua”. Nosso próprio ser, nossa identidade e subjetividade é constituído através da língua” (MCNALLY 1997, pg. 33.).

O novo idealismo do “discurso” é, para McNally, fruto da derrota política, da aceitação do capitalismo e da redução da luta política a uma luta de palavras. Seu limite teórico está situado no mesmo lugar de todos os idealismos, que acredita que as ideais produzem a realidade.

Em Michel Foucault, para o qual o “o desenvolvimento da humanidade é uma série de interpretações” estamos diante de um determinismo discursivo, não obstante a ênfase deste autor na língua como um lugar de poder e sua materialização nas inúmeras instituições da sociedade moderna. Para o marxismo, não se trata de negar a importância da língua, trata-se, na verdade, de recusar sua independência da totalidade das relações sociais que constituem a sociedade burguesa. A partir da obra de Voloshinov, Macnally fala da linguagem como um campo de luta política, todavia, integrado as dinâmicas sociais mais gerais. O fato de a linguagem está relacionada à luta de classes não significa, todavia, que cada classe social tem uma linguagem própria.

Em Voloshinov, o sentido do dicionário mais ou menos comum a toda a sociedade é apropriado a partir do princípio da acentualidade discursiva. Através de ênfases, melodias, dialetos e entonações os sujeitos manipulam a linguagem de acordo com as diferentes circunstâncias. Isto pode igualmente ser feito em função da emancipação humana, que encontrará na linguagem formas de se expressar. Como base nesta reflexão, o que poderia significar “romper com um regime de autorização discursiva”?

Ribeiro nomeia a ferramenta para este objetivo, mas não nos explica do que se trata esse regime, qual relação deste regime com o regime democrático liberal, com a luta de classes, com o capitalismo dependente brasileiro e com o imperialismo. Este regime de autorização discursiva é uma realidade social, histórica e política que surgiu sob que condições? Funciona de acordo com os interesses objetivos da classe trabalhadora e da burguesia? Estão submetidos a este regime de autorização discursiva tanto os entregadores de aplicativos quanto os bilionários brasileiros? Enfatiza-se este ponto com o objetivo de localizar na argumentação de Ribeiro os sujeitos sociais, políticos e econômicos da opressão racista.

Num primeiro momento, o que nos aparece como aquilo que precisa ser questionado, enfrentado e superado é um suposto “regime de autorização discursiva.” Ribeiro, no entanto, não nos oferece elementos para sabermos do que se trata este regime, de modo que parece que nos encontramos, na verdade, diante do “novo idealismo” apontado por McNally, para o qual a linguagem é a realidade máxima da opressão.

Outra fonte de inspiração para Ribeiro advém do feminismo negro e é no interior deste debate que se tem acesso mais claramente as suas concepções teóricas sobre a realidade social, suas dinâmicas e estruturas:

“O foco do feminismo negro é salientar a diversidade de experiências tanto de mulheres quanto de homens e os diferentes pontos de vista possíveis de análise de um fenômeno, bem como marcar o lugar de fala de quem a propõe.” Patrícia Hill Collins é uma das principais autoras do que é denominado *feminist standpoint*. E sua análise, Collins (1990) lança mão do conceito de matriz de dominação para pensar a intersecção das desigualdades, na qual a mesma pessoa pode se encontrar em diferentes posições, a depender de suas características. Assim, o elemento representativo das experiências de formas de ser mulher estaria assentado no entrecruzamento entre gênero, raça, classe, geração, sem predominância de algum elemento sobre outro” (RIBEIRO, 2019, p. 40).

Neste trecho acima, temos contato com alguns aspectos da teoria social operada por Ribeiro. O que não se pôde enxergar na noção de discurso, encontramos agora na teoria do “ponto de vista feminista”. De início apresenta-se a relatividade das experiências sociais que variam de acordo com as identidades de cada sujeito e da forma como estas identidades se cruzam. Até aqui, nenhum problema. Mas, em que sentido pode-se dizer que um lugar específico pode oferecer uma análise diferente de um fenômeno social?

A perspectiva espontânea de cada sujeito certamente varia não somente de acordo com os grupos dos quais participa, mas varia de indivíduo a indivíduo, afinal de contas cada ser humano é particular. Entretanto, produzir uma análise teórica sobre um fenômeno não é simplesmente a emissão de uma opinião de determinado lugar da vida social. A análise teórica constitui um esforço da abstração para ir além da aparência fenomênica dos fatos (NETTO, 2011).

O que significa dizer que na experiência de “ser mulher”, gênero, raça, classe, geração, constituem uma junção de elementos iguais, sem predominância de uns sobre outros? Que é gênero, que é classe, que é raça, que é geração para esta perspectiva? Como pode a geração ser um elemento que tem a mesma potência constitutiva do que as classes sociais? Se nenhum desses “elementos” tem predominância sobre os outros na constituição da realidade social, então tal perspectiva tão abrangente precisa partir de uma teoria geral sobre o ser social, de forma a demonstrar a relação entre estas dimensões da realidade. Diante das críticas a teoria do ponto de vista feminista, Ribeiro (2019, p. 41) apresenta os contrapontos da sua criadora, Patrícia Hill Collins (1997, p. 9):

“Em primeiro lugar, o standpoint theory refere-se a experiências historicamente compartilhadas e baseadas em grupos. Grupos tem um grau de continuidade ao longo do tempo de tal modo que as realidades do grupo transcendem as experiências individuais. Por exemplo, como um grupo racial estigmatizado existiu muito antes de eu nascer e irá, provavelmente, continuar depois da minha morte. Embora minha experiência individual com o racismo seja única, os tipos de oportunidades e constrangimentos que me atravessam diariamente serão semelhantes com os que afro americanos confrontam-se como grupo... a teoria do ponto de vista feminista enfatiza menos as experiências individuais dentro de grupos socialmente construídos do que as condições sociais que constituem este grupo”.

Nem a noção de discurso, nem a ideia da intersecção das opressões puderam nos oferecer uma visão ampla de teoria social em Ribeiro. O trecho acima parece indicar qual perspectiva, na ausência de uma elaboração teórica clara, está

preenchendo esse vácuo. Esta afirmação parte do pressuposto de que, para abordagem teórica de um segmento específico da sociedade, é necessária uma teoria geral da sociedade. Se essa teoria não é explicitada, a ideologia dominante rapidamente ocupa o vácuo deixado.

A historiadora Ellen Wood, em 1995, chamou a atenção para a semelhança entre o conceito de política de identidade e o de grupos de interesse. Esta hipótese nos pode ser útil para pensarmos acerca da ideologia subjacente a reflexão de Ribeiro. No jargão empresarial, um grupo de interesses é formado por pessoas com algum objetivo em comum, sem pretensão partidária, de tomada do estado ou transformação da sociedade. O grupo de interesses pressiona por políticas públicas|. Eis sua razão de ser.

Uma leitura atenta da obra “Lugar de fala” da filósofa Djamila Ribeiro constatará a intensa repetição das noções de grupo, grupo social, lócus social, lugar social, localização social. Termos próprios do modelo geológico das teorias de estratificação social, como teoriza Ellen Wood.

Também é interessante notar como a autora citada por Ribeiro parte da noção de grupo, a qual não é explicada, e passeia por truísmos sociológicos. É evidente que o social é anterior ao indivíduo e que estabelece, assim, os limites da sua experiência. Chama a atenção no trecho citado acima como a perspectiva da equivalência causal, teórica e política das opressões carece de rigor teórico. Num trecho anterior, “geração” apareceu como elemento equivalente à classe social para explicar a experiência da mulher negra. No trecho a seguir, todavia, este elemento simplesmente desaparece:

“Segundo Collins, a teoria do ponto de vista feminista precisa ser discutida a partir da localização dos grupos nas relações de poder. Seria preciso entender as categorias de raça, gênero, classe e sexualidade como elementos da estrutura social que emergem como dispositivos fundamentais que favorecem as desigualdades e criam grupos em vez de pensar essas categorias como identidades descritivas aplicadas aos indivíduos.” (DJAMILA, 2019, p. 42).

Neste outro trecho, podemos observar o que a segunda grande referência de Ribeiro (2019, p. 42) pensa sobre o método de Marx:

“Inicialmente examinando apenas a dimensão das relações de poder, de classe social, Marx postulava que, por mais desarticulados e incipientes, os grupos oprimidos possuíam um ponto de vista particular sobre as

desigualdades. Em versão mais contemporânea, a desigualdade foi revisada para refletir um maior grau de complexidade, especialmente de raça e gênero. O que temos agora é uma crescente sofisticação sobre como discutir localização de grupo, não no quadro singular de classe social proposto por Marx, nem nos mais recentes enquadramentos feministas, que defendem a primazia do gênero, mas dentro de construções múltiplas residentes nas próprias estruturas sociais e não em mulheres individuais”.

A categoria classe social sequer teve uma elaboração mais aprofundada do próprio Marx, de forma que sua empreitada intelectual consistiu na elaboração de uma teoria social da sociedade burguesa. Mesmo assim, a classe social, em Marx, é um fenômeno que se desenvolve a partir das relações sociais de produção.

O “ponto de vista” das classes não brota espontaneamente da sua “localização” nas “relações de poder”. Não se pode pensar as contribuições de Marx sobre a primazia da “classe social” na sociedade capitalista sem a categoria da alienação que produz uma diferença na constituição da classe em si e classe para si. Quanto a Marx, podemos concluir que Ribeiro trabalha com a premissa pós-moderna do “reducionismo de classe”, leitura que não se sustenta numa abordagem séria da obra marxiana e em grande medida da tradição marxista (NETTO, 2011).

Feitas essas observações sobre as premissas teóricas da noção de lugar de fala, observemos como Ribeiro (2019) apresenta esta noção:

“Acreditamos que este (o conceito de lugar de fala) surge a partir da tradição da discussão sobre feminist standpoint(ponto de vista feminista)-diversidade, teoria racial crítica e pensamento decolonial. As reflexões e trabalhos gerados nessas perspectivas, consequentemente, foram sendo moldados no seio dos movimentos sociais, muito marcadamente no debate virtual, como forma de ferramenta política e com o intuito de se colocar contra uma autoridade discursiva. Porém, é extremamente possível pensá-lo a partir de certas referências que vem questionado quem pode falar.” (p. 39).

Já estamos suficientemente informados a partir de qual tradição de conhecimento a noção de lugar de fala foi criada, uma articulação entre o conceito de discurso e a teoria do ponto de vista feminista. Ribeiro afirma a origem do conceito, mas a dúvida permanece. Se nenhum dos autores referenciados criou este conceito, lugar de fala é então uma noção do senso comum, sem qualquer elaboração teórica rigorosa prévia. Ribeiro acredita que este “conceito” surgiu a partir desta tradição, mas não nos diz como isto teria acontecido. Lugar de fala parece ser uma noção do senso comum que, somente a partir do esforço teórico de

Ribeiro (2019), tornou-se propriamente um conceito tratado analiticamente. É o que concluimos do trecho abaixo:

“Nossa hipótese é a de que, a partir da teoria do ponto de vista feminista, é possível falar de lugar de fala. Ao reivindicar os diferentes pontos de análise e a afirmação de que um dos objetivos do feminismo negro é marcar o lugar de fala de quem o propõe, percebemos que essa marcação se torna necessária para entendermos realidades que foram consideradas implícitas dentro da normatização hegemônica” (p. 40).

O conceito de lugar de fala é uma elaboração propriamente brasileira, sistematizada pela filósofa Djamila Ribeiro em 2019. Dessa forma, não faz qualquer sentido a objeção de que esta noção foi mal compreendida seja por seus defensores ou por seus críticos. Os críticos da noção de lugar de fala levantaram-se contra ela exatamente por seus efeitos práticos no debate público brasileiro. Como veremos a frente, estes efeitos guardam uma relação de coerência com a teorização proposta por Ribeiro.

Vejamos como ela se defende no livro diante das acusações de que a noção de lugar de fala estaria produzindo censura no debate público brasileiro. Ribeiro, para responder a esta crítica, lança mão da seguinte argumentação da artista e escritora potiguar Jota Mombaça (2019):

“Muito se fala como esse conceito tem sido apropriado de modo a conceder ou não autoridade para falar com base nas posições e marcas políticas que um determinado corpo ocupa num mundo organizado por formas desiguais de distribuição das violências e dos acessos. O que as críticas que vão por essa via aparentemente não reconhecem é o fato de há uma política (e uma polícia) da autorização discursiva que antecede a quebra promovida pelos ativismos do lugar de fala. Quero dizer: não são os ativismos do lugar de fala que instituem o regime de autorização, pelo contrário. Os regimes de autorização discursiva estão instituídos contra esses ativismos, de modo que o gesto político de convidar um homem cis euro branco a calar-se para pensar melhor antes e falar introduz, na realidade, uma ruptura no regime de autorizações vigente. Se o conceito de lugar de fala se converte numa ferramenta de interrupção de vozes hegemônicas, é por que ele está sendo operado em favor da possibilidade de emergências de vozes historicamente interrompidas. Assim, quando os ativismos do lugar de fala desautorizam, eles estão, em última instância, desautorizando a matriz de autoridade que construiu o mundo como evento epistemicida; e estão desautorizando a ficção segundo a qual partimos todos de uma posição comum de acesso à fala e à escuta” (p. 57).

Jota Mombaça oferece aqui uma justificação teórica para “interrupção”, “desautorização” e “convite a calar-se” de sujeitos homens cis euro brancos. A noção de lugar de fala, neste sentido, tem a utilidade política de convidar a calar-se,

interromper e desautorizar certos sujeitos. A radicalidade desta elaboração, propriamente nestes termos, conseguiu sintetizar o âmago mais íntimo da noção de lugar de fala. Em suma, lugar de fala objetiva destruir o suposto “regime de autorização discursiva”. Qual o sujeito que sustenta e se beneficia deste regime? O homem cis euro branco. Mombaça estabelece, a priori, uma relação de causalidade entre identidade e ética, identidade e verdade. Não importa o conteúdo. Importa se o sujeito convidado a calar-se ocupa esta identidade “privilegiada”.

O inimigo a ser combatido pela noção de lugar de fala não é o capitalismo e a burguesia brasileira, mas o “branco”, assim em abstrato, seja ele um morador de rua ou o dono de uma grande empresa. Por tudo que foi analisado até aqui, espera-se ter demonstrado a fragilidade teórica e o caráter antiemancipatório desta noção, de modo que tais conclusões estão em consonância com as críticas de outros autores (CHAGAS, 2018).

De forma geral, Ribeiro opera com um conceito idealista de racismo. É isso o que encontramos em outra obra de sua autoria, o Pequeno Manual Antirracista (2020):

“É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar pela relação entre escravidão e racismo, mapeando suas consequências. Deve-se pensar como esse sistema vem beneficiando economicamente por toda a história a população branca, ao passo que a negra, tratada como mercadoria, não teve acesso a direitos básicos e a distribuição de riquezas” (p.28).

Ribeiro começa pela escravidão e permanece no passado, como se o Brasil não tivesse se modernizado. O racismo, nesta perspectiva, é um resultado da escravidão que perdura até hoje. Em alguma medida isto está correto, mas torna-se completamente abstrato quando não se teoriza tal fenômeno no interior da totalidade do capitalismo dependente brasileiro. Outro problema desta compreensão do racismo é que ela o vincula a identidades abstratas e não a existência concreta da classe trabalhadora brasileira.

O racismo, na perspectiva do antirracismo revolucionário, beneficia unicamente a classe dominante, seja ela composta de negros ou brancos, uma vez que divide a classe trabalhadora e impede que tanto negros trabalhadores quanto brancos trabalhadores conquistem um mundo verdadeiramente livre, igual e fraterno.

A manutenção, no Brasil, de amplos setores da classe trabalhadora, em sua maioria negra, no desemprego e subemprego desempenha o papel de garantidor da super exploração da força de trabalho necessária ao capitalismo dependente.

O único momento do livro em que Ribeiro discorre sobre o papel do capitalismo na manutenção do racismo é para se referir às vezes em que empresas de roupas de luxo produzem tendências “afro” e convidam exclusivamente pessoas “brancas” para os seus desfiles. Para ser antirracista, a marca de luxo deveria convidar para seus desfiles pessoas negras. E quanto ao absurdo de existir uma empresa de roupas de luxo num país com milhões de desempregados? Não temos resposta para isso em Ribeiro por que na sua elaboração teórica a crítica do capitalismo não tem espaço.

Por essa razão o chamado político de Ribeiro em seu Pequeno Manual Antirracista é um chamado a ação individual. O racismo, no início das reflexões de Djamila Ribeiro é apresentado como um problema “estrutural” e “sistêmico”, todavia, no momento do debate sobre a ação política para solucioná-lo o que se lê é um conjunto de chamados a boa consciência de todas as classes sociais, a todos os indivíduos que, com boa vontade, podem operar “pequenas mudanças” no seu cotidiano.

Por tudo que foi dito aqui sobre a noção de lugar de fala e a produção teórica da filósofa Djamila Ribeiro, vê-se o lugar de destaque que esta autora ocupa na manutenção da hegemonia do antirracismo social-liberal no Brasil atualmente.

4.4 Anticomunismo

O anticomunismo, premissa pouco discutida do antirracismo social-liberal, tem se manifestado de forma cada vez mais intensa nas expressões atuais do antirracismo social-liberal. No Brasil, o anticomunismo recebeu uma importante contribuição teórica do cubano Carlos Moore que, por sua enorme aceitação no antirracismo social-liberal, merece ser discutida.

Dissidente e crítico da Revolução Cubana, Moore reside no Brasil a mais de 15 anos e durante todo esse período tem circulado pelo país apresentando seus livros, seja para públicos de direita ou de esquerda, como ele costuma afirmar*. Em 2014, Moore protagonizou uma polêmica com o dirigente do Partido Comunista Brasileiro (PCB) Mauro Iasi que, segundo ele, o teria desrespeitado (por recomendá-

lo estudar) e também teria sido racista por ter caracterizado o Presidente dos EUA Barack Obama como um imperialista negro.

Moore, apesar de sua retórica pretensamente não política e não ideológica tem exercido uma enorme influência no antirracismo brasileiro dos últimos anos, sobretudo acerca de uma questão específica: qual o lugar do marxismo na questão racial? Moore não tem dúvidas. Marx era um suprematista branco, defendia a escravidão e sua teoria é essencialmente eurocêntrica, inútil para a emancipação dos negros.

Moore não se contentou em ignorar a história do marxismo na África e na Ásia. Ele foi mais fundo e publicou o livro “O Marxismo e a questão racial”, opúsculo repleto de distorções, simplificações e interpretações equivocadas da obra de Marx e Engels. Santos (2015) se dedicou a dissecar ponto a ponto as falsificações do livro de Moore. As mais grosseiras consistem nas seguintes: Moore trata do “marxismo”, sem apresentar qualquer distinção entre a obra marxiana e os diferentes marxismos formulados a partir de experiências diversas durante todo o século XX. Cita trechos em que Marx comenta a opinião de outros autores e os aborda como se se tratasse da opinião do próprio Marx. Afirma categoricamente que Marx e Engels eram supremacistas brancos e, diante da posição abolicionista destes frente à Guerra de Secessão, por exemplo, lança mão do argumento de um suposto “oportunismo” em favor da classe trabalhadora branca. No fundamental, Moore parte de posições verdadeiras de Marx e Engels no início de suas elaborações teóricas e oculta as mudanças sucessivas na obra destes autores que culminaram, no caso de Marx, numa crítica mordaz ao colonialismo em sua obra máxima, O Capital.

Em 2020, a publicação do livro Marx nas margens, do historiador norte-americano Kevin Anderson, ofereceu uma contribuição aprofundada para o esclarecimento desta questão. Anderson demonstra, a partir de um tratamento dos textos clássicos e outros ainda inéditos da obra de Marx e Engels, a oposição ferrenha destes intelectuais à escravidão e ao colonialismo, seu apoio às lutas anticoloniais na Índia e na China e a luta abolicionista da Primeira Internacional. Anderson não nega a tendência eurocêntrica dos primeiros escritos de Marx e Engels, todavia, tomando a totalidade da obra e da vida destes autores, demonstra a evolução de seu pensamento e a consolidação de uma contribuição teórica e política para os explorados e oprimidos de todo o mundo.

Sobre o apagamento do antirracismo marxista, a obra “Revolução africana, uma ontologia do pensamento marxista (2019)”, organizada por Jones Manoel e Gabriel Deslandes, trouxe a tona um conjunto de textos inéditos no Brasil de autoria de revolucionários africanos, a maioria marxista ou de inspiração socialista/nacionalista. Manoel, no prefácio a obra, destaca o apagamento do antirracismo marxista e comunista como uma “luta de classes pela memória”. À vitória militar, política e econômica do capitalismo sobre o socialismo no fim do século XX se seguiu um processo de destruição teórica e apagamento das lutas de milhões de seres humanos.

O anticomunismo constitui um dos mais sólidos pilares do antirracismo social liberal no Brasil atualmente e a posição em torno deste tema tem sido responsável por uma cisão a cada dia mais acentuada entre esta corrente dominante e o nascente antirracismo revolucionário.

4.5 Interseccionalidade

Marx e Engels, no Manifesto Comunista, antes de chamar pela união dos trabalhadores de todo o mundo, narraram as diversas fases da organização do proletariado. Dessa maneira, a consciência de classe não constitui um desdobramento mecânico da condição de classe. O proletariado se reconhece enquanto classe apenas no processo de luta. É neste sentido que Marx e Engels falaram das lutas iniciais da classe trabalhadora como lutas de minorias, de setores específicos da indústria, por questões parciais.

As relações de classe não foram alçadas ao posto de contradição principal da sociedade capitalista por um impulso interno branco eurocêntrico do marxismo, como afirma o antirracismo social liberal. A classe trabalhadora europeia aprendeu a centralidade da organização política enquanto classe depois de inúmeras derrotas. A elaboração teórica da burguesia e do proletariado como as classes fundamentais do modo de produção capitalista adveio desta experiência política e dos muitos anos de pesquisa de Marx em torno da economia política inglesa. Engels, em sua Carta para Joseph Bloch (2009), esclareceu que ele e Marx deram ênfase as determinações econômicas da vida social em razão da negação idealista dessa realidade pela filosofia alemã, sua maior oponente àquela época. Isto pode ter dado a entender, equivocadamente, que a economia era a única determinação social.

Talvez hoje, frente à hegemonia social-liberal no antirracismo brasileiro, a ênfase de muitos de seus críticos na centralidade da luta de classes esteja diante de contradição semelhante. O espectro do “reducionismo de classe”, para usar uma expressão do cientista político norte-americano Rudolph Read (2017), tem se tornado uma caricatura que é ativada toda vez que algum projeto político objetiva superar os limites do antirracismo social liberal. É o que está acontecendo nos EUA. Pode ser que algo semelhante esteja se processando no Brasil

O antirracismo social-liberal no Brasil, frente às inúmeras críticas que vem recebendo, tem esboçado a pretensão de construir uma abordagem teórica e política (interseccionalidade) que se pretende superior ao materialismo histórico e a toda epistemologia “ocidental”.

No tópico sobre Lugar de fala, alguns aspectos correlatos a esse debate foram discutidos, mas nos deteremos mais especificamente sobre a interseccionalidade em razão do caráter propriamente epistemológico desta categoria.

Nas suas primeiras elaborações na década de 1980, a noção de interseccionalidade não pretendia o status de epistemologia ou teoria social, mas apenas de uma metáfora para pensar os efeitos cruzados das opressões sobre as mulheres negras. Assim, interseccionalidade foi construída como metáfora de um corpo teórico mais amplo.

Autoras marxistas têm demonstrado o caráter problemático desta e de outras categorias que postulam a existência de dois ou mais sistemas de opressão que se interconectam. Estas teorias dos sistemas duplos ou triplos levam comumente a becos sem saída e não dão conta de articular tais perspectivas com a totalidade da vida social (BÁRBARA, 2016; ARRUZA, 2015).

Em 2019 foi publicado no Brasil o livro *Interseccionalidade* de Carla Akotirene pela coleção *Feminismos Plurais*, organizada pela filósofa Djamila Ribeiro. Em linhas gerais, este livro constitui um caso emblemático da radicalização de algumas das teses básicas do antirracismo social-liberal.

As regras mais simples da racionalidade são abandonadas sob a justificativa de uma ruptura epistemológica radical com o “Ocidente”, esse grande fantasma que, geralmente, não carece de definição por parte destes pensadores. Esta obra também constitui um caso paradigmático para a discussão deste capítulo por que

reúne em um só lugar o mito da ancestralidade africana; política identitária; lugar de fala; anticomunismo e interseccionalidade.

Quanto ao anticomunismo, basta dizer que Carlos Moore é a sua principal referência para acusação do suposto racismo e eurocentrismo de Marx e Engels. Os pressupostos da política de identitária e do lugar de fala atravessam toda sua reflexão de forma difusa. O mito da ancestralidade africana, por sua vez, assume um caráter eminentemente irracionalista. Leiamos o que se coloca sobre esse tema:

“É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a interseccionalidade e adotar o atlântico como lócus de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disso, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar atlântico temos o saber de uma memória salgada de escravidão, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano. Segundo profecia ioruba, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos com atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzilhada e, portanto, da interseccionalidade, que corresponde como uma voz sabedora de quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito.” (AKOTIRENE, 2018, p. 14).

Akotirene, apesar de negar todo conhecimento “ocidental”, realiza um esforço conceitual que é semelhante ao de fundamentalistas religiosos quando se põem a tentar provar cientificamente teses estritamente dogmáticas.

Vejamos alguns exemplos. No trecho abaixo, a partir do discurso da norte-americana Sojourner Thrut proferido em 1851, no qual chama a atenção para sua condição de mulher negra ex-escrava, nos diz Akotirene (2019):

“Ademais, foi brilhante o pensamento feminista negro de Sojourner Trhut que articulou discursivamente as estruturas do racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado e etarismo marcando a sensibilidade analítica da interseccionalidade dezesseis anos antes do Capital, publicado em 1867” (p. 19-20).

Antes de tudo, a sensibilidade analítica da interseccionalidade já estava em Soujourner Trhut na segunda metade do século XIX. Temos aqui um exemplo cristalino de essencialismo racial. Para Akotirene, o trabalho teórico para conhecer a realidade é desnecessário. Basta deixar falar aqueles que sofrem, como se não houvesse alienação e ideologia. A todo o momento, a verdade é revelada pelo

sofrimento. Nesta visão, o esforço de Marx durante anos para produzir sua obra prima revelou para o mundo o que Soujoner já sabia. Que se perdoe a longa citação a seguir, mas ela se faz necessária:

“O problema não está necessariamente nas respostas identitárias dadas à matriz colonial, mais quais metodologias usamos para formular tais respostas, que, não raro, enveredam para uma dependência epistemológica da Europa Ocidental e Estados Unidos; à exemplo, feminismo da mulher universal e marxismo. Ademais, as correntes marxistas e o feminismo hegemônico podem ser resumidas nos seguintes tópicos: somente nas relações do “sistema sexo-gênero” a fêmea da espécie humana é transformada numa mulher domesticada, segundo o pensamento de Gay leRubin. 26 Ou, ainda, somente nas relações capitalistas um negro é transformado em escravo, como no pensamento de Karl Marx. Duas formulações obcecadas a darem o norte salvacionista europeu às identidades políticas, respectivamente, de mulheres e classes trabalhadoras, afastando-se os negros da condição de trabalhadores e negras da identidade de mulher. Preferem ignorar que as ideologias, hoje conhecidas como, neoliberalismo, divisão internacional do trabalho, opressão patriarcal de gênero e discriminação racial, vieram, com certeza, a partir do século XV, com os “descobrimientos” da Europa. Depois, o neocolonialismo, no final do século XIX, dividiu o continente africano e trouxe significados identitários multifacetados para a diáspora negra, lacunas discursivas propositalmente secundarizadas. Havemos de concordar quando Audre Lorde diz: ‘as ferramentas do opressor não vão derrubar a casa grande’” (AKOTIRENE, 2019, p. 23).

Em que lugar Marx afirmou que somente no capitalismo o negro se torna escravo? A partir de Akotirene nós não o sabemos.

A metáfora da ferramenta do opressor é bastante oportuna nesta citação. Por que razão uma ferramenta não pode ser usada contra quem a criou? Quanto às ferramentas físicas, isso é inquestionável, afinal de contas, com um machado, facas e armas do senhor pode-se matá-lo, e a história é abundante neste quesito.

Quanto as armas teóricas, quais os princípios que orientaram a revolução Haitiana senão os princípios iluministas de igualdade, liberdade e fraternidade?

No quadro presente, qualquer crítica a este irracionalismo será tomada como uma reação da “branquitude colonial” a ascensão de mulheres negras, não importa se esta crítica venha de um autor igualmente negro como o desta dissertação.

Tomadas em seu conjunto, as expressões atuais aqui analisadas reafirmam as teses e ferramentas básicas do antirracismo social-liberal tais quais delineadas durante a década de 1990. Djamila Ribeiro, Carlos Moore e Carla Akotirene, dentre outros, desempenham o papel de reafirmar a manutenção da luta contra a opressão racista nos limites da ação afirmativa, da identidade negra e da filantropia. A reflexão

crítica desta atual configuração do antirracismo social-liberal no Brasil constituiu um momento necessário na construção de uma estratégia antirracista revolucionária.

5. RACISMO E ANTIRRACISMO NO RIO GRANDE DO NORTE

“A nossa origem aqui do nordeste é do africano, é do índio, é do caboclo, não é como a da Sul, que é do alemão, do francês, do italiano, do estrangeiro, que tem uma compreensão mais alta e quando passa para ser emigrante no Brasil já vem com as suas ideias adiantadas como veio o japonês e todas as outras raças. Você está vendo, todo mundo daqui dessa região tudo é de uma qualidade só. Eles não têm ambição. Não têm ganância. Não têm vaidade. Jugam-se feliz da maneira que vivem.”

(Theodorico Bezerra, 1978)

Como foi teorizado anteriormente, um dos traços fundamentais do antirracismo social-liberal é a sua adequação ao modo de produção capitalista, de modo que sua fundamentação teórica não busca as bases materiais da opressão. A mesma tendência está presente em alguns estudos antropológicos recentes acerca das relações étnicas no estado do Rio Grande do Norte (CAVIGNAC, 2003).

Por outra via, a discussão deste último tópico pretende tratar a opressão racista como elemento essencial do aparelho simbólico repressivo que atua para a

manutenção do subdesenvolvimento do Estado do Rio Grande do Norte. A partir desta abordagem, serão abordadas algumas expressões atuais do antirracismo social-liberal no estado.

Os estudos sobre escravidão no Rio Grande do Norte têm assinalado dois aspectos essenciais. (DIAS; ALVEAL, 2017.) O primeiro é que, de fato, o RN recebeu um contingente menor de escravizados comparado aos outros estados nordestinos, de modo que o trabalho escravo não teve a centralidade própria das outras economias nordestinas no período colonial e imperial. Neste sentido, este dado básico da demografia potiguar não deve ser subestimado. O outro aspecto é a tendência da historiografia oficial potiguar de apagar física e culturalmente o negro e o indígena do RN (LIMA, 2019).

Sobre quais bases materiais se assentaram as relações étnicas no RN e o apagamento historiográfico da contribuição cultural particularmente africana? Neste sentido, é importante procurarmos as causalidades profundas do subdesenvolvimento do estado do Rio Grande do Norte frente aos outros estados do Brasil.

Denílson da Silva Araújo, em sua tese de doutorado (2009), abordou a constituição do chamado Complexo Nordestino, economia açucareira e pecuária, a partir da inserção do Brasil no circuito do mercantilismo europeu do século XVI. Tal complexo resistiu durante três séculos e engessou o dinamismo econômico da região nordeste, de modo que novas tecnologias não foram incorporadas ao processo produtivo e a concentração da propriedade manteve-se intocada.

Essas condições levaram a um baixo desenvolvimento da rede urbana nordestina em comparação com os desdobramentos da economia cafeeira nos estados do sul. Com a queda dos preços internacionais do açúcar e a concorrência com produtos de outros lugares, esta situação de subdesenvolvimento acentuou-se até entrar em estado crítico com a descoberta do ouro em Minas Gerais e no Oeste do país.

Um fator da herança colonial do Complexo Nordestino é a o fato de a economia nordestina ter se voltado prioritariamente para a exportação, o que impossibilitou um maior desenvolvimento da agricultura de subsistência, industrialização, desenvolvimento urbano etc. Grandes massas, nestas condições, tiveram dificultado seu acesso ao mercado consumidor e a terra.

No trecho abaixo podemos vislumbrar os mecanismos materiais que despenharam a função de amortecer as tensões sociais geradas por esta condição de precariedade econômica:

“Assim, da segunda metade do século XVII ao XIX, o Complexo Nordeste resistiu à bancarrota ampliando na região condições mínimas de consumo para que a acumulação mercantil tivesse viabilidade. Além do mais, deve ser lembrado que a economia criatória funcionava como uma espécie de amortecedor das grandes tensões econômicas e também como amenizadora de tensões sociais do conjunto do sistema – no processo de formação da economia regional –, pois tinha a capacidade de transformar-se em locus de economia de subsistência de vastas populações que migravam do litoral para o interior nos momentos mais críticos da reprodução do sistema produtivo litorâneo” (ARAÚJO, 2009, p. 19).

O Complexo Nordeste foi criado e mantido por sujeitos históricos específicos com objetivos muito claros e neste sentido pode-se observar a relação entre a base material e as relações políticas de dominação:

“É oportuno lembrar, portanto, que todo esse processo fora comandado por agentes que tinham pouca preocupação com o avanço das forças produtivas. Ou seja, por agentes que vislumbravam a produção (de açúcar, gado, algodão etc.) na terra apenas como meio de expandir seu capital com o mínimo de custo e o máximo de lucro, reproduzindo o que Prado Jr. (1999) definiu como o sentido da colonização. Em uma palavra, todo esse processo ocorrera sobre a égide do capital mercantil constituindo-se, este último, em um dos entraves ao desenvolvimento da região e contribuindo para retardar a elevação da mesma ao estágio capitalista superior (produção industrial), com o aprofundamento da divisão social do trabalho” (ARAÚJO, 2019, p. 22).

O Complexo Nordeste, para além de ser apenas uma estrutura econômica, é na verdade uma totalidade social que precisou de formas políticas e sistemas simbólicos e repressivos para se perpetuar:

“De passagem, vale registrar que a referida atividade social (de ocupação do território interiorano, seridoense) e econômica (gado bovino) foi viabilizada colocando-se em prática uma implacável atividade de eliminação e escravização das populações nativas, sobretudo dos diversos grupos dos Tapuias (janduís, cariris, jenipapos, sucurus, canindés etc.) que habitavam o interior desta capitania. Esse conflito ficou historicamente conhecido como “Guerra dos Bárbaros”. Eram simples nativos defendendo seus territórios da ocupação europeia. Os “bárbaros” foram exterminados e uma pequena parte escravizada pelos europeus. Essa foi a origem da acumulação primitiva das elites potiguaras” (ARAÚJO, 2019, p. p. 22).

Na origem da acumulação primitiva das elites potiguaras está a opressão racista contra as populações nativas e a escravização dos africanos. Abordar o tema

das relações étnicas como se não existisse o Complexo Nordestino, a dominação das oligarquias e como se, enfim, o sistema simbólico e repressivo que materializa o racismo não estivesse articulado num todo a partir da dominação da burguesia sobre o restante da sociedade potiguar é fragmentar e ocultar os motores da causação social.

O negro no RN foi apagado pela história oficial. Segundo Julie A. Cavignac (2003), o negro foi representado na figura do vaqueiro solitário e tido como um elemento quase inexistente por intelectuais tradicionais como Câmara Cascudo.

A interpretação construída por Cascudo consistiu numa leitura romântica das relações entre senhores e escravos no RN que, na sua visão, eram mais parceiros do que superiores e inferiores numa relação de exploração. O erudito potiguar estudou a cultura popular do sertão e encontrou na sua conformação influências portuguesas, gregas, romanas, finlandesas etc.

Assim, concluiu pela quase completa insignificância da contribuição africana na cultura sertaneja. Cascudo, neste sentido, era movido por uma insistente convicção de que os negros não eram capazes de criatividade. É isto que nos mostra Durval Muniz (2010). Para Cascudo, finalmente, o senhor de escravos não era o tirano do qual falavam abolicionistas e comunistas e, assim, nunca houve entre os potiguares discriminação racial.

Como ajustar esta leitura do erudito potiguar com as expressões evidentes de racismo no Rio Grande do Norte?

A epígrafe deste capítulo é o trecho de uma fala do político e empresário potiguar Theodorico Bezerra registrado no documentário Theodorico, o Imperador do Sertão, de Eduardo Coutinho para o programa Globo Repórter exibido em 1978. Este documentário constitui uma obra prima por que revela com rara transparência o modo de funcionamento da dominação burguesa no nordeste brasileiro.

Estão ali presentes todos os elementos do aparelho simbólico e repressivo do qual faz parte a opressão racista e o mais importante: é possível visualizar a sua funcionalidade mais profunda que é a acumulação de riqueza por parte da burguesia oligárquica no RN. O ano era 1978, plena ditadura militar. A realidade exposta no documentário de miséria completa de centenas de famílias é o retrato do Rio Grande do Norte que a ditadura fabricou.

Neste ponto, é preciso que se recorde que uma das reformas de base do governo João Goulart visava distribuir a propriedade da terra. Outra reforma era a

educacional. No feudo de Theodorico Bezerra ninguém tinha terra e educação de qualidade. Não havia legislação trabalhista, aposentadoria. A polícia servia ao proprietário e o voto no major era obrigatório, do contrário os trabalhadores eram expulsos de suas terras.

A cada afirmação das qualidades da vida na fazenda de Theodorico Bezerra, Coutinho contrapõe imagens de crianças famintas, sujas e tristes. A afirmação que abre este capítulo foi proferida no momento em que o major buscou uma explicação para a permanência da miséria dos seus trabalhadores. A ideologia racista, assim, foi expressa de forma transparente. A mentalidade racista das elites potiguares tomou forma pela boca de um de seus filhos mais ilustres.

O que importa ressaltar, para os objetivos desta dissertação, é que tal mentalidade está inscrita na totalidade das relações que compõe o subdesenvolvimento do Rio Grande do Norte. A opressão racista desempenha, neste sentido, uma função. É isto que o exemplo discutido a partir do documentário nos ajuda a compreender.

Atualmente, diferente da crença comum que imputa aos estados do Sul do Brasil as formas mais cruéis de racismo, o que os dados sobre violência revelam é uma situação de extrema vulnerabilidade para a população negra potiguar. Em 2017, segundo o ATLAS da Violência³⁶, o RN teve a maior taxa de assassinatos de pessoas negras no Brasil: 87,0 para cada 100 mil habitantes negros. Quando se trata da mulher negra, os dados são ainda mais graves. De 2007 a 2017, a taxa de assassinatos de mulheres não negras no Brasil cresceu 4,5% enquanto a taxa de assassinatos de mulheres negras cresceu 29,9%. Este quadro contraditório de, por um lado, apagamento da população negra e, por outro, extrema vulnerabilidade, impõe uma reflexão sobre o antirracismo no Rio Grande do Norte.

Depois do abolicionismo antecipado em Mossoró no ano de 1883 e da formação da curta associação abolicionista estadual em 1887, o problema do racismo no RN foi diluído no interior do ideal de sertão branqueado e desafricanizado de Câmara Cascudo³⁷. Não há registros de clubes negros, imprensa

³⁶ O estado do Rio Grande do Norte ocupa o segundo lugar de estado mais letal para a população negra no Brasil. Neste quadro, negros tem 4 vezes mais chances de morrer. Pode-se acessar o Atlas no seguinte site: <file:///C:/Users/computador/Desktop/MESTRADO%202020/ATLAS%20DA%20VIOL%C3%8ANCIA%202020.pdf>.

³⁷ Spinelli observa que Pedro Velho, o principal líder republicano do Rio Grande do Norte, só abraça a causa abolicionista quando “a Abolição já se tornara praticamente inevitável e depois que a própria

negra ou outra qualquer organização desta natureza nas primeiras décadas do século XX.

As décadas de 1920 e 1930 foram marcadas pela emergência de diversos movimentos políticos no Brasil como um todo. No RN, organizaram-se sindicatos, foi criado um núcleo do Partido Comunista Brasileiro e uma sessão da Ação Integralista Brasil, organização de inspiração fascista, cujo membro local mais ilustre foi o já citado historiador Câmara Cascudo.

Nestas décadas, comunistas e integralistas travaram uma acentuada disputa. Vozes feministas fundaram jornais, com o protagonismo de Nísia Floresta e Palmyra Wanderley. Em 1935, a capital Natal se tornou o epicentro da Insurreição Comunista. No entanto, em meio a esta efervescência política, o antirracismo potiguar permaneceu praticamente inexistente. A Frente Negra Brasileira, que conseguiu arregimentar em torno de 100 mil militantes nos principais estados do Brasil, não teve uma célula no RN.

Alguns fatos do aparelho repressivo da dominação oligárquica no RN merecem ser enfatizados. A Umbanda e o Candomblé, expressões culturais dos povos negros, foram duramente reprimidas durante o Estado Novo e a Ditadura Empresarial Militar. O grupo de extermínio Mão Branca que perseguiu, torturou e assassinou pais de santo e mães de santo no RN, durante a ditadura, significou, para os negros potiguares, uma espécie de Ku klux Klan nordestina. De acordo com alguns pesquisadores, o próprio nome da organização fazia referência a religiosos de matriz africana que tem na outra de cor branca uma de suas marcas.

Além disso, os terreiros e barracões do RN neste período incorporaram a sua rotina os cuidados em torno das perseguições destes grupos que acentuavam os ataques em festas e comemorações específicas.

A explicação de fundo para o incipiente antirracismo no RN durante a maior parte do século XX encontra razão num longo processo histórico de violência física e apagamento simbólico que começou com a “Guerra dos Bárbaros”, passou pelo apagamento das culturas indígenas e africanas e se consolidou com a repressão das ditaduras.

classe de senhores escravistas já tinha se adaptado ao longo processo de emancipação progressiva (SPINELLI, 2010, pp. 29-30).

No processo de redemocratização, não foi possível identificar a existência de um antirracismo potiguar nos moldes do que aconteceu em São Paulo com a fundação do MNU em 1978. Também não há registro de que algum movimento antirracista potiguar tenha se integrado às manifestações do centenário da abolição em 1988, à Marcha de Zumbi em 1995, diferente do antirracismo nos estados vizinhos do Ceará e de Pernambuco.

Um exemplo que merece destaque na conformação do antirracismo no RN é o caso do Raízes, ONG antirracista da Cidade de Mossoró (LUCENA, 2007). Surgido na década de 1985, o Raízes nasceu do apoio de um padre, Frei David, figura progressista que aproximava catolicismo e religiões de matriz africana, e das inquietações de artistas de teatro da cidade. Desde sua fundação, o referido movimento atuou a partir de duas manifestações principais, o bloco Carnavalesco Maria Espinha Brasa e a A louvação a Baobá. Sua pauta fundamental era o descobrimento e a valorização da cultura negra no estado. Atualmente o grupo não existe mais e os poucos membros restantes criaram um projeto chamado Negro e Lindo que busca manter viva as duas atividades principais do RAÍZES, além disso, promove exposições de fotografias com a temática da beleza negra.

Foi a partir do primeiro governo Lula (2002) que o antirracismo com expressão na capital do estado começou a ganhar visibilidade com a criação da Coordenadoria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (COEPPIR), por meio da regularização dos territórios quilombolas (LIMA, 2019) e através da realização de conferências estaduais e nacionais. Pode-se dizer que assim como as políticas federais proporcionaram uma emergência étnica no estado (CAVIGNAC, 2003), as mesmas também lançaram as bases para a emergência de uma nova luta antirracista.

Atualmente, a luta antirracista no RN faz parte da atuação de vários partidos por meio de setoriais, núcleos e secretarias. Em 2019, Divaneide Basílio (PT), doutora em Ciências Sociais pela UFRN, assumiu o cargo de vereadora na Câmara Municipal de Natal com um discurso marcado pelo antirracismo social-liberal o que se expressa na afirmação da identidade negra, nos discursos de representatividade e equidade racial. Para a realidade potiguar, a eleição da referida vereadora constitui fato inédito e demonstra o crescimento do antirracismo social-liberal enquanto pauta de mobilização eleitoral.

Além do âmbito partidário, o antirracismo social-liberal encontra guarida no funcionamento da COEPPIR que, em função de seu papel institucional, mobiliza constantemente segmentos da sociedade potiguar relacionadas à religiosidade de matriz africana, quilombolas, indígenas, ciganos e movimentos sociais antirracistas urbanos.

Desde o início do governo de Fátima Bezerra (PT) em 2019, a COEPPIR tem mobilizado a sociedade potiguar com o objetivo de construir o plano estadual de promoção da igualdade racial. Outros grupos e coletivos, de forma mais ou menos próxima à COEPPIR, aos partidos e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), também tem buscado construir o antirracismo no RN. A ONG Ajagun Obirin, o Coletivo As carolinas e o Coletivo Negras de Periferia, são algumas das organizações mais expressivas do antirracismo potiguar na atualidade.

Em sua maioria, o antirracismo dos partidos, da COEPPIR, das ONGs e dos coletivos atuantes no estado do Rio Grande do Norte constitui uma manifestação particular do antirracismo social-liberal hegemônico no Brasil desde 1995, como discutido nos capítulos anteriores. De forma a demonstrar a pertinência desta interpretação, será discutida a seguir a prática do Coletivo Negras de Periferia na cidade de Natal, capital do estado.

5.1 Coletivo Negras de Periferia e o antirracismo social-liberal

O Coletivo Negras de Periferia (CNP) é uma organização de mulheres negras do RN que nasceu no começo de 2017 na cidade de Natal com o objetivo de pautar a condição da mulher negra periférica potiguar. Atualmente, conta com vinte seis componentes, todas exclusivamente mulheres negras de bairros periféricos de Natal. Em termos de institucionalização, o CNP está integrado a Rede Estadual de Mulheres Negras. As atividades do CNP são intensificadas, particularmente, em dois momentos do ano, no Julho das Pretas³⁸ e no mês da consciência negra.

A forma de organização política do coletivo é mais horizontal que vertical, não apresentando lideranças fixas. Como ferramentas de comunicação, o CNP faz uso

³⁸ O Julho das Pretas foi criado em 2013 pelo Odara, Instituto da Mulher Negra e tem como objetivo organizar ações de fortalecimento das organizações de mulheres negras. Além disso, tem como ápice de suas ações a data de 25 de Julho, dia Internacional da Mulher negra afro-latina americana e caribenha. O Odara recebe doações de um conjunto de fundações nacionais e internacionais, dentre elas Ford Foundation e Open Society.

das redes sociais como Wathtsapp, Facebook e Instagram. Suas reuniões contam, em média, com a presença de cinco a dez participantes. Como dito anteriormente, as mulheres abarcadas pelo coletivo residem nos bairros periféricos de Natal, tais como Bom Pastor, Felipe Camarão, Nazaré, Planalto, dentre outros. Seu repertório de ação concentra-se, sobretudo, em reuniões domésticas e na participação em encontros estaduais e nacionais de mulheres negras.

Para o CNP, o mais importante é proporcionar uma experiência política efetiva para o setor mais esquecido da população natalense, que é o da população de mulheres negras pobres. Em seus encontros as ativistas confraternizam, aprovam as temáticas que serão debatidas, compartilham histórias pessoais, buscam constituir uma fraternidade que as fortaleçam emocionalmente e, por fim, encaminham soluções para os problemas que mais as afligem, tais como violência doméstica, sofrimentos psicológicos, questões de acesso à educação etc.

Na sua relação com os outros movimentos sociais, o CNP afirma sua particularidade perante o conjunto das lutas. Para estas mulheres, o movimento feminista é um movimento predominantemente branco que não contempla as questões da mulher negra. O CNP, para citar um exemplo, não participa do Dia Internacional da Mulher, no oito de março.

Nos últimos meses teve destaque na atuação do grupo os seguintes eventos e ações: encontros na casa de militantes; álbum fotográfico publicado no Facebook dia 18/12/2018; participação no ENCONTRO NACIONAL DE MULHERES NEGRAS em Goiânia de 6 à 9/12/2018; colaboração com a construção da III Marcha da Periferia em Natal; participação na manifestação internacional pela legalização do aborto em frente ao Midway dia 8 de agosto de 2018. Dentre as principais referências para o CNP está a potiguar Elizabeth Lima, assistente social umas das fundadoras do movimento negro potiguar. Em suas páginas nas redes sociais o coletivo homenageia mulheres negras de destaque na luta contra racismo. Alguns exemplos são Tereza de Benguela; Enedina; Anastácia; Clementina de Jesus etc.

Em julho de 2018 o coletivo integrou o IV ENCONTRO DE MULHERES NEGRAS DO RN que teve como tema “Mulheres Negras movem o RN e o Brasil”, no dia 25 de julho de 2018, dia Internacional da Mulher Negra latino Americana e Caribenha. O Julho das Pretas foi criado em 2013 pelo Instituto Odara, na Bahia e desde então vem se expandindo para outros estados do nordeste. No nacional está na 6 edição, no RN está na 4 quarta edição. Durante todo o ano de 2019 o CNP

seguiu organizando encontros e rodas de conversas, além do marcada participação no Julho das Pretas. Além de rodas de conversas e debates sobre empreendedorismo, autocuidado, artes e história das mulheres negras no RN, o CNP participou neste ano de 2020 da distribuição de cestas básicas para famílias carentes em parceria com a Secretaria do Estado do Trabalho, da Habitação da Assistência Social (SETHAS).

A partir desta breve descrição dos aspectos gerais do CNP, como poderíamos demonstrar a determinação de fundo da estratégia do antirracismo social-liberal na prática deste coletivo? Façamos a relação entre cada um dos três pilares do antirracismo social-liberal e o movimento que estamos buscando compreender.

A primeira tese afirma que o racismo pode ser superado dentro do capitalismo com equidade racial e sua ferramenta é a ação afirmativa. No trecho abaixo (fala de uma ativista do CNP) podemos entrever a ideia de que o capitalismo não está essencialmente relacionado ao racismo:

“Eu não debato questões gerais com o capitalismo. Sei que eu sou inserida num sistema, que se utiliza de muitos artifícios pra se manter, mas eu não entendo que o movimento negro unificado pautando questões raciais enfraqueça um movimento que combata o capitalismo. Mesmo por que se a gente for ver regimes socialistas, o racismo está lá também”. (ENTREVISTADO, Ativista. 2019. Informação verbal).

No tópico sobre anticomunismo, discutimos as ideias do cubano Carlos Moore acerca do marxismo. Uma das suas teses centrais é a de que o racismo existe há milhares de anos e provavelmente continuará existindo porque constitui resposta espontânea aos contatos humanos entre diferentes culturas. Dessa forma, a causalidade do racismo não teria qualquer relação com o sistema capitalista. Nesta distorção teórica, desconsidera-se a peculiaridade do racismo moderno e sua funcionalidade para o modo de produção capitalista.

Consequentemente, também tornar-se justificado colocar de lados opostos a luta contra o racismo e a luta contra o capitalismo. A frase da ativista do CNP expressa essa visão culturalista do racismo que acaba por aceitar o capitalismo como dado e sobre o qual a luta antirracista nada tem a dizer e a fazer.

A existência desta tese no CNP se expressa também no seu apoio aberto às ações afirmativas como umas das únicas formas de forçar o acesso da população negra aos espaços dominados pelo que suas ativistas nomeiam de “branquitude”,

mecanismo que levaria a população branca a não abrir mão espontaneamente dos seus privilégios. A opinião comum no coletivo é a de que a ação afirmativa da forma como existe é necessária, mas deveria ser ampliada.

A aceitação do capitalismo pelo CNP se dá primordialmente pela forma como se entende e se explica o funcionamento do racismo, sua causalidade mais profunda. A aceitação sem críticas da ação afirmativa constitui elemento consequente que aponta para uma ausência de reflexão sobre o papel das políticas compensatórias na gestão social-liberal das expressões mais graves da “questão social”.

Outro aspecto que denota a adesão do CNP à tese do capitalismo com equidade racial é a maneira como reproduz um dogma do antirracismo social-liberal, o de que as “esquerdas” só debatem classe, não debatem raça.

“A esquerda quer o povo preto junto, desde que a gente debata classe, capitalismo, só que a gente não quer mais debater isso, a gente quer debater causas específicas. Por que quando você debate só classe você não consegue chegar nas pessoas negras por que elas não acessam isso”.
(ENTREVISTADO, Ativista. 2019. Informação verbal).

O antirracismo-social liberal se consolidou no Brasil durante os governos do Partido dos Trabalhadores. As principais lideranças negras brasileiras dos últimos 30 anos alcançaram espaço justamente dentro da esquerda petista. E este discurso de que a “esquerda” só debatia “classe” e não “raça” foi um discurso usado pelos protagonistas do antirracismo social-liberal para justificar sua adesão e participação no governo de FHC.

Quando o PT chegou à presidência em 2002, toda uma geração de ativistas que sustentava esta tese do reducionismo de classe da esquerda assumiu cargos e protagonismo no governo petista, de forma que a afirmação de que a esquerda hoje não se preocupa com “raça”, mas apenas com “classe” em absoluto não serve para enquadrar a esquerda petista, não só por que os governos petistas instituíram as cotas, estatuto da igualdade racial e ensino de cultura africana, mas por que tal partido foi um meio privilegiado para a ascensão de uma geração de ativistas.

Além do mais, a afirmação de que o PT privilegia “classe” pode dar a entender que o partido fez um governo de enfrentamento ao capitalismo brasileiro, o que está longe da verdade. Enfim, o anticomunismo e antimarxismo é uma premissa que orienta a prática do MNP e que confirma a sua crença na tese de que o racismo pode ser superado com equidade racial.

Esta primeira constatação se enlaça com a segunda ideia-força do antirracismo social-liberal, a de que a filantropia é uma forma eficaz, não ideológica e mesmo desejável de participação política. A ONG é a ferramenta por excelência desta premissa. Na prática do CNP, a rejeição aos partidos sinaliza a sintonia com este aspecto:

“Muitos coletivos são vinculados a partidos. Essa vinculação deixa o movimento subalterno, assim, hierarquicamente a uma coisa maior e eu acho que os grupos políticos querem isso, as forças hegemônicas, os caras que falam sobre capitalismo”. (ENTREVISTADO, Ativista. 2019. Informação Verbal).

O primeiro fator que precisa ser analisado é a existência operacional do CNP. Por enquanto, ele ainda não se tornou uma ONG, no entanto, o Julho das Pretas, evento central para o calendário do coletivo é uma criação da ONG Odara, além do que, a Rede Estadual de Mulheres, da qual o CNP faz parte, é composta por ONGs como a Ajagun Obirin. A rejeição a institucionalidade, sobretudo a institucionalidade partidária, não corresponde a existência concreta do CNP que necessita, muitas vezes, do apoio seja dos órgãos do governo do estado, seja dos mandatos dos vereadores sensíveis a causa ou das ONGs. O antirracismo do CNP, neste ponto, está em plena sintonia com o postulado cristalino elaborado pela filósofa Sueli Carneiro. “Entre a direita e a esquerda, continuo sento preta”.

A aceitação do capitalismo com equidade racial e da participação política filantrópica nos leva ao tratamento da terceira ideia-força do antirracismo social-liberal, que é a positivação da “raça” como única e privilegiada forma de identidade política para a população negra e para a superação do racismo. Leiamos o trecho seguinte:

“Quando a gente chega, chega primeiro nossa cor, aonde quer que a gente vá. Primeiro você chega com a sua carinha preta e depois você traz seus predicados. É muito difícil quando você vê uma pessoa negra que não se coloca como negra. Ela não sabe a importância que existem em se colocar como pessoa preta”. (ENTREVISTADO, Ativista. 2019. Informação Verbal).

De certa forma, a fala acima assinala a ideia comum no antirracismo social-liberal de que o negro é antes de tudo um negro, o que significa que sua vida é, antes que por outros fatores, determinada pela sua “raça”. Esta leitura que concede uma prioridade ontológica para a “raça” incorre, ironicamente, num reducionismo,

erro do qual comumente é acusada a tradição “marxista”. A “raça” não existe num compartimento separado da classe social. Para a visão marxista mobilizada nesta dissertação, o racismo e a produção social das “raças” é uma opressão funcional a dominação burguesa.

Na visão do CNP, trabalha-se com uma noção essencialista de “raça” e não se apreende os motores da causação social, de maneira que a sociedade racista é causada pela “branquitude”, um tipo de dominação que não distingue a burguesia de proletariado. No relato da ativista entrevistada para esse trabalho, a noção fixa de “raça” mobilizada pelo coletivo foi motivo inclusive de contradições quando, em um evento nacional de mulheres negras, uma ativista do CNP teve sua negritude negada por outras participantes do evento. Neste ponto, o CNP demonstra que a sua atuação cotidiana, por se direcionar para mulheres pobres e periféricas, inclui um contingente de mulheres com as características próprias da mistura étnica brasileira, o que resulta em pessoas com marcas fenotípicas dos diferentes grupos que formaram o Brasil, sobretudo na composição da classe trabalhadora formal, informal e desempregada.

Como assinalado acima, o CNP opera nos termos do antirracismo social-liberal e isto implica numa impossibilidade de expansão do movimento para a maioria dos setores periféricos de Natal. Primeiro, sem disputar o poder do estado, o CNP não tem condições políticas de realizar as mudanças necessárias na vida das trabalhadoras periféricas de Natal. As ativistas criticam o feminismo branco por que suas pautas são dirigidas a classe média, mas tampouco a atuação doméstica, terapêutica e nos marcos das políticas de igualdade racial da COEPPIR são capazes de oferecer soluções concretas para os problemas materiais, jurídicos e psicológicos das mulheres negras da periferia de Natal. Segundo, a rejeição aos partidos impede que um instrumento importante da luta política seja manejado para combater o racismo no RN.

As ONGs, ao contrário, apenas mitigam as expressões mais agudas deste problema social. Por fim, a elevação da identidade racial como principal eixo mobilizador impede que um arco maior de mulheres se integre a luta das mulheres negras e também obscurece a origem de classes destas mulheres e o quanto sua vida cotidiana é marcada pela dinâmica nacional e internacional da luta de classes.

O mulherismo africana, tendência analisada nos capítulos anteriores, tem conquistado aceitação expressiva no antirracismo potiguar através do Coletivo

Negras de Periferia, do Coletivo As Carolinas e da Ajagun Obirin, o que ficou evidente nas lives³⁹ realizadas este ano no contexto da pandemia da Covid 19. O aspecto da “raça” está ganhando cada vez mais evidência, o que não significa que outras tendências não estejam se colocando contra a hegemonia social-liberal da luta antirracista no RN.

Este é o caso do Coletivo Negro Minervino de Oliveira, uma organização que se define como uma frente de massas do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

No RN, o coletivo existe desde o início de 2018. Dentre suas ações, eventos e participações estão: venda de livros da editora Expressão Popular de autores como Engels, Florestan, Lênin e Ângela Davis; participação no “banquetaço” evento que fornece alimentação para pessoas pobres de Natal; intensa atividade nas redes sociais com críticas à violência policial e ao genocídio da juventude negra; formação política sobre imperialismo, ditadura militar e resistência indígena na Comunidade indígena Amarelão em João Câmara, dia 23/02/2019; em 23/02 de fevereiro ofereceram formação aberta na área de lazer do Panatis com o tema Protesto negro; ofereceram formação política no dia 18/02/2019 com o tema Mulher, raça e classe, de Angela Davis; divulgaram e participaram da III Marcha da Periferia, Reparações já, ditadura nunca mais em Natal no 29 de novembro.

A existência do Minervino de Oliveira sinaliza, ainda que de forma embrionária, que também no RN tem se gestado uma crítica da tendência hegemônica do antirracismo no Brasil.

³⁹ A título de ilustração, ver live do Julho das Pretas no link: <https://www.youtube.com/watch?v=c64ZtshOu3g>

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dimensão que o debate sobre racismo alcançou no Brasil, sobretudo a partir da politização das Jornadas de Junho de 2013⁴⁰, instalou no cotidiano de todo brasileiro o debate sobre cotas, preconceito, representatividade, lugar de fala, dentre outros temas correlatos. Nas expressões atuais dessa problemática, o debate público tem se enovelado numa infinidade de análises acerca do chamado “identitarismo”, “cultura do cancelamento”, “racismo estrutural” etc.

Esta dissertação nasceu movida por um desejo de compreender o antirracismo contemporâneo no Brasil, o porquê das suas pautas, suas estratégias, a razão sociológica do seu conteúdo e da sua forma.

Em 2019, tomei conhecimento de um conjunto de obras marxistas sobre racismo e antirracismo que modificou minha perspectiva sobre o assunto. As leituras de contra-história do liberalismo, Guerra e Revolução e O Marxismo Ocidental de Domenico Losurdo me ofereceram uma nova interpretação do século XX. Ao mesmo

⁴⁰ O documentário “Junho: O Mês que Abalou o Brasil” pode ser acessado no link: <https://youtu.be/9qcrPve51qo>

tempo, a leitura do historiador Jones Manoel, do filósofo Douglas Rodrigues Barros e do historiador Asad Haider me despertaram para a crítica marxista do antirracismo contemporâneo no Brasil, de modo que abandonei a noção de intersesscionalidade que orientou inicialmente este trabalho.

À medida que fui avançando nas minhas pesquisas, me dei conta da necessidade de uma fundamentação teórica mais aprofundada sobre as questões mais básicas envolvendo meu tema. O que é racismo? O que é classe social? O primeiro capítulo foi dedicado a esta tarefa, com a incumbência de assentar as bases sobre as quais se deu a construção deste trabalho. O estabelecimento da primazia ontológica de um conceito marxista de classe social sobre as outras abordagens que fragmentam a realidade social em sistemas duplos e triplos serviu para situar o problema da opressão racista no seu devido lugar estrutural.

Nas pesquisas recentes sobre o antirracismo contemporâneo no Brasil, predomina uma abordagem teórica estritamente descritiva sobre os acontecimentos mais importantes do antirracismo contemporâneo, seus protagonistas, conflitos internos, articulações, coletivos, instituições e governos (RIOS, 2014; SANTOS, 2016; TRAPP, 2013). É consensual entre os referidos pesquisadores que o ato de fundação do MNU em 1978 constitui o marco inaugural do antirracismo contemporâneo. Também é relativamente consensual a importância para esta luta dos governos de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), ONGS, Marcha de Zumbi em 1995 e Conferência de Durban em 2001. Em paralelo ao conhecimento dos estudos interpretativos e historiográficos acerca do antirracismo contemporâneo no Brasil, me aprofundei no debate marxista sobre pós-modernidade, novos movimentos sociais, política de identidade e filantropia.

A primeira contradição que me chamou a atenção foi que estes dois campos de produção acadêmica não dialogam. Do interior da produção marxista, não temos análises específicas sobre a constituição do antirracismo na era neoliberal no Brasil e, por sua vez, no interior dos estudos sociológicos e históricos sobre o antirracismo no Brasil das últimas décadas tudo se passa como se o neoliberalismo e a teoria social pós-moderna não existissem.

No segundo capítulo, a partir de uma apresentação do antirracismo na dinâmica da luta de classes no Brasil e do debate sobre social-liberalismo, empreendi um esforço de construir a categoria antirracismo social-liberal e, assim, tentei capturar as determinações mais profundas da luta antirracista no Brasil das

últimas décadas. Conclui que não é possível compreender o conteúdo e a forma do antirracismo contemporâneo brasileiro sem entender, primeiro, a integração do Brasil na era da globalização e sua adequação ao social-liberalismo e, em segundo, sem compreender o impacto dos governos neoliberais sobre a organização e a consciência de classe da classe trabalhadora brasileira. Foram estes dois fatores que assentaram as bases sobre as quais se deu a aliança entre antirracistas tucanos, petistas, ONGs e intelectuais pós-modernos em contornos definidos a partir da Marcha de Zumbi dos Palmares em 1995.

Estamos de certa forma ainda presos ao que foi estabelecido em 1995, nas palavras do economista Hélio Santos, “o ano-zero da cidadania do negro brasileiro”.

Feita esta reconstrução, analisei as expressões atuais do antirracismo social-liberal no Brasil no terceiro capítulo. De uma forma ou de outra, seja na noção de lugar de fala, no mito da ancestralidade, na premissa do anticomunismo, na política Identitária ou na ideia de intercessionalidade, o antirracismo social-liberal permanece hegemônico e com pretensões de estender a sua vigência sobre a forma e o conteúdo da luta contra o racismo no Brasil.

Por fim, apresentei uma discussão inicial sobre racismo e antirracismo no Estado do Rio Grande do Norte, de maneira que demonstrei que o Coletivo Negras de Periferia constitui um exemplo marcante da estratégia social-liberal para o combate ao racismo no RN.

A hipótese inicial da qual partiu este trabalho, quando a perspectiva era interesesscional, era a de que o “Movimento Negro” havia abandonado a crítica do capitalismo. Com o desenvolvimento da reflexão, esta hipótese se mostrou uma premissa já estabelecida no campo do marxismo, apesar de não debatida nos estudos histórico-sociológicos descritivos do antirracismo contemporâneo.

Desse modo, a hipótese efetiva versou sobre a constituição no Brasil de um antirracismo intimamente conectado com a virada tática do neoliberalismo em social-liberalismo a partir da década de 1990 e o apassivamento da classe trabalhadora brasileira frente aos governos neoliberais e social-liberais, o que espero ter conseguido demonstrar.

O antirracismo-social liberal é atualmente a estratégica hegemônica de combate ao racismo no Brasil.

Em 1990 falava-se de racismo inercial, na era petista falou-se de racismo institucional e agora se fala de racismo estrutural. Em conjunto, estes conceitos

remetem a uma necessidade de ajuste social nas dinâmicas do mercado capitalista, o que está de pleno acordo com os postulados do social-liberalismo. Os atritos entre o antirracismo social-liberal e as tendências alternativas começam a se tornar cada vez mais acentuados.

Os protagonistas desta estratégica contrarrevolucionária de combate ao racismo estão dobrando a aposta em mais ação afirmativa, mais filantropia por meio da fundação de novas ONGs e fundos ligados às instituições internacionais e mais afirmação da “raça” enquanto articulador político e mobilizador da luta antirracista por meio do apoio a tendências abertamente essencialistas como o mulherismo africana.

Elucidar os mecanismos atuais de desenvolvimento desta estratégia num contexto de reorganização das esquerdas brasileiras, sejam elas reformistas ou revolucionárias, constitui tarefa para trabalhos teóricos futuros.

REFERÊNCIAS.

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019. 152 p.

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo (org.). **Histórias do movimento negro no Brasil**: depoimentos ao cpdoc. Rio de Janeiro: Pallas Editora e Distribuidora Ltda, 2007.

ALENCAR, Júlio César Vieira de. **PARA QUE ENFIM SE COLONIZEM ESTES SERTÕES:: a câmara de natal e a guerra dos bárbaros (1681-1722)**. 2017. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2017. Cap. 3.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019.

ANDERSON, Kevin B.. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnias e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.

ARBEX, Daniela. **Holocausto Brasileiro**: vida, genocídio e 60 mil mortes no maior hospício do Brasil. São Paulo: Geração Editorial, 2013. 230 p.

ARAUJO, Denílson da Silva. **DINÂMICA ECOCÔMICA, URBANIZAÇÃO E METROPOLIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO NORTE (1940-2006)**. 2009. 345 f. Tese (Doutorado) - Curso de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

ARRUZA, Cinzia. Considerações obre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, São Paulo, v. 11, n. 23, p. 35-58, 12 jan. 2015. Semestral.

BARROS, Douglas Rodrigues. **Lugar de Negro, Lugar de Branco?**: esboço para uma crítica à metafísica racial. São Paulo: Hedra, 2019. 160 p.

BOSCO, Francisco. A Vítima tem Sempre Razão?: Lutas identitárias e o novo espaço público brasileiro. São Paulo: Todavia, 1ªed., 2017.

CAVIGNAC, Julie A.. A etnicidade encoberta: "índios e "negros" no rio grande do norte. **Mneme**: revista de humanidades, Caicó, v. 4, n. 8, p. 1-79, abr. 2003. Semestral.

CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia: social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 31, p. 119-138, 2013. Semestral.

CARNEIRO, Sueli. A BATALHA DE DURBAN. **Revista Estudo Feminista**, São Paulo, p. 2009-2014, 2002. Semestral.

CASTELO, Rodrigo. **O SOCIAL-LIBERALISMO**: uma ideologia neoliberal para a "questão social" no século xxi. 2011. 379 f. Tese (Doutorado) - Curso de Serviço Social, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

CÉSAIRE, Aimé. **DISCURSO SOBRE O COLONIALISMO**. Lisboa: Livraria SÁ da Costa Editora, 1978.

CHADAREVIAN, Pedro C.. Raça, classe e revolução no Partido Comunista Brasileiro (1922-1964). **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 11, n. 20, p. 255-283, abr. 2012.

CHAGAS, Juary. O "LUGAR DE FALA" NOS MOVIMENTOS: pressupostos teóricos pós-modernos, materialização prática fragmentária. **Inpess**, Vitória, v. 16, n. 1, p. 1-15, 7 dez. 2018. Semestral.

COSTA, Homero de Oliveira. **A Insurreição Comunista de 1935**. Natal: EDUFRN, 2015. 241 p.

DIAS, Dayane Julia Carvalho; ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. Um estudo sobre a população da Capitania do Rio Grande do Norte com ênfase na escravidão negra e indígena no contexto da Guerra dos Bárbaros (1681-1714). **Resgate**: Revi. Interdiscip., Campinas, v. 25, n. 2, p. 57-80, 2017. Semestral.

DOMINGUES, Petrônio. O "messias" negro? Arlindo Veiga dos Santos (1902-1978) (: "viva a nova monarquia brasileira; viva dom Pedro iii!"). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 517-536, 17 mar. 2006. Semestral.

EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria Social Pós-Moderna**: introdução crítica. Porto Alegre: Editora Sulina, 2007. 197 p.

ENTREVISTADO, Ativista. Depoimento [9/03/2019]. Entrevistador. Diogenes Fagner de Lima. Natal, 2020. 1 arquivo.mp5 (1h:37min:23 segundos). Entrevista verbal concedida para pesquisa sobre antirracismo.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**: no limiar de uma nova era volume ii. São Paulo: Biblioteca Azul, 2008. 623 p.

FERNANDES, Florestan. **O significado do protesto negro**. São Paulo: Cortez, 1989. 110 p

FONTES, Virgínia. A incorporação subalterna brasileira ao capital imperialismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 36, n. 5, p. 103-113, jan. 2013. Mensal.

FRY, Peter. Ciência Social e política "racial no Brasil". **Revista USP**, São Paulo, v. 11, n. 68, p. 180-187, 2005. Semestral.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1982. 115 p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Como trabalhar com "raça" em Sociologia. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 97-107, jan. 2003. Semestral.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Entrevista com Carlos Hasenbalg. **Tempo Social**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 259-268, nov. 2006. Semestral.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e Antirracismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora 34, 2009. 256 p.

HAIDER, Asad. **Armadilha da Identidade**: raça e classe nos dias de hoje. São Paulo: Veneta, 2019. 173 p.

HASENBALG, C. (1979), Discriminação e desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro, Graal (2 ed. 2005, Belo Horizonte/Rio de Janeiro, Editora UFMG/Iuperj/Ucam)

IASI, Mauro; FIGUEIREDO, Isabel Mansur; NEVES, Victor (org.). **A ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR**: um inventário crítico. Marília: Lutas Anticapital, 2019. 446 p.

IASI, Mauro Luís. Democracia de cooptação e o apassivamento da classe trabalhadora. In: SALVADOR, Evilasio *ET al* (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 1-320

KAMEL, Ali. Não somos racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006 (144 páginas).

LIMA, Daniel Luiz Sousa de. **Cultura e Educação**: contribuição a valorização do patrimônio afro-brasileiro na cultura potiguar. 2019. 193 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

LISBOA, Alexandre Plautz. A Antropologia frente às cotas raciais. **Sociologias Plurais**, Panara, p. 110-134, jan. 2020. Mensal.

LOSURDO, Domenico. **Contra-História do Liberalismo**. Aparecida-sp: Ideias & Letras, 2006. 399 p.

LOSURDO, Domenico. **Guerra e Revolução**: o mundo um século após outubro de 1917. São Paulo: Boitempo, 2017. 398 p.

LOSURDO, Domenico. **O marxismo ocidental**: como nasceu, como morreu, como pode renascer. São Paulo: Boitempo, 2018. 230 p.

LOVATTO, Angélica. PARTIDOS, SINDICATOS E MOVIMENTOS SOCIAIS NOS ANOS 1950-64: balanço histórico-bibliográfico preliminar. **Aurora**, São Paulo, v. 9, n. 5, p. 1-17, dez. 2011.

LUCENA, Francisco Carlos de. **"Negros" misturados**: um estudo de caso sobre identidades negras em Mossoró-RN. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

LUKÁCS, Georg, 1885-1971. A Destruição da Razão / Georg Lukács ; tradução de Bernard Herman Hess, Rainer Patriota, Ronaldo Vielmi Fortes ; revisão de Ester Vaisman, Ronaldo Vielmi Fortes. – São Paulo : Instituto Lukács, 2020. 794p.

MAGGIE, Yvonne. Políticas de cotas e o vestibular da UNB ou a marca que cria sociedades divididas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 23, n. 5, p. 286-291, jan. 2005. Semestral.

MANOEL, Jones; LANDI, Gabriel (org.). **Revolução Africana**: uma antologia do pensamento marxista. São Paulo: Autonomia Literária, 2020. 293 p.

MORAES, Viviane Mendes de; BRITO, Thiago Henrique Borges; COSTA, Walkiria Gabriele Elias da. Mulherismo Africana: proposta enquanto equilíbrio vital a comunidade preta. **Ítaca**, São Paulo, v. 36, n. 1, p. 281-320, 2020. Semestral.

MOURA, Clovis. **Dialética Radical do Brasil Negro**. São Paulo: Editora Anita, 1994.

MOURA, Clóvis. (1959). **Rebeliões na Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. São Paulo: Ed. Zumbi.

MOURA, Clovis. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1988. 254 p

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011. 64 p.

PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 5, n. 2, p. 100-125, 1996.

REED JUNIOR, Adolph. Marx, raça e neoliberalismo. **História e Cultura**, Fortaleza, v. 9, n. 1, p. 6-16, 2017. Semestral.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Polén, 2019. 89 p.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. 84 p.

RIOS, Flávia Mateus. Black and Red: o debate sobre raça e classe nas páginas do jornal socialista Versus (1975-1979). **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 19, p. 114-125, jun. 2015. Semestral.

RIOS, Flavia Mateus. **Elite Política Negra no Brasil: relação entre movimento social, partidos políticos e estado**. 2014. 247 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

RIOS, Flávia Mateus. O PROTESTO NEGRO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO (1978-2010). **Lua Nova**, São Paulo, v. 11, n. 85, p. 41-79, dez. 2012. Mensal.

RIOS, Flávia; GATO, Matheus; SOTERO, Edilza. Classe, cor, raça e racialização na agenda das Ciências SOTERO, Edilza Correia. **Representação Política Negra no Brasil Pós- Estado Novo**. 2015. 314 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências.

SANTOS, Márcio Henrique Casimiro Lopes Silva. **LUTA POR RECONHECIMENTO OU LUTA POR REDISTRIBUIÇÃO?: o mnu e os dilemas do antirracismo no brasil contemporâneo**. 2016. 197 f. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

SANTOS, Rosenverck Estrela. O marxismo e a questão racial no Brasil: reflexões introdutórias. **Lutas Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 34, p. 100-113, jan. 2015. Semestral.

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Entre o "encardido", o "branco" e o "branquíssimo": raça, hierarquia e poder da branquitude paulistana**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado) -

Curso de Psicologia, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SILVA, Joselina da. A União dos Homens de Cor: aspectos do movimento negro dos anos 40 e 50. **Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 25, p. 215-235, abr. 2003.

SOTERO, Edilza Correia. **Representação Política Negra no Brasil Pós- Estado Novo**. 2015. 314 f. Tese (Doutorado) - Curso de Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SPINELLI, José Antônio. **Coronéis e oligarquias no Rio Grande do Norte: (Primeira República) e outros estados**. Natal: EDUFRN, 2010.

STEPAN, Nancy. A eugenia no Brasil: 1917-1940. In: Hochman, Gilberto; Armus, Diego (Org.). *Cuidar, controlar, curar*: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Fiocruz. p.331-391. 2004.

TRAPP, Rafael Petry. **A CONFERÊNCIA DE DURBAN E O ANTIRRACISMO NO BRASIL (1978- 2001)**. 2014. 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

VITULLO, Gabriel Eduardo (org.). **A ideologia do Terceiro Setor**: ensaios críticos. Natal: Edufrn, 2015. 222 p

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003. 261 p.

WOOD, Ellen Meiksins; FOSTER, John Bellamy (org.). **Em defesa da história**: marxismo e pós-modernismo. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. 215 p.

APÊNDICE

DEPOIMENTO DE ATIVISTA ENTREVISTADO NO DIA 09/03/2019 EM NATAL/RN

Entrevistador (E): O que que moveu esse meu trabalho, a gente sempre , mesmo na Universidade, entrou muitas vezes em conflito sobre essas questões, né, seja com o pessoal mais ligado ao marxismo, a galera mais...

Ativista Entrevistado (AE): Você já viu ela? A filha dela faz um doutorado no MASP, é alguma coisa relacionada à questão de negritude, entendeu, então assim, ela sabe muito e eu acho que você tem que conversar com ela, eu vou mandar pra você...

E: Eu ía lhe perguntar isso mesmo, indicações de pessoas, por que nós ligamos daqui mesmo...

AE: agora assim, ela é muito massa, ela é muito acessível...

E. Tu sabe onde ela mora, tem ideia?

AE. Eu acho que é *****, ai como eu sou chata, não sei onde as pessoas moram, tem também *****, que tá agora na COEPPIR, o movimento de mulheres negras conseguiu fazer a indicação de um nome da Secretaria da Igualdade Racial, a gente botou, por que é assim, a SEJUC ela se desmembrou agora, aí virou

Secretaria de Direitos Humanos, eu ahco, aí secretaria de mulheres, juventude, a gente conseguiu trazer a COEPPIR para o status de Secretaria da Igualdade Racial, não é mais Coordenadoria, isso é muito importante porque vai ter mais gente, porque antes era a COEPPIR e mais 1, aí agora, não, vai ter mais gente, *****, ela também constrói o movimento de mulheres negras e elas são mais antigas que eu no movimento, porque assim, a minha organização ela é diferente, por que o meu coletivo ele pauta pela não institucionalidade, pela não vinculação, tanto que eu até tenho conflito nisso por que minha formação é inversa, né, é de institucionalidade, eu acho que a gente tem que tá lá, mas é a formação branca que eu tenho, fazer o que com isso? Mas o meu coletivo ele se organiza dessa forma, não institucional, é muito mais independente, eu não gosto desse nome independente, mas é muito mais desvinculado, sabe, a qualquer coisa, a gente gosta de atuar em esferas domésticas, a gente, tipo vendedora de Gequiti...

E. Eu queria que tu comesse falando um pouco sobre como se deu a tua entrada na militância, um histórico da tua atuação política, o que motivou, desde quando, quais os primeiros coletivos...

AE. Então, minha militância política ela começa em movimento estudantil, como normalmente acontece com quase todo mundo e sem as questões raciais inseridas, apesar de eu sofrer racismo e entender e tal, mas eu não tinha contato com militância racial nesse momento. Quando eu entrei na *****, minha militância de política racial completa 7 anos, é isso mesmo, e ela começou justamente nos coletivos de estudantes da *****, que estavam se organizando, não tinham consolidado ainda, mas estavam se organizando e aí eu conheci uma das meninas do coletivo, das Negras de Periferia, que é o coletivo que eu milito no movimento racial, hoje, né, é um coletivo recente, a gente entrou no terceiro ano de atuação e é um movimento bem peculiar, é o mais peculiar e assim, o que eu consigo perceber dentro daquilo que a gente pauta lá é que me atende melhor do que os movimentos institucionais, por que eu já passei por outros movimentos, institucionais, estudantil sindical, movimento de mulheres, movimentos institucionais dentro da *****.

E. Setorial de Partido, você participou?

AE. Não, eu não sou filiada a partido político, embora, quando você vai ara esses movimentos, as pessoas que estão lá são pessoas geralmente de movimentos

partidários, mas eu nunca me filiei a nenhum partido, apesar de que quando eu estava no movimento sindical eu tinha muita proximidade com a CUT e com o pessoal do PT e no movimento feminista com o movimento feminista do PT, uma parte do Psol e também o pessoal do PCB, do Pstu, geralmente movimento de esquerda, mas aí quando eu entrei no movimento negro e aí a minha entrada é justamente quando a gente tava construindo o Julho das Pretas, que é um movimento que a gente faz em alusão ao dia da mulher latino-americana, né, que acontece em Julho, e aí eu conheci as meninas do coletivo e participei de uma reunião ainda não enquanto integrante, eu fui observar aí eu gostei do formato, né, e aí qual é esse formata, é muito simples, é a gente lança as diretrizes, quais são os temas que a gente quer abordar, aí os temas são violência doméstica, a questão de desemprego, questões de saúde da mulher negra, saúde mental também, e as questões de acesso ao ensino, não é nem só Ensino Superior, é acesso a ensino mesmo e eu acho que é justamente o diferencial da gente, por que nós estamos pensando questões muito primordiais a vida, nós não estamos pautando acesso aos espaços de poder, nós estamos pautando acesso a poder sobreviver, poder ter acesso a saúde, eu vou para algumas reuniões no movimento feminista, eu digo olhe, vocês tão pautando aqui parto humanizado, aí quando eu volto pro meu coletivo, não tenho como pautar parto humanizado, por que a gente tá pautando acesso ao SUS, a gente tá pautando acesso a pílula anticoncepcional, a gente tá pautando atendimento na delegacia especializada, por que quando uma mulher chega lá agredida, eles perguntam logo o que você fez para merecer isso, né, como se alguém merecesse apanhar por qualquer motivo e a minha formação como *****8 me auxilia nesse sentido, só que assim, é tão dolorido pra mim, eu nunca pensei que fosse ser tão dolorido pra conhecer a lei e saber que ela não é pra gente de jeito nenhum, por que quando eu entrei no ***** eu tinha um ideal, que era o ideal de fazer justiça e eu sabia para quem eu queria fazer justiça, só que eu nunca tive a oportunidade nos espaços institucionais de fazer justiça para essas pessoas, por que eu sou geralmente a única pessoa negra que tem nesses espaços, na ***** eu sempre sou a cota, tanto que eu nem frequente mais a*****, eu já me cansei daquilo aí, por que é tudo mentira, né, uma profissão branca para pessoas brancas, que ficam pautando coisas de gente branca e sempre que você tenta inserir alguma pauta diferenciada disso aí você é rechaçada, aí, não, vá com calma, espere mais um pouco, como se a gente não tivesse esperado, sei lá, a vida inteira, aí, no

coletivo, a gente pauta as coisas dessa forma, então a gente tem um momento de integração, geralmente a gente se alimenta, alguma coisa nesse sentido, aí depois a gente tem os momentos de reflexão e aí cada coloca suas pautas, eu digo que a gente faz uma terapia em grupo

e como é dolorido e como é necessário por que a gente não tem ninguém com quem a gente possa conversar, então quando eu comecei a perceber que o espaço que eu ocupo é um espaço privilegiado, não para mim que eu não acho que eu seja privilegiada por que eu tenha acesso, eu só tenho acesso, privilegiada seria se eu tivesse para além desse acesso, mas quando eu coloco minha situação junto com a situação de outras meninas do coletivo aí eu consigo perceber, tem meninas que não vão para a reunião por que não tem o dinheiro do ônibus, tem meninas que não vão para a reunião por que o marido saiu e deixou elas trancadas, tem meninas que apanharam no dia seguinte por que foram tentar questionar ou inserir aquilo que a gente conversou na reunião para o companheiro e ele não aceita e quer que ela saia do coletivo, já teve várias meninas que saíram, que entraram, que voltaram, por essas razões, são questões tão necessária, é como respirar, como você vai pautar ocupação de poder público se você apanha todo em casa, daí a minha frustração com o 8 de março, por que não é pra ser no centro da cidade, é pra ser no Bom Pastor, é pra ser na zona norte, é pra ser em Mãe Luiza, vamos levar carro de som pra Zona Norte, não vamo ficar fazendo manifestação no 8 de março pra ficar saindo vídeo no Instagram, por que é isso que acontece, entendeu, todas as minhas amigas desconstruídas tão lá, com rostinho pintado, com um videozinho no Instagram, todas chegaram muito bem lá, todas voltaram muito bem para casa, eu quero saber das meninas que não estudam de noite por que simplesmente não tem ônibus passando na comunidade delas, eu quero saber dessas mulheres que não foram para o 8 de março, ou por que estão trabalhando, ou por que não tinham dinheiro para ir, ou por que é longe, eu quero saber é delas, por que as outras já tem um lugar estabelecido, elas já tem uma militância que é segura, apesar de não ser seguro ser mulher, mas as mulheres da periferia elas estão totalmente desacobertadas e esquecidas e elas não são poucas e elas tem uma cor. Aonde estão as mulheres negras de Natal? Eu sei exatamente onde elas estão. Elas não estão nesse prédio aqui onde estou não. Mas elas estão em Nazaré, Bom Pastor, Planalto, na Zona Norte, Nossa Senhora da Apresentação, José Sarney, elas estão lá, mas elas não conseguem chegar até aqui, não conseguem atravessar a ponte, elas não tem direito a cidade, a gente não

tem direito a nada, nem a sobreviver, então enquanto o movimento feminista tá discutindo essas pautas, a gente tá discutindo direito a vida, a não sermos espancadas todos os dias e olhe que eu falo de um lugar muito confortável por que eu não passo por isso, mas eu tenho que usar o lugar que eu tenho e a voz que eu tenho, por que eu ainda consigo ser ouvida, justamente para trazer essas mulheres e dizer olha, elas estão aqui, vocês tem que vir pra cá, vocês tem que vir pra cá.

E. E quantas são essas mulheres?

AE. A gente tem essas coisas que bem características. Sempre que quando se aproxima do mês de julho que é quando a gente intensifica as nossas reuniões, os nossos trabalhos, por que a gente tá construindo o julho das pretas, a gente consegue agregar mais pessoas, então os meses que circulam ali, antes e depois de julho a gente tem mais meninas no coletivo, novembro também. No meu coletivo, hoje, nós temos cerca de 26 mulheres, só que como a nossa militância ela é bem doméstica, tipo, hoje vai ter um encontro lá no Pai Juçara, aí eu não vou poder ir, aí nos encontros geralmente acontecem de 5 a dez mulheres por que nós não temos uma hierarquia, não é vertical, é horizontal, é, a construção do coletivo ela é horizontal, assim, todas as meninas podem estar debatendo o tempo todo, só que que nem todo mundo tem condições materiais e psicológicas, então, assim, a gente teve mês passado uma reunião em Mae Luiza, aí foi muito boa, a gente atrás mais meninas por que fomos fazer um ensaio fotográfico na comunidade e aí as meninas se interessam e dá mais visibilidade. A gente tem um problema muito sério de não ter visibilidade, por que as pessoas não querem mostrar a faceta feia do movimento, não feia estética das meninas, mas não querem mostrar uma mulher que diz que acabou de apanhar antes de vir pra cá, né, não quer, o movimento político ele gosta muito de histórias de superação, que é a romantização da vida alheia e eu acho isso louco, por que histórias de superação elas são a exceção, dificilmente você vai encontrar uma mulher que apanha, que é privada de tudo e que tenha saúde mental, que tenha conseguido sair de uma depressão, isso é muito raro, principalmente se ela for uma mulher pobre, por que ela não tem acesso a nada, não acesso a medicamentos, a médicos, a tratamentos, então hoje a gente tem cerca de 26 meninas. Como é que a gente faz esse controle? A gente usa redes sociais, a que a gente mais usa pra organização é o Whatsaap, então a gente tá sempre conversando pelo whatsapp, por que a gente entende que é uma ferramenta que a gente pode usar, sem querer romantizar o whatsapp, sem querer transformar a

nossa militância numa militância virtual, mas é como a gente consegue se organizar hoje, aí existe a página no Facebook, que é geralmente quando a gente divulga as coisas, quando a gente dá publicidade, quando vai haver uma reunião e a gente tem o cuidado de não divulgar o endereço, de dizer que quem quiser ir, não divulgamos o endereço por que é perigoso, a gente não sabe o que esse povo tá pensando, então a gente divulga que vai ter e divulga um telefone pra que a gente possa ligar pra gente pra dizer onde é, por que as reuniões são nas residências, nas casas das meninas, não são em lugares públicos, por isso eu digo que a nossa atuação ela é doméstica, por que é algo muito íntimo, a gente vai abrir nosso coração e nossa casa, então já teve reunião aqui, já teve reunião em Mãe Luiza, em Nazaré, Bom Pastor, Pai Juçara, Soledade, só lugares que ninguém...é uma mística, é um momento muito louco, por que isso que eu acho que é um movimento diferenciado, por isso que a gente não impede, por exemplo, que nenhuma menina vá ao 8 de Março, mas o coletivo não vai, você vai mas vai sem a nossa bandeira, a bandeira só vai até onde todas as meninas concordam. Num Encontro Nacional de Mulheres Negras, que a gente ajudou a construir foi debatido isso, é isso que a gente quer, a gente quer essa visibilidade? Aí a gente entendeu que queria e a nossa bandeira tá lá, registrada nos anais daquele encontro por que a gente entende que a gente tem que gritar, por que, assim, dentro do próprio movimento feminista negro a gente também sofre muito preconceito por causa das questões de cor, por que vc sabe que a gente pode se declarar pessoa negra e tem muitas meninas que tem a pele clara e que se declaram pessoas negras e que a gente respeita e que a gente recebe por que a gente quer incluir, a gente não quer excluir, só que quando você vai pra um movimento negro, como é o encontro de mulheres jovens negras, que foi o último que a gente participou, foi um movimento que a gente sofreu preconceito lá, uma das nossas meninas foi e ela tem a pele clara ela foi hostilizada lá, por outras mulheres negras, aí quando você vai ver o perfil dessas mulheres negras que hostilizaram, elas são mulheres negras acadêmicas, que trabalham com questões conceituais, que pegam o nosso conhecimento e querem colocar nas caixas do conhecimento europeu, nossa formação é uma formação eurocêntrica, aí você tá construindo um movimento de mulheres, aí você pega aquilo que a gente tá construindo e quer encaixar aqui, num negócio que já existe, quando a gente tá dizendo que existe não nos serve, então a gente tem debates internos, e assim, eu só digo isso para uma pessoa negra, eu nunca diria isso para uma pessoa branca,

eu não vou dar munição pra ela ficar criticando o nosso movimento, então tem os nossos debates internos que são justamente esses e a gente debate colorismo, eu não gosto de falar colorismo, por que você pega alguma coisa que está acontecendo e você quer conceituar, você quer academizar, você quer deixar no padrão europeu. Qual é o outro padrão? Não sei. Mas não é esse que a gente quer.

E. Qual seria o conceito de negritude que está mais próximo do que vocês praticam?

AE. A gente entende negritude como um conceito muito amplo, que ele não envolve só as questões de cor, nem de fenótico, envolve questões sociais, tem uma questão subjetiva muita grande, eu não vou pegar uma pessoa galega e aceitar que ela diga que é negra, não é isso, mas quando você é uma mulher que você vem de uma família negra que é embranquecida e aí a gente sabe que a Redenção é um quadro muito famoso e a redenção daquela mulher preta foi ter tido um neto branco e essas pessoas que militam no nosso coletivo são essas vítimas, por que eu chamo de vítima, que tiveram que ser clareadas, então eu vou dizer pra essa pessoa que essa pessoa não é uma pessoa negra?, se ela foi vítima de racismo, se ela consegue se perceber enquanto pessoa negra, ora, eu tenho uma descendência, eu tenho uma tataravó que era negra que casou com um pessoa branca e outra pessoa branca e eu nasci assim sem cor, mas que eu entendo o que é ser negro por que quando a pessoa vai na minha periferia ela pode até me tira, mas eu não consigo sair e nem quero, eu quero estar lá, se a periferia é um ambiente preto e eu sou periférica e eu sofro tudo que eu sofro quando eu estou lá, eu sou negra, a pessoa periférica de pele clara ela tem uns momentos, umas bolhas em que ela é retirada do lugar de pessoa negra, mas por pessoas brancas e isso não pode ser justificativa para ela ser retirada desse lugar, a gente tem uma menina negra que tem o cabelo liso e as pessoas ficam pedindo para ela, pare de alisar cabelo e ela faz “Meu cabelo é liso, eu não aliso, eu queria que fosse crespo”, por que as pessoas brancas colocaram na cabeça que você é mulher negra que a lisou o cabelo então você tem que assumir sua negritude através do cabelo, então você tem que parar de alisar, isso é uma imposição da sociedade branca agora, que você assuma seu cabelo cacheado, mas não pode ser qualquer cabelo cacheado, tem que ser um cacheado com cacho perfeito. Se for um cabelo crespo aí você pode alisar por que é um cabelo feio, é duro, então são muitas vertentes, mas, assim, basicamente a gente associa as questões de negritude a uma questão subjetiva que é você perceber o seu lugar, o seu não lugar...

E. Você acha que a classe social altera as questões de identidade?

AE. Mesmo um preto rico ele não vai deixar de preto nunca. Só que eu não consigo entender que quando ele esteja junto dos dele ele se sinta bem só por que é rico, eu acho que ele se sente mau, por que é destoante, ele tá ali, ele é a exceção sempre. Os negros estão em qual classe social? Falando de pirâmide social, a pesar de não gostar. Quem é a base da pirâmide social? São as mulheres negras, então você não tem como dissociar, não tem. Quanto mais alta a classe, mais branca ela vai ficando, por que a construção do Brasil ela é essa, você tem uma estrutura social que não permite que as pessoas acessem se elas não tiverem pele clara. A gente entende que um pobre branco ele tem em tese muito mais condição de viver socialmente bem do que uma pessoa pobre de cor escura. Vários amigos que andam em grupos mistos que são abordados pela polícia conseguem perceber. As pessoas que levam baculejo com mais intensidade são as pessoas de pele escura...

E. Sim.

AE. Se eu tivesse que reduzi a atuação do nosso coletivo a uma frase, seria essa: a gente saber que não tá só. Comigo foi dessa forma, de ouvir as pessoas, já que não tem quem nos escute, por que a branquitude não quer escutar...

E. Entendi.

AE. A gente debate sobre as questões de apagamento da população negra, principalmente aqui no estado, mas é um apagamento social, não é um apagamento que realmente existe, por que as pessoas negras aqui elas existem, a gente sabe onde elas estão, só que existe um apagamento institucional, quando você tem uma, a primeira vereadora que se coloca enquanto pessoa negra dessa cidade, eu acho que teve outros vereadores negros mas que não eram oriundos do movimento negro, não se colocavam como pessoa negra, se colocava como vigilante, como rodoviário, mas não se coloca como aqui que primeiro ela é, por que quando a gente chega o que é que chega primeiro? Chega nossa cor, aonde quer que a gente vá, primeiro você chega com a sua carinha preta e depois você traz os seus predicados, né, aonde quer que você vá e é muito difícil quando você vê uma pessoa que é

negra e não se coloca como negra, ela não sabe a importância que existe em se colocar enquanto uma pessoa preta.

E. Sim...

AE. A gente traz essa questão de quem é que os movimentos sociais abarcam, se o movimento dos trabalhadores coloca a questão racial como uma pasta lá no final que não tem importância nenhuma, tem um dirigente só, só faz um adesivo no dia da consciência negra, se o movimento sindical não consegue perceber que existe uma questão racial nisso, se você olha pros trabalhadores e consegue perceber que a maioria dos trabalhadores formais, que tem direitos, são branco, se você não consegue perceber isso, que a maioria dos dirigentes sindicais são pessoas brancas, que a maioria das dirigentes sindicais são pessoas brancas, que a maioria das lideranças do movimento feminista são pessoas brancas, se você não tiver essa análise, você não consegue entender por que as mulheres negras continuam morrendo, por que os homens jovens negros são os que mais morrem, você não consegue. Homem jovem negro não consegue entrar no mercado de trabalho.

E. Você já falou um pouco sobre isso, mas como aparece nos encontros de vocês esse debate sobre classe, raça e gênero?

AE. Nós trazemos, tem umas meninas que tem acesso, eu tenho acesso, tem outras que já terminaram universidade e quando a gente entrou na Rede Estadual de Mulheres a gente teve mais contato com essas questões das leituras e aí algumas meninas estudam no IF e no IF estas coisas acontecem, meninas do grêmio, assim, é incrível como vem de espaços institucionais, apesar de a gente não querer a institucionalidade pro coletivo, mas ela não brota espontaneamente, ela vem desses lugares e aí a gente escolhe um texto, alguma coisa que eu entenda que deva ser levado e aí existe uma votação para ver se vai ser levado, a gente coloca resumidamente do que trata o texto e aí a gente lê e fala sobre isso e é tão maravilhoso, por que não é acadêmico, não é vaidoso, sabe, vaidade acadêmica, linguagem rebuscada, eu sei mais conceitos e eu lembro do nome de mais autores do que você...não é isso...poxa, realmente, quando a Angela Davis fala em Mulheres, raça e classe e uma menina vem e fala pra mim, porra, eu sou sapatão e no meu trabalho as pessoas sabem e ficam dizendo pra mim que é por que eu não conheci um homem que me ajustasse ou que vem dizer que eu sou morena pra poder atenuar o racismo que existe sobre mim ou quando eu percebo que a chefe

da cozinha que eu trabalho é uma mulher branca e que toda as pessoas que são auxiliares são pessoas negras e que eu nunca conheci uma chefe de cozinha negra, quando eu percebo que eu trabalho num restaurante granfino e nem os garçons são negros, os negros são só quem lavam os pratos e ficam escondidos cozinha, então você consegue perceber que a pessoa, embora não tenha o conhecimento acadêmico ela consegue formular as questões e entender o que está acontecendo e ela percebe que isto que ela está falando outra mulher já escreveu.

E. Tu acha que existe uma ênfase num desses três eixos?

AE. No meu coletivo?

E. Sim.

AE. Da questão de mulher negra. A gente foca mais nisso. As outras questões são questões satélites, o nosso coletivo se coloca justamente nas questões de tratar as temáticas de mulheres negras. Aí é consequência, por que você também não tem como não discutir base de pirâmide, renda per capita, não tem como não discutir se você vai tratar de mulheres negras por que é característica social nossa aí a gente leva também debates também para essas esferas.

E. O que tu acha dessa acusação na forma como o termo identitarismo é usado? Os marxistas dizem que certos setores do movimento negro hoje enfatizam muito questões de identidade...

AE. Eles usam isso para justificar o esvaziamento da luta de classes. Eles usam muito pra justificar. Eu tava refletindo justamente sobre isso e é um pensamento bem particular que você não tem como discutir a origem do capitalismo se você não discutir a questão da escravização por que foi esse movimento que causam isso, não estou dizendo que o capitalismo existia antes da escravização, por que essas questões temporais são bem complicadas. Nós não temos escritos suficientes, nós não temos registros suficientes sobre as questões de negritude com essas questões de classe social por que o que existe é uma hegemonia, as próprias pessoas que debatem capitalismo elas são pessoas brancas e são homens, então assim, é muito difícil pra um homem que produz o conhecimento desde sempre abrir mão disso em prol de que mulheres pautem outras coisas e que pessoas negras pautem outras coisas, então eu acho que existe uma questão subjetiva mesmo muito intenso que faz com que essas pessoas realmente arrumem justificativas e se convençam de que as lutas mais setoriais, vamos dizer assim, elas esvaziam as questões de classe, então eu acho muito escroto isso, eu acho muito foda e acho muito ruim

debater, por que quando você vai debater isso com um homem branco que estuda profundamente as questões do capitalismo, ele é um homem branco machista, ele não quer sair do lugar dele de jeito nenhum, ele não quer nem ouvir, por que assim, o nosso conhecimento, principalmente das questões do movimento negro a oralidade ela é muito presente na gente, por que não nos foi permitido registro e se alguém que estuda marxismo não levar isso em consideração, aí dificilmente eu vou debater com essas pessoa, nós estamos vivendo movimentos contemporâneos e as questões de luta de classe elas tentam justificar tudo a partir da luta de classes e eu acho que isso é ponto de vista, todo mundo parte de algum ponto, se as pessoas negras, por exemplo, elas não estão inseridas nesse mercado de trabalho capitalista não é só por que o mercado ele é excludente ou por que ele mói pessoas, não é só por isso, por que o capitalismo só vem absorver as mulheres quando a mão de obra masculina ela se torna cara e escassa e aí as pessoas negras não entram aí por que as pessoas negras não tinham direito ao trabalho, ao trabalho remunera, por mais que fosse pior remunerado, por que, assim, não estou dizendo que é melhor ser mau remunerado ou escravizado, mas os escravos não entravam nisso aí e se a gente pegar a questão no Brasil, é pior ainda, além de trabalharem, ainda foram assassinados e ainda foi tirado deles a única coisa que eles sabiam fazer, todos os ofícios de artífices quem fazia eram os escravos e não foi possibilitado para eles fazer, por que não tem como você ser sapateiro sem ter ferramentas...então eu acho assim, é uma maldadezinha machista, por que eu acho que o patriarcado justifica muita coisa pra se manter hegemônico, inclusive nações matriarcais pra poder se estabelecer e então, assim, eu não debato questões gerais com o capitalismo, sei que sou inserida num sistema, a gente sabe que e inserido num sistema que se utiliza de muitos artifícios para se manter mas eu não entendo que o movimento negro unificado pautando questões raciais enfraqueça um movimento que combata o capitalismo, eu não acredito nisso, mesmo por que se a gente for ver regimes socialistas, o racismo tá lá também.

E. Caminhando para conclusão, o que tu acha que são os maiores problemas do movimento negro?

AE. Eu digo assim, Natal é uma capital muito peculiar. É uma cidade que existe depois da década de 40, até 40 Natal era uma capital insignificante, por que você tinha o ciclo da cana aí quem mandava era o povo do interior. Eu acho que a gente teve um problema muito sério coma Segunda Guerra Mundial de perda de

identidade e de desconstrução de valores regionais por que em Natal, você vai para uma cidade como Recife, você consegue ver claramente direções de movimentos culturais...quando você vem pra Natal, Natal é o que? Coca-cola e chiclete. Natal é a primeira cidade do Brasil a ter chiclete. Veja que coisa ridículo. Então, assim, por que é que eu parto daí, por que você tem o início de um apagamento cultural, aí você...aqui tinha os folguedos regionais, você tem caboclinhs, boi bumba, pastoril, que são movimentos negros, a gente sabe que onde tem batuque é algo decorrente do movimento negro, e aí a gente entende que com o desprestígio da cultura açucareira e assim, com a exaltação a cultura americana, Natal começou a ser uma cidade branca, desarticulou todo o restante dos movimentos culturais por que eu acredito que os movimentos culturais eles são uma liga pros movimentos políticos, se você diz que vai ter uma reunião de sindicato algumas pessoas vão se identificar pra ir, agora se disser a gente vai fazer um samba ali e aproveitar pra falar de outra coisa, a quantidade de pessoas que vai é maior e gente, querendo ou não, tem que trabalhar com atrativos...então, aí depois desse apagamento da cultura negra a gente tem a desarticulação de vários movimentos culturais, aí a gente também não consegue se organizar politicamente. Natal é uma Capital muito embranquecida, tanto que você não percebe pessoas negras nos centros econômicos de Natal nem no poder nem nada. As pessoas que foram simbólicas politicamente para Natal não são pessoas negras, são pessoas brancas, inclusive as mulheres, e aí o que acontece, quando a gente começa a se reorganizar politicamente, especificamente o movimento negro de mulheres, é justamente quando você tem a criação da Coordenadoria que foi no governo Lula que muitos dizem que ele foi benevolente mas não foi por que a gente foi com os pés na porta, por que a esquerda tem isso, a esquerda ela quer o povo preto junto desde que a gente debata classe, capitalismo e tal, só que a gente não quer mais debater isso, dentro daquilo que você tinha me perguntado, a gente quer debater causas específicas, por que quando você debate só classe, você não consegue chegar nas pessoas negras por que elas não acessam isso, aí a criação da secretaria, o governo Lula possibilitou que algumas pessoas do movimento negro acessassem os espaços de poder, mas foram muito poucas pessoas e assim, atinham pessoas que tinham mais contato com o movimento político branco, são as pessoas que militam nos partidos políticos, só que é muito pouca gente e eu acho que os nossos conflitos são muito mais nesse sentido, de que a teoria, não sei se é Marx, que a gente tem que ocupar todos os

espaços institucionais e as pessoas que são políticas elas entendem isso e elas querem fazer uma mudança dentro, da instituição pra fora, só que você vai ter uma pessoa negra na CEPPIR que vai conseguir fazer o que, pra população negra total de Natal e eu acho que é esse conflito, por que o governo do PT que se coloca como um governo de esquerda e é um partido que milita nas questões de capitalismo, que combate o capitalismo, ele não teve essa sensibilidade de pautar com a importância que a gente acha que deveria ter e aí você causa conflito por que, por que aí você pega expoentes negros, coloca na institucionalidade e não dá possibilidade para que eles façam nada, você coloca lá como se só tivesse que constar, então a reprodução de um comportamento branco que já existe há muito tempo, sempre é cota...

E. Você acha que tem muito conflito entre os movimentos daqui?

AE. Depende. Por que se os brancos perceberem que existem conflitos, que são conflitos naturais, eles vão utilizar isso para deslegitimar o movimento negro, mas assim, os nossos grandes impasses, que eu digo que nem são conflitos, é muito com relação a ocupação dos espaços institucionais, tem grupos que ocupam e os que ocupam são os mais próximos a branquitude institucional, que são os grupos toleráveis, que são os que falam com parcimônias. Muitos coletivos estão vinculados a partidos. Essa vinculação eu acho que deixa o movimento subalterno, assim, hierarquicamente a uma coisa maior e eu acho que os grupos políticos querem isso, as forças hegemônicas, os caras que falam de capitalismo, só que a gente não quer isso.